

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
KÉSIA PONTES DE ALMEIDA

**A LUTA PELO DIREITO À CIDADANIA NA CIDADE DE
UBERLÂNDIA: O MOVIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
ENTRE A LEGALIDADE E A LEGITIMIDADE**

UBERLÂNDIA

2014

KÉSIA PONTES DE ALMEIDA

**A LUTA PELO DIREITO À CIDADANIA NA CIDADE DE UBERLÂNDIA: O
MOVIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ENTRE A LEGALIDADE E A
LEGITIMIDADE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social.

Área de concentração: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientadora: Doutora Dilma Andrade de Paula.

UBERLÂNDIA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A447L Almeida, Késia Pontes de, 1983-
2014 A luta pelo direito à cidadania na cidade de Uberlândia : o movimento das pessoas com deficiência entre a legalidade e a legitimidade /Késia Pontes de Almeida. -- 2014.
170 f. : il.

Orientadora: Dilma Andrade de Paula.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Uberlândia (MG) - História - Teses. 4. Deficientes físicos - Uberlândia (MG) - Teses. 5. Associação dos Paraplégicos de Uberlândia - Teses. I. Paula, Dilma Andrade de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

KÉSIA PONTES DE ALMEIDA

**A LUTA PELO DIREITO À CIDADANIA NA CIDADE DE UBERLÂNDIA: O
MOVIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ENTRE A LEGALIDADE E A
LEGITIMIDADE**

Dissertação defendida e aprovada em 21 de fevereiro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Sonia Regina de Mendonça

Professora Doutora Heloísa Helena Pacheco Cardoso

Professora Doutora Dilma Andrade de Paula

AGRADECIMENTOS

Antes de discorrer sobre o presente trabalho, quero fazer alguns agradecimentos:

Em primeiro lugar agradeço a Deus, o dono de todo universo e da vida, por me permitir viver até o presente momento.

Aos meus pais Silma Pontes de Almeida e Antônio de Almeida pelo apoio a todas as minhas decisões, principalmente minha Mãe que desde o começo não mediu esforços para que eu tivesse os recursos, na medida do possível, os quais me possibilitaram estudar. À CAPES, que possibilitou o sustento financeiro necessário para que eu pudesse me dedicar a este trabalho e custear as tecnologias assistivas necessárias para um bom desempenho durante o mestrado. À servidora do Centro de Pesquisa, Ensino, Extensão e Atendimento em Educação Especial da UFU–CEPAE, Maria Ivonete Ramos, que acompanhou de perto toda a minha vida acadêmica, pelo suporte e o apoio, para que eu tivesse acesso aos recursos técnicos extracurso, a fim de desenvolver meus estudos, tais como leitores, monitores e outros. À minha monitora Adriana Ramos Dantas que me possibilitou o acesso ao conteúdo das fontes tirando foto dos arquivos e convertendo para o Word, me acompanhando nas visitas às associações e ao arquivo público etc., pois sem ela eu não teria tanta agilidade e desenvoltura em meu trabalho. A todos os meus professores por tudo que me possibilitaram aprender, desenvolver e crescer durante o Mestrado. À professora Dra. Ana Maria Said pelas considerações teóricas feitas na minha qualificação e que me fizeram rever vários pensamentos sobre Gramsci. À professora Dra. Heloísa Helena Pacheco Cardoso, por quem possuo profunda admiração e respeito desde a graduação em virtude da forma sensata com que trata os estudos Históricos e historiográficos e com a qual aprendi lições valiosas sobre o ofício do historiador. Dessa forma, as considerações estruturais e conceituais que fez em minha qualificação foram de grande valia em meu crescimento acadêmico. minha qualificação foram de grande valia em meu crescimento acadêmico. A Professora Dra. Sonia Regina de Mendonça pelo acompanhamento de meu trabalho mesmo de longe, pela presença em minha banca e pelas considerações que fez a minha dissertação e que contribuíram bastante para meu crescimento acadêmico, principalmente com respeito a teoria Gramsciana aplicada ao meu objeto de pesquisa. E, finalmente, à minha Orientadora Dilma Andrade de Paula pela orientação de minha dissertação, e por todo aprendizado, não só como orientadora, mas como professora, o que levarei por toda minha vida.

EPIGRAFE

“O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. No mundo moderno, só uma ação histórico-política imediata e iminente, caracterizada pela necessidade de um procedimento rápido e fulminante, pode se encarnar miticamente num indivíduo concreto: a rapidez só pode tornar-se necessária diante de um grande perigo iminente, grande perigo que cria precisamente, de modo fulminante, o fogo das paixões e do fanatismo, aniquilando o senso crítico e a corrosividade irônica que podem destruir o caráter ‘carismático’ do condottiero. Mas uma ação imediata desse tipo, por sua própria natureza, não pode ser ampla e de caráter orgânico: será quase sempre do tipo restauração e reorganização, e não do tipo peculiar à fundação de novos Estados e de novas estruturas nacionais e sociais será de tipo ‘defensivo’ e não criativo original, ou seja, no qual se supõe que uma vontade coletiva já existente tenha se enfraquecido, dispersado, sofrido um colapso perigoso e ameaçador, mas não decisivo e catastrófico, sendo assim necessário reconcentrá-la e fortalecê-la; e não que se deva criar uma vontade coletiva ex novo, original, orientada para metas concretas e racionais, mas de uma concreção e racionalidade ainda não verificadas e criticadas por uma experiência histórica efetiva e universalmente conhecida.

(GRAMSCI, 2001, p. 16)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo pensar a luta das pessoas com deficiência por autonomia nos moldes gramscianos, a fim de entender como as pessoas com deficiência visual se situam politicamente por meio de seus aparelhos privados de hegemonia. No capítulo I, trato do desenvolvimento das coalizões das pessoas com deficiência e sua atuação nas constituintes da República e estaduais, bem como sua participação nas discussões da redação da lei orgânica do Município de Uberlândia/MG. Para isso, quero fazer algumas considerações sobre a sociedade civil, sua constituição e seu papel como produtora de hegemonias e contra-hegemonias. Ao longo dos anos 80 e 90, faço considerações sobre a forma como a luta pela autonomia caminhou no município de Uberlândia, em Minas Gerais, e como operou na busca pela “cidadania” nos moldes capitalistas. Posteriormente, quero pensar a formação dos intelectuais orgânicos, bem como a formação do movimento e como este ainda está ligado à subalternidade. No capítulo II, faço uma explanação sobre o papel que o indivíduo exerce no grupo social a que pertence, de acordo com as reflexões gramscianas. Depois, passo a ponderar sobre como a APARU se desenvolveu ao longo dos anos 90, principalmente, a fim de ver como essa instituição conduziu à formação de seus intelectuais orgânicos, como eles desenvolveram sua militância para além do âmbito institucional e como conseguiram destaque na luta pela acessibilidade. No terceiro capítulo, discorro sobre como a filosofia da práxis é um importante fator ao pensar os aparelhos privados de hegemonia das pessoas com deficiência e, em seguida, mostro como as associações de pessoas com deficiência visual trilharam caminhos diferentes das associações de pessoas com deficiência física, seu domínio pelos grupos internacionalistas, Rotary Club e Lions Club, bem como procuro entender a divisão desse segmento na tentativa de sair da tutela e da caridade de grupos uberlandenses ligados à área médica, e, finalmente, porque a sua representatividade ainda é pequena. Pensando nisso, divido a história dessa associação em três momentos que se entrecruzam: caridade e filantropia; reabilitação pelo esporte e inclusão no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Luta pela autonomia. Hegemonia. Representatividade.

ABSTRACT

This work aims to think the struggle of disabled people for autonomy as Gramsci molds in order to understand how people with visual impairments are situated politically through their private apparatus of hegemony. In chapter one, tract development of coalitions of people with disabilities and their role in national and state constituents as well as their participation in discussions of the drafting of municipal organic law. For this, I make a few remarks about civil society, its constitution and its role as producer of hegemony and counter-hegemony. Throughout the 1980s and 1990s, do considerations about how the struggle for autonomy walked in Uberlândia, Minas Gerais, and operated as the quest for “citizenship” in capitalist lines. Later, I think the formation of organic intellectuals, as well as the formation of the movement and how it is still connected to subordination. In chapter two, I make an explanation of the role that the individual plays in the social group to which it belongs, according to the Gramscian reflections. Then step to ponder as APARU developed throughout the 1990s, primarily to see how this institution led to the formation of its intellectuals, as they developed their militancy beyond the institutional framework and how they achieved prominence in the fight by accessibility. In the third chapter, I discourse on the philosophy of praxis is an important factor when thinking private apparatus of hegemony of persons with disabilities and then show how association of visually impaired people trod different paths of associations of persons with disabilities his dominion internationalist groups, Rotary Club and Lions Club as well as try to understand the division of this segment in an attempt to leave the guardianship and charity groups from Uberlândia linked to the medical field, and finally, because their representation is still small. Thinking about it, I divide the history of this association in three moments that intertwine: charity and philanthropy; rehabilitation through sport and inclusion in the labor market.

KEYWORDS: The Struggle for autonomy, Hegemony. Representation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRADEF	Associação Brasileira de Deficientes Físicos
ADEVITRIM	Associação dos Deficientes Visuais do Triângulo Mineiro
ADEVIUDI	Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia
AIPD	Ano Internacional da Pessoa com Deficiência
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ANO	Associação Nacional dos Ostomizados
APARU	Associação dos Paraplégicos de Uberlândia
ASSOCEGO	Associação dos Cegos de Uberlândia
ASUL	Associação de Surdos e Mudos de Uberlândia
CEMEPE	Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz
CEPAE	Centro de Pesquisa, Ensino, Extensão e Atendimento em Educação Especial
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
FEBEC	Federação Brasileira de Entidades de Cegos
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
MORHAN	Movimento de Reintegração dos Hansenianos
MPDF	Movimento de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência
ONEDEF	Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
ONU	Organização das Nações Unidas
PL	Partido Liberal
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
ULAC	União Latino-Americana de Cegos
UMC	União Mundial de Cegos
UNC	União Nacional de Cegos

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	10
1.1 Dos entrevistados	16
1.2 O diálogo conceitual	18
1.3 Organização dos capítulos	26
2 AS VISÕES DE MUNDO DOMINANTES E A LUTA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA POR AUTONOMIA: A PROMULGAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E MINEIRA E DA LEI ORGÂNICA DE UBERLÂNDIA	28
2.1 O Conceito de Estado Gramsciano	28
2.2 A relação estatal e o processo de inclusão das pessoas com deficiência.....	30
2.3 A coalizão nacional Pró-Federação de pessoa com deficiência e a sua divisão em federações específicas.....	38
2.4 As coalizões de pessoas com deficiência em busca da autonomia.....	45
2.5 1981: O Ano Internacional das Pessoas Deficientes.....	50
2.6 As Constituintes e a Lei Orgânica: as coalizões de pessoas com deficiência e a promulgação da Constituição de 1988.....	55
2.7 A participação das instituições uberlandenses na construção do texto constitucional em Minas Gerais.....	64
2.8 O texto da Constituição Mineira.....	69
2.9 A atuação das pessoas com deficiência na formulação do texto da Lei Orgânica.....	73
3 A FILOSOFIA DA PRÁXIS E O PAPEL DOS INDIVÍDUOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	86
3.1 Os grupos fordistas internacionalistas: Rotary Club, Lions Club e Maçonaria.....	86
3.2 A consciência político-corporativa.....	92
3.3 A práxis na Associação dos Paraplégicos de Uberlândia.....	97
3.4 O ranço da caridade e do assistencialismo.....	98
3.5 As mudanças estatutárias.....	101
3.6 Os programas de esporte.....	106
3.7 Acesso ao mercado de trabalho dentro a fora da associação: Fábrica de Cadeira de Rodas, Disque Mel e Parcerias com Empresas.....	109
3.8 A Campanha Uberlândia sem Barreiras e a criação da secretaria de planejamento Urbano.....	115
4 A LUTA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL PELA AUTONOMIA E SUA COEXISTÊNCIA COM VISÕES DE MUNDO FILANTRÓPICAS.....	121
4.1 A Filosofia da Práxis e as associações de pessoas com deficiência visual de Uberlândia.....	122
5 CONCLUSÃO.....	146
REFERÊNCIAS.....	149
Anexo A - Leis nacionais sobre os direitos das pessoas com deficiência.....	154
Anexo B - Leis municipais sobre os direitos das pessoas com deficiência.....	163

1 APRESENTAÇÃO

Previamente à apresentação do desenvolvimento deste projeto, entendemos ser fundamental uma especificação dos sujeitos históricos abordados neste trabalho. Ao utilizarmos a expressão “pessoas com deficiência”, e não mais “pessoas portadoras de deficiência”, estamos refletindo o entendimento atual de que a deficiência é uma característica dos indivíduos que a possuem, e que é específica de cada ser humano. Este entendimento é justamente o contrário do termo “pessoas portadoras”, que remete a algo que podemos carregar e deixar em algum lugar quando quisermos, além de fazer referência à deficiência como doença, e da qual os indivíduos precisam ser curados a qualquer custo, a fim de se integrarem da forma mais normal possível ao sistema social. Assim, as pessoas com deficiência não são mais consideradas especiais, mas sim pessoas que possuem necessidades especiais devido à sua característica, a fim de desfrutarem de todos os espaços sociais em igualdade de oportunidades.

No segundo semestre de 2007, após participar do projeto de extensão voltado à conscientização da comunidade acadêmica acerca da acessibilidade física e social das pessoas com deficiência no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia, pude vivenciar um período de estágio, oferecido pela pró-reitoria de Graduação, atuando junto ao Centro de Pesquisa, Ensino, Extensão e Atendimento em Educação Especial da UFU - CEPAE. Por meio dessas duas realidades, física e social, notei o descompasso entre teoria e prática, cujas bases norteiam as políticas de inclusão das pessoas com deficiências em diversas esferas sociais. Ao mesmo tempo, em minha vida particular, sofri um processo de autoaceitação e autoafirmação que mudou minha visão de mundo acerca do que é ser uma pessoa que possui como característica uma deficiência sensorial, do tipo visual. Ou seja, como pessoa cega pude entender que possuo vivências e visões de mundo diferentes das pessoas sem deficiência, e é isto que compõe a diversidade do ser humano. Somos diferentes, mas vivemos no mesmo mundo.

Na metade do ano de 2011, conclui o curso de graduação em História, e ingressei para o mestrado na área de História Social e Movimentos Sociais para a turma regular de 2012. Desde a minha formatura, atuei como professora voluntária de informática na Associação de Deficientes Visuais de Uberlândia (ADEVIUDI) até o final de 2012. Nesse período, também, fui convidada por esta instituição para atuar como conselheira do Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência de Uberlândia (COMPOD). Em 2012, participei como delegada na 3ª Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência nas três esferas

governamentais e, atualmente, estou afastada dos aparelhos privados de hegemonia¹, devido aos meus estudos e por causa de divergências quanto à atuação desses na representatividade do segmento.

O contato com esta realidade me fez refletir sobre algumas problemáticas que me inquietam e sobre as quais tentarei discorrer. Dentre elas destacam-se: a diversidade das coalizões das pessoas com deficiência, os caminhos diferenciados que as instituições percorrem ao longo de sua atuação junto a seus associados, a divisão da representatividade das pessoas com deficiência visual desde os anos 80, a estagnação dos movimentos sociais, bem assim, a pouca formação de militantes com deficiência.

Para discorrer sobre a luta das pessoas com deficiência pela sua autonomia em Uberlândia/MG, procurei utilizar o cruzamento de diversas fontes, a fim de analisar alguns pontos relacionados ao processo de constituição das reivindicações de tais pessoas. Nesse sentido, farei uma revisão de minha metodologia desde a construção do projeto até o desenvolvimento de minha pesquisa.

De início, pensei em fazer uma explanação teórica sobre a concepção gramsciana de Estado e a influência do jus naturalismo após a criação da Organização das Nações Unidas e seus reflexos no Brasil, ao ponto de a lei maior, com relação à inclusão de pessoas com deficiência atualmente ser a Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência, publicada em 2006 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Minha intenção era refletir sobre as dificuldades de se implantar uma política de inclusão tão ampla quanto a dos moldes jus naturalistas e identificar as várias bases discursivas com relação à inclusão de pessoas com deficiência, bem como seus reflexos no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, Brasil.²

Tal pensamento foi se modificando na medida em que, na condição de militante, me aprofundei no contato com os aparelhos privados de hegemonia e pude revisar alguns conceitos, como por exemplo, a ideia de inclusão. Ao invés de pensar a retomada do jus naturalismo, pretendo, inicialmente, refletir acerca das coalizões das pessoas com deficiência pela sua heterogeneidade e, para tanto, não pretendo pensá-las pelo viés da inclusão e, sim, da hegemonia³ e contra-hegemonia⁴.

¹ MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 96.

² O município de Uberlândia localiza-se no chamado Triângulo Mineiro e sua população gira em torno de 600 mil habitantes. Informações disponíveis em [HTTP://cod.ibge/233ky](http://cod.ibge/233ky) Acesso em fevereiro de 2014.

³ GRAMSCI, Antonio. Caderno 11 (1932-1933): Apontamentos para uma introdução ao estudo da filosofia e da história da cultura. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição,

Para tal finalidade, pretendo iniciar nessa dissertação o pensamento sobre os aparelhos privados de hegemonia das pessoas com deficiência por alguns vieses: o primeiro é a sua composição intrincada, formada por pessoas com e sem deficiência; o segundo por pessoas com vários tipos de deficiência e por último, pelas várias esferas nas quais os tipos de deficiência se relacionam de forma mais ou menos tensa, e por vezes, chegam até mesmo a trilhar caminhos diferenciados. Como ficaria inviável estudar a trajetória de todos os tipos de deficiência (pessoas com deficiência física, visual, auditiva, intelectual), optei por investigar os objetos que me são mais próximos: a trajetória das pessoas com deficiência física e a das pessoas com deficiência visual.

Quanto à temporalidade, pensei inicialmente em fazer minhas análises desde os anos 80, até meados de 2000. Como isto se tornou inviável em virtude do volume de temas e da diversidade histórica, optei por concentrar o foco do trabalho na década de 1980 e meados dos anos 90. Em nível nacional e internacional, nos anos 80, ocorreram marcos importantes acerca do assunto, tais como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência – AIPD, a participação das coalizões de pessoas com deficiência nos níveis nacional e regional, a fim de contribuir com os textos da Constituição da República de 1988 e das constituições estadual e municipal de 1989 e 1990, respectivamente. Já no início dos anos 90, busquei compreender como as ideologias⁵ de caridade e assistencialismo, ligadas à classe dominante e dirigente, perduraram e criaram a correlação de forças que nortearam os rumos da participação política das pessoas com deficiência, principalmente as com cegueira e baixa visão.

Para tal, busquei entender, por meio de entrevistas, como as relações entre os aparelhos privados de hegemonia e a luta por autonomia na cidade de Uberlândia ultrapassam

Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.1, p.103,115.

_____. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.2. p.21

_____. Caderno 22. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.4. p.247,248 e 251.

_____. Caderno 25 (1934). Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos). In: _____. **Cadernos do Cárcere**, v. 5, 2001. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.5. p.139-140.

⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 97.

⁵ _____. Caderno 22. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.4. p.247, 248 e 268.

SAID, Ana Maria. **Uma estratégia para o ocidente**: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB. Uberlândia: EDUFU, 2009. p.67.

as instituições representativas dirigidas pelos intelectuais orgânicos⁶ e o papel desses na efetivação de direitos, na reprodução de ideias hegemônicas e contra-hegemônicas e de práticas ideológicas. Com o objetivo de compreender uma série de questões, optei por entrevistar pessoas com deficiência, que são militantes nessa área há mais de dez anos, e que possuem trajetórias diferentes, ou seja, aqueles que estão nas instituições de base e aqueles que saíram desta esfera, se afastando da base e que hoje atuam junto aos órgãos governamentais. Importante observar que alguns desses militantes não tiveram oportunidade de estudo, enquanto outros chegaram ao nível superior de ensino.

Foram realizadas, ao todo, nove entrevistas nas quais não foram enfatizadas histórias de vida, de superação, bem assim, a catalogação de barreiras atitudinais que tais pessoas possam ter sofrido e/ou vivenciado. O ponto de partida foi o processo de contato que os indivíduos tiveram com seus pares e com o meio institucional e, a partir desse contato, refletir sobre questões como a unidade; as divergências, a diferença entre o discurso e a prática inclusiva; como as coalizões enfrentam as questões que envolvem a remoção de barreiras atitudinais e arquitetônicas; a preocupação com a renovação da luta por autonomia e o papel das instituições como forças representativas e na formação de intelectuais orgânicos do segmento nas sociedades civil e política.

A preocupação com a renovação da luta por autonomia é um assunto que foi amplamente discutido nas entrevistas. Os militantes, ora nas instituições por tipo de deficiência, ora nos órgãos representativos dos vários tipos de pessoas com deficiência, identificaram que não conseguiram formar a geração seguinte, nem mesmo sua geração para a sucessão nas instituições de pessoas com deficiência. Porém, ao se questionar os entrevistados sobre quais seriam as estratégias que os aparelhos privados de hegemonia poderiam adotar para a formação de novos intelectuais, verificou-se que existem correlação de forças⁷, cujas maiores tensões se originam das disputas entre os aparelhos pela conquista e dominação da sociedade civil. A ligação dos militantes com diferentes classes sociais que geram conflitos

⁶ _____. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. Cadernos do Cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.2. p.19, 23, 24, 28 e 29.

⁷ _____. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. Cadernos do Cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.2. p.19, 23, 24, 28 e 29.

SAID, Ana Maria. **Uma estratégia para o ocidente**: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB. Uberlândia: EDUFU, 2009. p.71, 95, 98 e 121.

MENDONÇA, Sonia Regina de. (org.). Introdução. In: _____. **Estado brasileiro**: agências e agentes. Niterói. EdUFF/ Vício de Leitura, 2005. p.07-18.

dentro e fora do âmbito institucional nos remete a algumas questões: existe diversidade nos caminhos trilhados para a formação de intelectuais orgânicos? Qual a ligação dos militantes entrevistados com as classes sociais nos moldes capitalistas? Como as instituições representativas dirigem as ações hegemônicas e contra hegemônicas internas e como estas se relacionam com outras coalizões representativas no âmbito das sociedades civil e política?

Com a ineficácia da formação de intelectuais orgânicos, ocorre a separação entre a produção intelectual e a prática de uma sociedade igualitária, pois, na maioria das vezes, as análises sobre o processo de inclusão é estritamente conceitual, o que constitui políticas públicas sem prática. Assim, têm-se vários cursos, financiamentos de projetos e tecnologias de assistência que chegam às escolas sem a formação adequada de pessoas com deficiência para estarem à frente de órgãos específicos e de profissionais que estejam dispostos a vivenciar o processo de inclusão como construção histórica. Isso leva à desvalorização da pessoa com deficiência como profissional, e à formação de muitas pessoas para repetirem o mais do mesmo.

Nos depoimentos orais e nas diversas documentações produzidas pelas pessoas com deficiência, pode-se ver claramente que a luta pela autonomia não provém apenas da teoria, mas dessa em conjunto com a prática. Muitos trabalhos enfatizam que têm como objetivo dar voz às pessoas com deficiência, porém o que prevalece são ideias puramente conceituais.

Em outro momento, pretendo refletir acerca da relação dos aparelhos privados de hegemonia voltados à representatividade de cada tipo de deficiência com aparelhos que têm como função representar todos os tipos de deficiência, bem como a influência da correlação de forças internas e externas que atuam no processo da luta por autonomia de tais pessoas na cidade de Uberlândia. A luta pela promulgação da Lei Orgânica e pela desvinculação das associações dos clubes internacionalistas norteou os conflitos no fim dos anos 80 e meados dos anos 90.

Ao pensar nessa heterogeneidade das coalizões é necessário discorrer sobre as instituições para pessoas com deficiência, pois elas constituem o saber técnico para a prestação de serviços de habilitação e reabilitação, estimulação precoce, além de deter, também, o monopólio sobre a transcrição, produção e distribuição dos textos em formatos acessíveis, da produção de órteses ou materiais específicos para esta clientela (tecnologia assistiva, regletes e punções, equipamentos para a confecção de material didático especializado, etc.). Mesmo se reconhecendo como prestadora de serviços, elas são produtoras de políticas públicas e constituem parte importante das instituições representativas paritárias e das conferências nos três níveis.

Os livros de ata da APARU foram a mim disponibilizados. Porém, e infelizmente, o primeiro livro, que poderia me ajudar a entender o começo da luta das pessoas com deficiência física em Uberlândia, foi perdido. As atas registradas no primeiro livro foram elaboradas a partir de 1994 até 2007 e relatam como ocorreram as eleições para a presidência da associação nesse período, bem como as mudanças estatutárias e de regimento interno. Elas são de dois tipos: atas das assembleias gerais ordinárias e atas de diretoria.

A partir da leitura das atas de eleição e posse da nova diretoria pode-se ter uma ideia do processo político que ocorre dentro da instituição, bem como perceber como o processo de renovação de pessoas para estar à frente das instituições representativas pode se tornar lento e, em algumas vezes, quase inexistente. O objetivo da análise de tais atas é centrar a análise nos significados das associações em seus conflitos internos e nas diferenças de interpretação sobre as políticas voltadas para os portadores de deficiência física.

As reportagens de jornais me ajudaram a refletir sobre como se desenvolveram as reivindicações por meio do âmbito institucional, principalmente na Associação de Paraplégicos de Uberlândia (APARU) e, as atas de reunião, por sua vez, podem indicar pistas de como se comportou essa instituição na luta por direitos. Infelizmente, apenas a Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia (ADEVIUDI) possui alguma documentação entre atas, projetos e estatutos que contribuíram na pesquisa sobre as instituições de pessoas com deficiência visual. Já a Associação dos Deficientes Visuais do Triângulo Mineiro (ADEVITRIM) possui pouca documentação preservada a respeito de sua atuação junto ao segmento.

Em princípio, pensei em investigar os jornais e as atas da Câmara Municipal a partir do ano de 1988, porém isso demandaria muito tempo e trabalho para selecionar o necessário para pensar as coalizões. Ao visitar o Arquivo Público, resolvi deixar as atas da câmara um pouco de lado e pesquisar nos documentos municipais a legislação voltada às pessoas com deficiência desde 1989, após e durante a criação da Lei Orgânica Municipal, e depois retrocedi, estendendo a pesquisa até 1972, ano em que foi criada a ADEVIUDI, antiga Associação de Cegos de Uberlândia (ASSOCEGO). No entanto, a adoção desse procedimento tornou a pesquisa morosa e, então, resolvi avaliar somente as leis e seus processos, seguindo algumas referências fornecidas pelos entrevistados, tais como a inauguração das associações, a promulgação da Lei Orgânica Municipal, a criação da Secretaria de Planejamento e do Ensino Alternativo Especializado ligado à Secretaria de Educação. Os rumos desta pesquisa ainda não estão totalmente postos, mas o caminho que serve de “fio condutor” nos leva a horizontes que nos dão esperanças acerca de uma militância que reúna teoria e prática,

intelectuais orgânicos que estejam dispostos a oferecer à sua geração o que não tiveram. Como exemplo, toma-se o grau de instrução tão citado nos depoimentos. E, da mesma forma, intelectuais orgânicos comprometidos com a luta e não somente com seus títulos acadêmicos; com o processo de inclusão e não com conceitos vagos e distantes da realidade; que se preocupam com as pessoas com deficiência como um todo e não somente com os que estão ao seu redor.

Mediante o exposto até agora em minha pesquisa, não consigo estabelecer o marco divisor que existe entre minhas preocupações com o rumo da militância da qual faço parte e, minhas considerações, enquanto pesquisadora. O mal-estar que sinto não é por mim, mas pelas gerações futuras e pela questão de como posso, na condição de intelectual⁸, apontar caminhos para a militância das pessoas com deficiência.

Diante disto, ficam aqui os questionamentos e angústias de minha formação como intelectual e de meu papel como militante, os quais não se separam e que não permitem que eu me afaste da luta. Fica a preocupação com os rumos das novas gerações privadas de sua escrita e língua natural, em oposição à uma propaganda maciça por uma inclusão teórica e excludente. Fica a vontade de que nossas lideranças sejam respeitadas e que nos entendamos como defensores de nossas características, da convivência com nossos pares, com um processo inclusivo de mão dupla, e, o que me angustia mais ainda, é que isto não irá ocorrer, pois o poder nunca será igual para todos os grupos, mas a capacidade de luta nunca é estática.

1.1 Dos entrevistados

Das nove entrevistas realizadas, cinco militantes são pessoas com deficiência visual e quatro com deficiência física. Com relação aos militantes com deficiência visual, foram entrevistados: Heloísa Rosa e Silva, Ivando Pereira de Araújo, Jaime Bernardes da Silva, Maria José da Silva e Neusa de Fátima Gonçalves de Sousa. Já os militantes com deficiência física, entrevistados são: Clayton Barbosa Martins, Gilmar Borges Rabelo, Idari Alves da Silva e Janilda Cândida Ferreira.

Heloísa e Jaime são irmãos, naturais de São Gotardo-MG, e chegaram a Uberlândia em 1984 e participaram da criação da ADEVITRIM e, logo após, também conheceram a ASSOCEGO. O militante Lázaro, cujo nome consta em várias entrevistas, era marido de

⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. (org.). Introdução. **Estado brasileiro**: agências e agentes. Niterói. EdUFF/ Vício de Leitura, 2005. p.07-18.

_____. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p.97.

Heloísa e participou do mesmo processo, porém, no período compreendido entre o final do ano de 1980 e começo de 1990 fez parte da diretoria da ASSOCEGO, pois era formado em Direito. Heloísa atuou como professora de Braille ligada ao CEMEPE, no período em que a associação estava desativada, sendo que participou da intermediação entre a prefeitura e a ASSOCEGO e quando a ADEVIUDI foi criada, permaneceu como professora cedida pela prefeitura na associação, pois se formou em História no fim de 1990, contudo atua na área de educação especial. Jaime, por sua vez, não concluiu o ensino fundamental; atuou na diretoria da ADEVITRIM desde a sua criação e, em 1999, participou da retomada do prédio da ASSOCEGO, da mudança desta para ADEVIUDI e da elaboração de um novo estatuto. Ambos praticaram esporte por meio da ADEVITRIM, mas Heloísa priorizou seus estudos.

Maria José é natural de Uberlândia, e quando adolescente foi para São Paulo, SP, estudar em uma escola especializada para pessoas cegas, chamada Padre Chico. Kursou os dois primeiros anos do ensino médio em uma escola estadual e voltou para Uberlândia em 1985, após a criação da ADEVITRIM. Ela foi atleta paraolímpica por vários anos por meio da ADEVITRIM e deu aulas de Braille na ASSOCEGO por seis anos. Ao longo do ano de 1990 se formou em Pedagogia, trabalhou no CEMEPE na época em que este funcionava na sede da ASSOCEGO, e após o ano de 1999 afastou-se de vez das instituições representativas e, atualmente, assim como Heloísa, atua na educação especial em Uberlândia.

Ivando conheceu a ADEVITRIM em meados de 1986, fez sua carreira no esporte, mas não concluiu seus estudos, sendo de família rural. Por meio do esporte, teve contato com outras realidades de pessoas com deficiência visual pelo Brasil. Porém, o primeiro contato que teve com pessoas cegas e com baixa visão foi através da ASSOCEGO, já que assumiu o trabalho de visitar essas pessoas, a fim de convidá-las para participar de suas atividades. Em 1999, participou da retomada do prédio da ASSOCEGO, e em 2002 candidatou-se à presidência da ADEVIUDI, vencendo tal pleito, mas desistiu do cargo por motivos pessoais, voltando a assumi-lo em 2010, continuando como presidente até o presente momento. Após ser eleito, passou a participar do COMPOD como conselheiro.

Neusa é a mais nova das militantes com deficiência visual entrevistada, pois conheceu a ADEVITRIM em 1997 e em 1999 fez parte do grupo que retomou o prédio da ASSOCEGO. Entretanto, era inexperiente na área administrativa. Após a renúncia de Ivando em 2002, tornou-se presidente da ADEVIUDI em seu lugar e reelegeru-se em 2005, tendo sido vice-presidente até 2009, ano em que foi realizada uma auditoria que resultou na destituição da diretoria atuante. Logo após esse fato, foi atuar na diretoria da ADEVITRIM, quando passou a ser conselheira no COMPOD, por meio dessa instituição.

Clayton chegou a APARU por volta de 1985, fez sua carreira no esporte paraolímpico e concluiu o ensino médio com o incentivo de seus pais. Participou de vários cargos na diretoria e chegou a ser presidente da instituição. Também foi conselheiro no COMPOD nos primeiros anos de existência deste.

Janilda entrou em contato com a associação em 1989, participou do esporte até meados dos anos 90. Por vários anos fez parte do conselho fiscal da APARU, cursou supletivo com incentivo dos seus pares e atualmente trabalha em uma empresa, além de cursar Administração de Empresas, salvo engano. Além de exercer funções administrativas na instituição voluntariamente, representou a APARU junto a outros conselhos municipais.

Gilmar é sócio fundador da APARU, formou-se em Engenharia Civil e fez mestrado na mesma área, afastando-se da associação no fim do ano de 1980 e início de 1990. Participou das discussões da Lei Orgânica municipal e, em 1998 começou a trabalhar na Secretaria de Planejamento Urbano. Em 2002 contribuiu com a criação do Conselho Municipal de Pessoas Portadoras de Deficiência, atuando, desde então, como membro da diretoria e conselheiro, e atualmente é presidente reeleito.

Idari entrou em contato com a APARU no ano de 80, aos 18 anos, após mudar-se do interior do estado de Goiás para Uberlândia. Iniciou e concluiu o supletivo e em seguida formou-se em História e, posteriormente, fez mestrado na área de História Social e Movimentos Sociais. Participou das discussões da Lei Orgânica Municipal, sendo, nesse processo, um dos maiores destaques como intelectual na luta pela inclusão durante os anos 90 e 2000. Em 2002, foi presidente do COMPOD, sendo posteriormente reeleito. Entrou na Secretaria de Planejamento Urbano em 1998, onde trabalha até hoje.

1.2 O diálogo conceitual

Edward Thompson em seu livro *A miséria da teoria ou um planetário de erros*⁹, no capítulo “A História como processo”, faz uma distinção entre o direito natural das sociedades e o processo histórico. Isto porque, e segundo tal autor, os acontecimentos históricos são diferentes da soma das vontades individuais porque o mundo não surgiu e existiu a partir da soma das vontades particulares dos homens e, sim, a partir da contradição produzida nas convivências entre eles.

Para esse autor, as análises históricas sólidas são aquelas baseadas na ideia de

⁹ Thompson, E. P. A História como processo. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Zahar S.A. Rio de Janeiro, 1981.

processo. Os homens são capazes de fazer sua própria história, porém existem limites para tal, como aqueles impostos pela economia e pela política, sendo que o processo surge de inúmeras forças que se entrecruzam, dando origem à história e seus rumos. Assim, as vontades individuais geram algo, no meio coletivo, do qual os indivíduos são participantes de sua composição.

O processo histórico não dá origem, através da soma de fatos individuais, a uma resultante inesperada, fruto de forças contraditórias entre si, pois as vontades individuais não são átomos mas sim agrupamentos tais como famílias, interesses etc. Cada nível, seja ele econômico, político ou social, possui tempo e trajetórias históricas diferentes, mas estas temporalidades se articulam em um todo, no qual não precisam necessariamente ocupar o mesmo ritmo de trajetória. Para entender melhor como a luta por autonomia das pessoas com deficiência se desenvolve, cabe pensar aqui como os grupos sociais lutam entre si pelo poder e qual o papel institucional nesse processo como interlocutor desta classe.

O autor Michelotto¹⁰ nos traz uma análise significativa do pensamento gramsciano sobre a atuação dos aparelhos privados de hegemonia, ou seja, o partido, na condução das reivindicações das diversas classes sociais, em todas as suas esferas. O objetivo central do intelectual orgânico é direcionar as classes sociais, principalmente as subalternas, na conquista de seu espaço, superando ações espontâneas e a fragmentação interna dos setores não dominantes da sociedade.

No processo de consolidação de uma política que direciona as pessoas com deficiência à luta por autonomia, é preciso levar em conta a guerra de posição, cujo objetivo é reconstruir tanto as discussões intelectuais quanto os valores morais, no âmbito das sociedades civil e política, a fim de vencer a hegemonia dos grupos dominantes e, assim, tomar a direção da sociedade civil, bem como controlar e manter o poder na sociedade política. A guerra de posição remete à ideia gramsciana de democracia, que ocorre em dois momentos: em primeiro lugar, as conquistas democráticas se configuram como estratégia para a constituição de uma nova sociedade civil e, conseqüentemente, em segundo lugar, ocorre a organização de uma nova síntese entre a base e a superestrutura que leva a um novo bloco histórico que consiga superar a democracia burguesa baseada no estruturalismo, no determinismo, na ordem e no progresso¹¹.

Portanto, as instituições de pessoas com deficiência – que são aparelhos privados de

¹⁰ Michelotto, 1991 *apud* Gramsci, 1975. **História & perspectivas**. Pois é, quem diria: Gramsci faz 100 anos, 5, Uberlândia-MG, 1991.

¹¹ SAID, Ana Maria. Capítulo 2: Categorias políticas de Antonio Gramsci. In: ____ **Uma estratégia para ocidente: O conceito de democracia em Gramsci e o PCB**. p. 74.

hegemonia – têm o dever de, no exercício de seu papel como intelectual coletivo, conter as ações espontâneas, ou seja, sem organização, as quais prejudicam a estrutura de um movimento social organizado. Outro dever do intelectual orgânico é conter as fragmentações internas das coalizões, proporcionando ao mesmo tempo a força de luta e coerência de pensamento ao reivindicar um determinado direito e proporcionar aos indivíduos que frequentam tais instituições a possibilidade de atuarem como sujeitos de seu tempo.

A ação do intelectual não pode ser entendida sem que se trate da noção de hegemonia, a qual significa a união entre as ações coercitivas e consensuais, exercida por uma classe no contexto de uma sociedade historicamente situada.

Desta forma, a hegemonia de um determinado grupo social sobre outro ocorre de duas formas: pelo domínio e pela direção intelectual e moral. Ao mesmo tempo em que um grupo social exerce seu domínio por meio de sua cultura¹² outros grupos, os quais lutam com este pelo poder, também exercem o papel de dirigente intelectual dos grupos aliados e afins, sendo que a direção e subordinação de outros grupos sociais àquele dominante ocorre antes que este alcance o poder da classe proprietária. Em outras palavras, a hegemonia começa com as lutas de poderes no âmbito da sociedade civil, a qual é o meio de os grupos hegemônicos alcançarem a sociedade política por meio do consenso entre o grupo que pretende alcançar o poder político e aqueles que já o exercem. Assim, o grupo social dominante exerce sua hegemonia estendendo à população os direitos da burguesia, fazendo com que os grupos populares o mantenham no poder através do consenso, o que gera estabilidade de poder e controle dos grupos contra-hegemônicos.

Porém, os intelectuais atuam além das estruturas institucionais, pois todos os homens possuem a potencialidade de se tornarem intelectuais já que não possuem nada de especial em relação aos outros. Esta potencialidade é desenvolvida quando as pessoas elaboram ideias e representações do mundo onde vivem, as quais se refletem no destaque que as mesmas obtêm quando conseguem fazer valer sua visão de mundo, dar voz a um determinado grupo e dominar a visão de mundo das demais classes. Assim, o intelectual exerce funções mediadoras, cognitivas e organizadoras dentro da sociedade civil e política. Nesse sentido, os intelectuais não têm contato direto com a sociedade política sem passar pela sociedade civil, ou seja, o intelectual não é aquele que se origina de determinado grupo corporativo, mas sim,

¹² Segundo Gramsci o conceito de cultura não significa aquisição de conhecimento acadêmico e, sim, a difusão da visão de mundo dos grupos sociais, as quais através da guerra de posição podem alcançar a direção do Estado, composto pelas sociedades civil e política, influenciando a ordem intelectual e moral deste. GRAMSCI, A. Caderno 11 (1932-1933). Apontamentos para uma introdução ao estudo da filosofia e da história da cultura. In: _____. **Cadernos do Cárcere**, v. 1, 2001. p. 95 e 96.

aquele que fala por um determinado grupo social.

Desta forma, é importante refletir acerca de qual é a perspectiva dos intelectuais orgânicos ligados ao segmento das pessoas com deficiência e qual a trajetória de formação desses intelectuais ao lidar com a heterogeneidade desse grupo, bem como pensar em como as pessoas com deficiência visual inserem seus intelectuais orgânicos no processo de construção de luta por direitos sociais. Para que tal análise seja desenvolvida, precisa-se entender como Gramsci divide e pensa a formação da sociedade e sua relação com o Estado, criando as condições de formação dos intelectuais coletivos.

Ao discorrer sobre a correlação de forças, Gramsci dividiu o processo de revolução social em vários graus¹³: primeiro a relação de forças sociais ligadas à estrutura e que agem independentemente da vontade dos homens. Com o desenvolvimento das forças de produção ocorrem os agrupamentos sociais representantes de uma função e de uma posição que ocupam no processo de produção. Essa fase é chamada por Gramsci de sociedade rebelde, a qual permite verificar o grau de realismo e viabilidade das diversas ideologias que surgiram em seu terreno por meio das contradições.

A próxima fase é composta pela relação das forças políticas que levam à avaliação do grau de homogeneidade, autoconsciência e organização que os grupos sociais alcançaram. Os vários momentos da consciência política coletiva podem ser subdivididos em (i) econômico corporativo, no qual ocorre a homogeneidade de um grupo pelas características semelhantes de seus membros, porém não há unidade com o grupo social mais amplo; (ii) a consciência da solidariedade de interesses entre um grupo social na qual a questão do Estado começa a ser posta, mas apenas no campo da obtenção da igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, em que as coalizões reivindicam o direito de participar da legislação e da administração, e até mesmo de modificá-las e reformá-las, e ao mesmo tempo manter a estrutura estatal existente; (iii) a aquisição de consciência dos interesses corporativos, ao superar o ciclo de grupo econômico, tornando-se aspiração de outros grupos subordinados e assinalar a passagem política da estrutura para superestruturas complexas em que as ideologias transformam-se em partidos e passam a disputar com outras a hegemonia até que uma delas se sobreponha e garanta a homogeneidade da unidade econômica, política, intelectual e moral e provoque a passagem das correlações de forças do campo corporativo para o universal.

¹³ Esses três subsequentes foram baseados em GRAMSCI, Antonio. Caderno 13. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3. p.41-43.

A terceira fase é a das forças militares que pode ser dividida em técnico militar, referente à atuação bélica, e o político militar, responsável pela desagregação e opressão dos grupos dominados, citando-se como exemplo de atuação político militar o golpe civil militar de 1964.

Assim, ao analisar os intelectuais, Michelotto, em seu texto, nos remete às importantes considerações gramscianas que utilizarei aqui, sobre as relações de força que norteiam os acontecimentos históricos, e que não podem ser desconsideradas se um grupo social pretende realmente atuar revolucionariamente na realidade cultural de uma sociedade. Para que os intelectuais conduzam seu grupo social do nível econômico ao político no Estado moderno é necessário passar por três fases importantes sem que necessariamente se constituam em fases sequenciadas dentro do movimento histórico.

Em um primeiro momento os grupos sociais passam por uma organização econômico-corporativa, na qual os indivíduos possuem um grau de afinidade baixo, sustentado pela consciência de igualdade profissional, de atividade ou de condição, como é o caso da criação das associações de pessoas com deficiência, nas quais as pessoas com deficiência visual, por exemplo, se organizam por vivenciarem a mesma condição. Nesta fase o processo político é desagregado e pouco organizado, e suas tentativas de se fortalecer são facilmente frustradas pelas classes dominantes organizadas e universais.

Os grupos sociais se organizam além dos limites profissionais, e no caso do segmento das pessoas com deficiência, as organizações atendem um grupo que vai além das condições de tais indivíduos, como no caso dos conselhos nacional, estaduais e municipais, que reúnem pessoas com diversos tipos de deficiência, sejam elas física, intelectual, mental, sensorial ou emocional. Nesse nível, procura-se alcançar, perante o Estado, uma igualdade político-jurídica nos moldes estruturais existentes.

E, finalmente, o grupo social organizado atinge o nível de consciência capaz de admitir, de forma qualitativa, que seus interesses devem se tornar os dos grupos subordinados, tais como os ideais de Inclusão que norteiam as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência adotadas em níveis regional, estadual e nacional. Esta fase marca a passagem do nível econômico da infraestrutura para o político da superestrutura, cujo movimento supera o caráter imediatista e corporativo das reivindicações que possuem efeito de curto prazo. Entretanto, os aparelhos privados de hegemonia ligados às pessoas com deficiência não conseguiram sair da fase econômica corporativa, ou seja, as instituições representativas reivindicam a participação na elaboração das leis e o direito de modificá-las, porém não propõem alterações na estrutura organizacional do Estado.

No caso específico de Uberlândia, as relações dentro do segmento das pessoas com deficiência são intrincadas, pois há um conflito das visões de mundo quando se fala dos aparelhos privados de hegemonia representantes de cada tipo de deficiência. A criação das associações de pessoas com deficiência tem ligação estreita com as ideias americanistas e fordistas¹⁴ difundidas pelo Rotary Club, Lions Club e Maçonaria.

Esses clubes relacionam-se com o Estado criando combinações político-econômicas originais e historicamente consolidadas. Esses aparelhos hegemônicos¹⁵ trouxeram, de países mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos¹⁶, ideologias que repercutem em nível regional e local. Estas formações internacionais possuem recursos políticos e históricos diversos que mantêm o seu triunfo em vários países, conferindo-lhes o papel de partidos políticos e intelectuais orgânicos. Além disso, as relações entre forças internacionais e nacionais tornam-se complexas pelo fato de existirem no interior dos Estados várias regiões com estruturas diferentes e relações de força diversificadas, combinando a coerção e consenso para a difusão de suas ideologias.

Dentre as ideias hegemônicas sobre as pessoas com deficiência difundidas por esses grupos no Brasil, encontram-se o modelo médico de normalização da pessoa com deficiência; o clientelismo e as ações caritativas e assistencialistas.

Entretanto, existe um fator a se considerar: a ligação com a classe. O fato de uma pessoa possuir a característica de uma deficiência, seja ela física, sensorial ou intelectual, não é condição determinante para que essa se identifique com outras pessoas com deficiência. A questão material permeia todo o processo de luta por autonomia desse segmento, pois os níveis de autoconsciência, ainda que na fase econômico-corporativo são diversos. Enquanto em algumas coalizões as pessoas com deficiência se identificam apenas com as características que possuem, em outras há tais pessoas que se organizam com uma visão do todo. Essas diferenças de autoconsciência geralmente estão intrinsecamente ligadas às condições sociais, econômicas, políticas e culturais, nas quais os intelectuais orgânicos de uma determinada classe estão inseridos.

¹⁴ _____. Caderno 22. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.4. p. 247, 248 e 251.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3. p. 42 e 90.

¹⁵ MENDONÇA, Regina de. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 97.

¹⁶ GRAMSCI, Antonio. Caderno 13. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3. p. 42.

Segundo Gramsci, não existe espontaneidade histórica¹⁷, e sim ações mal ou bem dirigidas, as quais provocam, assim, um descontrole nos rumos da História das classes subalternas que, sem aparelhos privados de hegemonia que legitimem sua visão de mundo, não sabem valorizar sua trajetória histórica e veem suas ideias se resumir ao senso comum.

Dessa forma, pode-se perceber que todos os tipos de deficiência, sejam elas física, intelectual, mental, sensorial visual ou auditivo ou emocional, submetem-se a uma intrincada relação e disputa de poder que demonstra as diferenças de força quando se trata de lutas por direitos e de intervenção nas políticas públicas voltadas a esse segmento. Ao tratar especificamente das pessoas com deficiência visual é relevante dizer que a constituição dos seus intelectuais orgânicos é fraca e fragmentária, tem-se como exemplo as duas associações existentes, quais sejam, Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia – ADEVIUDI e Associação dos Deficientes visuais do Triângulo Mineiro – ADEVITRIM, fora outras instituições que desenvolvem programas fragmentados e não possuem poder de luta sólido.

O fato de fazer parte de uma determinada instituição organizada não dá garantias ao intelectual orgânico, representante das classes subalternas, de que ele chegará à sociedade política pois, embora a luta hegemônica se dê na sociedade civil, não são as instituições que chegam ao poder, mas sim a classe organizada politicamente. Desta maneira, os grupos dominantes e aqueles que possuem um poder corporativo sólido capaz de lutar pelo poder hegemônico são responsáveis por atrair os intelectuais para si, os quais exercem o papel de direcionar e organizar os aparelhos privados de hegemonia, consolidando, assim, a dominação de um determinado grupo social pelo consenso e pela coerção, a fim de obter a hegemonia. Eles dão conteúdo e forma ao poder cultural hegemônico e organizam-se entre si, gerando uma hierarquia intelectual que vai dos grandes intelectuais produtores da arte, da literatura e das pesquisas científicas ao intelectual de médio e baixo porte, responsável por divulgar e administrar os aparelhos privados de hegemonia e manter sua dominação hegemônica no âmbito da sociedade política, resistindo às ações contra hegemônicas dos outros grupos sociais.

Com relação às pessoas com deficiência, existem os intelectuais que se encontram no comando dos aparelhos privados de hegemonia representativos desse segmento em sua totalidade, e há os que se encontram nas variadas organizações de e para pessoas com deficiência, criando uma relação intrincada que dita os rumos das políticas públicas e privadas

¹⁷ GRAMSCI, A. Caderno 25 (1934). Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos). In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.5. p. 131-132.

voltadas às pessoas com deficiência. É complicado classificar de forma determinista os intelectuais ligados às pessoas com deficiência visual, porém a luta por direitos dentro de tal segmento não é homogênea, pois cada tipo de deficiência constrói, ao mesmo tempo, trajetórias de luta diferenciadas, dependendo do local de onde atua e das forças a que ele se submete e impõe.

Um intelectual pode perder seu grupo social de origem para uma classe hegemônica, porém, não perde sua matriz discursiva, sendo atraído muitas vezes para o grupo dominante e assumindo, através do consenso, o discurso do mesmo. Quanto mais o intelectual se afastar dos problemas de seu grupo social, menos domínio ele terá sobre o mesmo e não poderá se tornar dirigente, pois a verdadeira revolução acontece quando o intelectual orgânico consegue, por meio do domínio e da direção, levar a coletividade ao consenso, aglutinando várias forças sociais, incorporando-as ao processo político.

Assim, o intelectual orgânico permite a passagem da visão histórica particularista, fechada no meio corporativo, para outra universalista, a qual pensa o presente e o futuro do grupo social que se pretende inserir no meio político-filosófico dominante. O papel do aparelho privado de hegemonia vai além de suas funções estruturais e, em vários casos, é responsável pela formação dos intelectuais orgânicos de um grupo social, além de assumir o papel educativo, diretivo e organizativo na luta por conferir à sociedade seu movimento.

Dessa forma, os intelectuais ligados ao segmento das pessoas com deficiência visual são formados em múltiplos espaços, o que dificulta muito o desenvolvimento de um grupo sólido e coeso. E sua formação na cidade de Uberlândia ainda é fragmentária e se encontra em um nível diferente da formação dos intelectuais ligados a outros tipos de deficiência, em especial, a física. Pois esses são intelectuais orgânicos ligados à classe social dominante.

Em resumo, a relação entre classes subalternas e classes dominantes que podem ser também dirigentes, leva os grupos subordinados a adotarem as visões de mundo de outros mais fortes, pois se organizaram apenas pela unidade histórica, pelo fato de não controlarem o poder político, nem dominarem o Estado restrito. Além disso, não exercem poder cultural sobre as demais classes descritas como dirigentes que controlam o aparato Estatal restrito e se impõem no âmbito político-jurídico; e classes dominantes, que possuem relações orgânicas com a sociedade civil em que prevalece a visão de mundo da mesma. Ideologia dominante é a representação em forma ideal da dominação material da classe. Gramsci¹⁸ define como Estado a Sociedade Política que reúne a estrutura institucional coercitiva do Estado e a Sociedade

¹⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Civil, que é composta pelas organizações dos indivíduos em Aparelhos Privados de Hegemonia. Tais organizações, além de disputar o poder entre si, também realizam o consenso e a coerção, os quais influenciarão, não só a luta pelo poder no âmbito da sociedade civil, mas também servirão como porta de entrada, em vários momentos, para a sociedade política. A luta das pessoas com deficiência visual não deve ser pensada somente na perspectiva da coerção por grupos mais poderosos e influentes dentro da sociedade política, mas na perspectiva do consenso, fruto das relações de poder estabelecidas pelos aparelhos privados de hegemonia no âmbito da sociedade civil.

1.3 Organização dos capítulos

No capítulo I pretendo tratar do desenvolvimento das coalizões das pessoas com deficiência e sua atuação nas constituintes nacionais e estaduais, bem como sua participação nas discussões da redação da lei orgânica municipal. Para isto, quero fazer algumas considerações sobre o Estado, sua constituição e seu papel como produtor de hegemonias e contra-hegemonias. Outro assunto a ser discutido, é a ideologia da cidadania cuja origem provém de uma sociedade que prega a igualdade de direitos entre os indivíduos, porém no interior de uma sociedade capitalista e classista. Ao longo dos anos 80 e 90 pretendo refletir acerca da forma como as coalizões caminharam na cidade de Uberlândia e a sua atuação na busca pela autonomia. Para tal, faço uma revisão bibliográfica com três autores que me ajudaram a pensar a luta das pessoas com deficiência desde os anos 70, Ana Paula Crosara de Resende (2004), Idari A. Silva (2002) e Ana Maria M. Crespo (2009).

No segundo capítulo, fiz uma explanação sobre o papel que o indivíduo exerce no grupo social a que pertence, de acordo com as reflexões gramscianas. Depois, ponderei sobre como a APARU se desenvolveu ao longo dos anos 90, principalmente, a fim de verificar como esta instituição conduziu a formação de seus intelectuais orgânicos e como eles desenvolveram sua militância para além do âmbito institucional e conseguiram destaque na luta pela acessibilidade. Para tal finalidade, discorro sobre o programa “Uberlândia sem barreiras” e sua repercussão na cidade de Uberlândia, inclusive na imprensa.

No terceiro capítulo, discorro sobre como a filosofia da práxis é um importante fator ao pensar os aparelhos privados de hegemonia das pessoas com deficiência, e, em seguida, demonstro como as associações de pessoas com deficiência visual trilharam caminhos separados e se originaram de anseios diferentes uma da outra. Procuro ainda entender a divisão desse segmento, o seu desenvolvimento e porque seus aparelhos privados de

hegemonia, por meio de seus intelectuais orgânicos, ainda se encontram em uma consciência político-corporativa na qual predomina ações filantrópicas entremeadas à ideia de luta pela cidadania, cujo objetivo é desfrutar dos espaços sociais dentro da sociedade capitalista vigente.

2 AS VISÕES DE MUNDO DOMINANTES E A LUTA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA POR AUTONOMIA: A PROMULGAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E MINEIRA E DA LEI ORGÂNICA DE UBERLÂNDIA

2.1 O Conceito de Estado Gramsciano

Com as transformações ocorridas no século XX, surgiram vários pensadores, adeptos da matriz marxiana que tentaram pensar o Estado para além da esfera econômica. Porém, a mais expressiva análise da estrutura estatal foi feita por Antônio Gramsci, o qual criticou as bases analíticas do Estado fundamentadas no mecanicismo e no economicismo.

Para este autor, o Estado não é um sujeito que paira acima da sociedade e possui vontade própria, nem é o objeto das classes dominantes utilizado com a finalidade de garantir suas propriedades e interesses. Desta forma, ele é o fruto de diversas relações sociais, incorporando a multiplicidade das mesmas, e refletindo os conflitos, conformidades e resistências pelos quais passa uma determinada sociedade no seu processo de formação e existência. Assim, a Sociedade Civil e a Sociedade Política não estão mais em oposição uma à outra como nas análises anteriores, as quais possuíam uma base filosófica dual da natureza do Estado.

Essa nova filosofia de pensamento em relação à natureza estatal foi denominada Visão Ampliada do Estado, a qual se fundamentou em um tripé: a infraestrutura, que não modifica seu papel em relação à visão de Karl Marx, isto é, ela continua a representar o âmbito das relações entre o sistema produtivo e o mundo do trabalho; a Sociedade Civil, que se constitui dos indivíduos organizados nos denominados Aparelhos Privados de Hegemonia que norteiam as ações e pressões políticas de forma consciente, com foco na luta e conquista de objetivos específicos ligados à garantia de direitos e à plena participação na sociedade como cidadãos, e se estende a todas as esferas sociais; e a Sociedade Política e o Estado Restrito, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público.

Com referência ao Estado, Gramsci engloba tanto a Sociedade Civil quanto a Sociedade Política como participantes das mesmas relações sociais. Assim, os Aparelhos Privados de Hegemonia não estão dicotomicamente opostos aos órgãos públicos, pois o termo Privado significa que os indivíduos da Sociedade Civil aderem, voluntariamente, a estes aparelhos. Isto significa que as pessoas não possuem uma falsa consciência de sua situação na sociedade, e, desta forma, o que se designava como público ligado ao Estado e o privado ligado à sociedade Civil não são coisas opostas, mas uma relação social. Em outras palavras, a

natureza do Estado na visão de Gramsci é extremamente abrangente e não restringe às organizações sociais que compõe esse tripé de fundamentação da Estrutura Estatal a este ou aquele âmbito de análise, pois não podem ser pensados separadamente.

Assim, as visões do Estado como objeto, coerção, violência e como fundamentação ideológica não poderiam explicar a complexidade social e a suposta manipulação das massas, deixando-as em seu lugar, principalmente com a nova conjuntura dos países ocidentais e capitalistas, a partir da primeira metade do século XX. Desta forma, a fundamentação central que passa a nortear as relações entre Sociedade Política e Sociedade Civil é o nível cultural, cuja constituição não está no saber e no conhecimento produzido academicamente, e sim, nas diferentes visões de mundo que surgem das relações sociais, das crenças e percepções dos indivíduos sobre sua situação no sistema social, as quais são produzidas por cada grupo e suas subdivisões.

Porém, é preciso que estas visões de mundo possam ser desenvolvidas para que um determinado grupo ou fração de grupo possua força para lutar pelo poder por meio da supremacia de sua concepção de mundo. Quanto mais os indivíduos se organizarem nos Aparelhos Privados de Hegemonia, mais suas ideias sobre o mundo serão desenvolvidas e solidificadas, transformando-se em bases de políticas públicas. Desta forma, quando um determinado grupo não consegue se organizar para fazer valer sua concepção de mundo, ele adotará a mesma concepção de outro grupo social que já esteja com seu nível de organização acentuado e sólido.

Quando um determinado grupo social consegue impor sua cultura sobre os demais, ocorre o que Gramsci chama de Hegemonia, tornando esse grupo mais forte em termos de organização, e consequentemente, sua visão de mundo se sobressairá. Desse modo, enquanto os Aparelhos Privados de Hegemonia têm como papel a organização da Sociedade Civil, o Estado Restrito tem como objetivo generalizar e difundir a cultura do grupo hegemônico. Para tanto, há a inclusão de suas instituições que coagem pela força, tais como o exército, a polícia e o sistema legislativo com suas normas de conduta e de organização da sociedade e instituições.

Enfim, podemos entender o conceito de Estado Gramsciano na seguinte formulação: a hegemonia que parte da infraestrutura que constitui os diversos grupos e classes sociais e suas subdivisões só são possíveis pela existência dos Aparelhos Privados de Hegemonia, originados na Sociedade Civil e responsáveis pela sua organização, através de um Intelectual (ou mais) que representará a visão cultural de mundo, produzida dentro dessas organizações. Este intelectual representará o projeto cultural do grupo a que pertence no âmbito da

Sociedade Política, buscando com isso, legitimá-lo por meio da hegemonia sobre as demais culturas. Isto não significa que as demais visões de mundo não estejam presentes na Sociedade Política por meio de seus Intelectuais, buscando também a sua legitimidade, o que confere a esse tripé o movimento de disputas de projetos sociais. Cabe-nos, portanto, o papel de identificar as classes, os segmentos e suas subdivisões; bem assim, as visões hegemônicas e aquelas que estão em disputa com esta, o que não é diferente com as pessoas com deficiência.

2.2 A relação estatal e o processo de inclusão das pessoas com deficiência

Em termos práticos, pode-se fazer algumas considerações acerca da relação entre o sistema estatal e o processo de inclusão das pessoas com deficiência¹⁹: o fato de uma Lei ou qualquer diretriz, seja em que área for (Educação, Saúde, acesso à informação, transportes etc.), ser promulgada e se tornar uma Política Pública, não significa que será a mesma cumprida ou que alguns artigos serão cumpridos. Também não se pode medir se os efeitos desta lei serão positivos ou negativos somente se as análises das obrigações da Sociedade Política forem puramente estruturais ou mero dever de alguns órgãos em relação às pessoas com deficiência. É preciso saber qual é a raiz da lei, qual o grupo que a criou, qual o apoio do grupo ao qual essa lei se destina e qual o grau de percepção que esse grupo tem sobre a temática da qual a diretriz discorre, quais subgrupos são fortes na localidade em que essa diretriz foi aprovada e qual a mentalidade que impera desde a origem até a execução das leis, decretos, portarias etc.

Para que a Sociedade Civil se relacione com a Sociedade Política em condições de disputar e exercer seu poder de luta, ela precisa crescer em quantidade e qualidade. Ou seja, de nada adianta existirem várias organizações de pessoas com deficiência, se as mesmas não têm força suficiente para exercer Hegemonia e Contra-hegemonia, a fim de produzir modificações na consciência política das pessoas nos aparelhos privados de Hegemonia por meio de sua participação atuante no contexto político, social, econômico, educacional da sociedade ao seu redor. Da mesma forma, manifestações esporádicas não são suficientes, pois as mesmas só poderão fazer reivindicações para o momento em que se fazem necessárias e não terão permanência nem constância. Desconsiderar as mudanças pelas quais a sociedade

¹⁹ O conteúdo desse subitem baseou-se nos seguintes textos: MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 94-125; SAID, Ana Maria. Capítulo 2: Categorias políticas de Antonio Gramsci. In: _____. **Uma estratégia para o ocidente: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

passa no dia a dia pode causar cumprimentos de leis obsoletas, e isso se agrava com a burocracia da Sociedade Política, que já se tornou mais um obstáculo a ser vencido.

Em suas considerações sobre a participação das pessoas com deficiência na elaboração do texto constitucional de 1988, Idari Alves da Silva remete ao termo cidadania para descrever a luta dessas pessoas por autonomia. No entanto, é preciso salientar que a cidadania, nos moldes da sociedade capitalista vigente, é um aparato ideológico importante, que mantém a hegemonia dos grupos que dirigem o Estado.

A legislação brasileira foi aberta para discussão no Congresso Nacional, para que fosse possível após a ditadura militar, ter uma Constituição Brasileira que refletisse os desejos do povo desta terra e que devolvesse à população o espírito cidadão e, aqueles que ainda não podiam se dar ao direito de dizer “sou cidadão de fato” o direito ao sonho do vir a ser. (Idari)

A ideia de cidadania está diretamente ligada à democracia nos moldes capitalistas. A forma intelectual e moral contrária ao economicismo e a conjuntura internacional eleva a consciência política das massas e é instrumento para a instauração da guerra de posições, em vez de um combate físico, a fim de tomar a direção da sociedade civil e tomar e manter o poder no âmbito da sociedade política. É por meio da mesma que as massas passam por modificações em sua consciência política, ao mesmo tempo em que as adequa à modernização e ao crescimento das forças produtivas da sociedade capitalista, pois lhes confere o acesso aos códigos dominantes, o conhecimento dos direitos e deveres e a capacidade de exigí-los educa as massas, tanto para a transformação da ordem quanto para o conformismo e adesão ao capitalismo vigente. As conquistas democráticas possibilitam maior consciência política, porém isto não basta para que a revolução social ocorra de fato. Assim a busca de cidadania no mundo liberal reproduz o sistema, torna-se falsa e mantém a hegemonia dos grupos dominantes²⁰.

O discurso Estruturalista do processo inclusivista advoga que a pessoa com deficiência só será incluída, de fato, no Todo Social por meio de sua inserção no mercado de trabalho. É claro que o poder aquisitivo e socioeconômico faz diferença no modo e na qualidade de vida da pessoa com deficiência, mas somente no campo pessoal, pois não há nenhuma mudança na estrutura social; somente o esforço pessoal para estudar, trabalhar etc. Não que seja algo ruim para a pessoa com deficiência, pois com muito esforço alcançará objetivos tais como um bom trabalho, uma bagagem cultural de qualidade. No entanto, acabará sempre classificada, marcada, enquadrada no discurso simplista dos “Exemplos de Vida”, os quais não provocam

²⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 94-95.

mudanças na estrutura econômica, política, comportamental e cultural do sistema social. Na realidade, os “Exemplos de Vida” conformam, prendem e modelam os indivíduos a uma determinada ordem social, os culpam e os responsabilizam por defasagens estruturais que não estão ao alcance de os mesmos resolver, como se os indivíduos pudessem medir forças com o Estado personificado, e como se a inclusão fosse uma luta corpo a corpo.

Porém, é preciso considerar que quando a pessoa com deficiência se insere no mercado de trabalho ela passa a fazer parte de uma nova posição dentro de sua classe social e tem acesso a um nível de vida que várias pessoas com as mesmas características não alcançaram. Portanto, quando pensamos em cada pessoa como agente, percebe-se que a defesa ou não da autonomia ou do clientelismo depende da classe ou fração de classe à qual os sujeitos se ligam. Ao longo dos anos de militância, a consciência política dos indivíduos se modifica tanto pelo fato de terem ocorrido mudanças de posição de classe, quanto pelo contato com os pares e o processo histórico de formação de intelectuais orgânicos nos aparelhos representativos.

Idari A. Silva expõe que as entidades de e para pessoas com deficiência surgiram dos clubes de mães e dos grupos de caridade Rotary Club e Lions Club. Esses grupos são segundo Gramsci, difusores de uma ideologia Fordista e Americanista, atuando em nível mundial.

O autor emprega o termo “empoderamento”²¹ para significar o processo pelo qual um indivíduo ou um grupo usa seu poder pessoal, inerente à sua condição, para fazer escolhas e tomar decisões a fim de assumir o controle de suas vidas. Porém, como as instituições representativas, a sociedade, as famílias e as escolas não reconhecem na pessoa com deficiência esse poder, elas controlam suas vidas.

Entretanto, esse movimento surgiu dos CVIs (Centros de Vida Independente) que são uma organização internacional, assim como a implantação das escolas especiais ocorreu de forma mundial. Segundo o autor, esse poder não se outorga às pessoas e sim nasce com elas e precisa ser desenvolvido.

O termo “empoderamento” traz consigo uma armadilha do pensamento liberal que atribui aos indivíduos um poder que eles não possuem até que esses mudem sua vinculação a uma determinada classe e sua visão de mundo. A autonomia de uma pessoa com deficiência não implica que todo o grupo de pessoas com deficiência possua o mesmo nível de independência, pois o que move as coalizões de tal grupo é a correlação de forças entre uma

²¹ Segundo SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão Construindo uma sociedade inclusiva. Rio de Janeiro. WVA, 3 ed., 1999. p 39. *apud* SILVA, Idari Alves da. Introdução. In: **Construindo a cidadania**: uma análise introdutória sobre o direito à diferença. 2002. 218 f. Dissertação (Mestrado em História social e Movimentos Sociais). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. p.11.

multiplicidade de visões de mundo. O desenvolvimento de tal poder nos indivíduos com deficiência, em qualquer instituição que seja, resulta, na verdade, na reprodução do molde sociocultural hegemônico.

A respeito da luta das pessoas com deficiência pela participação na criação, modificação e participação na construção das leis nas três esferas, ele afirma que dentro do universo de pessoas com deficiência, destacou-se um grupo que se diferenciou na década de 1980 por ter se apresentado de forma organizada e possuir uma proposta própria. Ele diz que nestas manifestações, as pessoas com deficiência puderam falar por si mesmas e que o objetivo de sua dissertação era escutar estas vozes, estabelecendo como marco a participação de tais pessoas na promulgação da Constituição da República de 1988 e da lei orgânica municipal de Uberlândia.

A proposta foi mostrar como algumas pessoas lutavam pelos seus direitos, como também para falarem por si mesmas, enquanto outras mantinham o apoio ao clientelismo e ao assistencialismo. Ele ressalta que a maioria das falas de pessoas com deficiência remete aos anos 80, pois, apesar de existirem leis que protejam estas pessoas e lhes garantam cidadania, elas continuam à espera do cumprimento destas. Enquanto isso, as organizações para pessoas com deficiência continuaram a prestar serviços públicos de saúde, educação, habilitação e reabilitação, principalmente em fins dos anos 80, estendendo-se pelas décadas seguintes como Organizações não Governamentais. No entanto, não conseguiram acompanhar as transformações legais por causa da grande demanda que mistura pobreza e deficiência, pois estão elas associadas e convivem entre si. Por outro lado, o Estado não tem respostas prontas para resolver a discriminação e exclusão que as pessoas com deficiência sofrem pelo fato desses problemas não estarem associados diretamente a tais características, mas sim à pobreza, ao analfabetismo, ao desemprego, à incidência de doenças, à precariedade da saúde, entre outros.

Nesse sentido, o Estado somente pode responder às necessidades do grupo dirigente, pois a cultura e o modo de vida que difunde ligam-se às suas práticas. Quando um grupo luta por uma causa, ele representa uma parcela do todo de pessoas e por isto dizemos que as coalizões formadas no início dos anos 80 foram representativas. Isto não quer dizer que todos possuíam o mesmo tipo de consciência política, porém, tal forma de organização conseguiu homogeneizar os interesses das pessoas que as compunham, ainda que fizessem parte de classes diversas.

O autor relaciona ainda as responsabilidades governamentais do Estado com o bem estar social, cuja finalidade é garantir direitos e manter a dignidade humana em função da

nova ordem mundial globalizada, pois esses problemas são mundiais. Aqui, claramente, encontra-se uma ideia liberal explícita, qual seja, a tendência, em meados dos anos 90, de adotar princípios mundiais, sendo que o mais expressivo é a influência dos direitos humanos na condução das ações estatais.

Os resultados da participação das “pessoas deficientes” na Assembleia Nacional Constituinte não podem ser medidos apenas no momento em que a Constituição da República foi promulgada porque, apesar de muitos daqueles desejos terem sido refletidos no documento de 1988, uma quantidade considerável de leis e regulamentações continuaram sendo feitas e continuam até hoje. Isto ocorre em função de pressão das próprias pessoas interessadas ou como resultado do trabalho de líderes do próprio segmento que se elegeram para cargos públicos e fazem as suas proposições nas esferas de poder.

O autor cita Rui Bianchi para distinguir duas correntes de análise dos movimentos sociais: por um lado os que se preocupam com a irrupção das massas na cena política, como Le Bon, Tarde, Ortega e Gasset, os quais acreditam que os “comportamentos coletivos da multidão sejam manifestação de irracionalidade”, o que seria um perigoso rompimento com a ordem social; e, por outro lado, se destacam Marx, Durkheim e Weber, que com diferentes formas e abordagens, acreditam que os “movimentos coletivos denotam transição para formas de solidariedade mais complexas (Durkheim); a transição do tradicionalismo para o tipo legal-burocrático (Weber); quer o início da explosão revolucionária (Marx)”. Esses três pensadores têm em comum nas suas análises sobre os movimentos sociais, a compreensão da existência “de tensões na sociedade, a identificação de uma mudança, a comprovação de uma passagem entre estágios de integração através de transformações de algum modo induzidas pelos comportamentos coletivos”.

Essa análise de Marx traz uma conotação positivista de evolução de estágios sucessivos da política e dos militantes, o que, principalmente em Marx, foi deturpado de uma análise dialética do capitalismo para a construção de uma sociedade progressista e fundamentada na ordem.

Crespo, em sua tese “Da invisibilidade à construção da própria cidadania. Os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes”, aborda a organização e luta das pessoas com deficiência de São Paulo, a fim de contribuir com o texto da Constituição da República de 1988 e criar a Federação Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência.

As principais perguntas de seu trabalho foram: por que, num dado momento histórico, as pessoas com deficiência se sentiram mobilizadas a abandonar sua tradicional condição de

objeto de estudo, e decidiram assumir voz própria e tornaram-se agentes de seu destino? Onde o movimento aconteceu? Quem foram os líderes? Como desenvolveram suas estratégias de luta? Quais seus fracassos, suas dificuldades e suas conquistas?

Para responder a essas e outras perguntas, no capítulo “Pessoas deficientes, invisibilidade, emergência, saber e poder” ela esquematiza um painel básico sobre a forma com que as pessoas com deficiência são apreendidas e que tipo de atenção e cuidado tem recebido ao longo da história. Além disso, ela debate questões sobre saber e poder, a crise do modelo médico, o surgimento do modelo social da deficiência e questiona, afinal, quantas são as pessoas deficientes.

No capítulo “Trinta anos de luta contra a exclusão e pela construção da cidadania no Brasil (1979-2009)” ela transcreve relatos sobre três pioneiros: Maria de Lourdes Guarda, Sérgio Del Grande e David Pintos Bastos, que começaram sua luta antes de o movimento em si ter sido iniciado, e nele se alistaram na primeira hora. Nesse capítulo, difunde também alguns dos momentos mais importantes da história do movimento, desde suas primeiras reuniões, até os dias de hoje (2009).

O grande problema desta tese foi separar as considerações da autora acerca das fontes transcritas no corpo do texto sem, muitas vezes, haver qualquer comentário sobre o assunto. Ela traz um relato quase biográfico dos líderes do movimento que são ícones estabelecidos pelas pessoas que buscam pensar a luta das pessoas com deficiência por autonomia. Tais pessoas também são citadas por Silva.

A questão das leis é algo recorrente nos trabalhos sobre o movimento de pessoas com deficiência no Brasil, sendo que tal movimento é tratado como um sujeito com vida própria, mas não leva em conta a multiplicidade das coalizões de pessoas com deficiência. Apesar de não discorrer sobre as entrevistas, é possível notar várias problemáticas levantadas pelos entrevistados tais como: os conflitos entre os aparelhos hegemônicos prestadores de serviços às pessoas com deficiência e os aparelhos representativos; a luta pela hegemonia entre o discurso integracionista e inclusivo; as mudanças pelas quais o Estado passou ao longo dos anos 70 e 80, sendo que a linha de entendimento do termo Cidadania segue os moldes de Silva.

Resende, em seu livro “TODOS NA CIDADE o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia”, trata da luta por direitos em Uberlândia desde a promulgação da lei orgânica até 1997, ano em que houve grande mobilização na cidade para a conscientização da comunidade sobre as necessidades das pessoas com deficiência. Ela faz considerações sobre a relação entre a cidade e a acessibilidade já que sua dissertação, que

depois se tornou livro, foi defendida no curso de Geografia.

Ela divide a cidade em real e ideal, sendo que a primeira é composta pelas vivências das pessoas com deficiência e a segunda é aquela almejada e defendida pelas leis e ainda discorre sobre a ideia de progresso, que sempre permeou as políticas públicas em Uberlândia por meio dos documentos oficiais.

Acerca da cidadania, a autora destaca vários fatores que a impedem de ocorrer de fato: em primeiro lugar, afirma que por meio da manifestação física da cidade pode-se perceber as desigualdades existentes entre as pessoas que participam de diversos grupos sociais. Além disso, o discurso do “equilíbrio social” e da “organização espacial” existe para reforçar e reproduzir ideologias nas quais pode-se perceber a incoerência e a distância entre o que é dito pelas leis e deveria valer para todos. Bem assim, o que é concretizado com o propósito de servir para todas as pessoas que residem na cidade, serve para beneficiar apenas uma parcela da população.

Sobre as leis e sua aplicação na efetivação da cidadania nos moldes do sistema capitalista, Resende diz:

Assim também, se a legislação não se presta mais aos interesses dominantes vigentes em determinada época, ela pode e deve ser alterada para representar as atuais necessidades de regulação ou, ao menos, para “fazer de conta” que ela vale para todos e pode ser visto por pelo menos dois ângulos. O primeiro é que a possibilidade de mudanças na legislação garante, ao menos em tese, que distorções possam ser corrigidas, que injustiças graves, como a escravidão, por exemplo, possam ser extirpadas do mundo e que da organização coletiva possam emergir melhorias na vida diária de muitos cidadãos; o segundo é que existem as manipulações das vontades e muitas “conquistas” legais são mantidas no papel para exercerem a função a que foram destinadas, qual seja, simular que a legislação atenderá ao que se propõe²².

Nesse trecho, fica claro que as leis representam e concretizam a hegemonia dos grupos dominantes que difundem sua cultura entre os habitantes de uma esfera, seja ela nacional, estadual, ou municipal, a fim de homogeneizar a visão de mundo dos indivíduos. Muitas vezes, pensa-se que tudo o que provém da sociedade política é ruim. No caso da abolição da escravidão, por exemplo, e até mesmo das pessoas com deficiência, várias leis, principalmente as brasileiras, surgiram para oferecer a essas pessoas melhor qualidade de vida e autonomia. Porém, na realidade do modelo político-capitalista muitos desses direitos não são cumpridos de fato devido às características de controle, ordem, progresso, bem como a flexibilidade dos aparelhos privados de hegemonia, do aparato político, econômico e social utilizados para se recriar e adaptar-se aos ditames das classes dominantes e da classe

²² RESENDE, Ana Paula Crosara de. **Todos na cidade**: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2004. p. 28.

dirigente.

Como são muitos os interesses existentes, é fato que os conflitos serão inevitáveis. Então, alguns grupos com interesses próximos unem-se para sobrepor suas convicções às dos demais grupos existentes. Normalmente, os interesses dos agentes que detêm o capital sempre prevalecem, mesmo que não sejam apenas interesses econômicos, pois suas estratégias conseguem ser eficientes e eficazes. Acima de tudo, esses grupos conseguem dominar o “pensamento” da população e trabalhar as diferenças como se fossem problemas individuais e as pessoas envolvidas com essas diferenças “atrapalhassem” e não pudessem coexistir num mesmo espaço.

Apesar de não concordar com o pensamento da autora ao afirmar que as vontades das classes hegemônicas se sobrepõem às classes dominadas, é preciso ressaltar que a violência simbólica é utilizada com frequência para manter os moldes dominantes de condução do Estado.

Segundo Mendonça, as raízes e limites do Estado estão intimamente ligados à ideia de Estado incrustada no nosso inconsciente, e que é fruto das escolhas que surgem a partir da interação entre as sociedades civil e política. Tais escolhas praticamente unificam cultura e hierarquia social. Como a cultura é relacional, existe uma gama de instâncias simbólicas que culminam da violência baseada no simbolismo e não no confronto físico, apesar desse ser utilizado em algumas ocasiões. Assim, as categorias utilizadas para se pensar o social, que são sancionadas pelo Estado, conferem à cultura dominante a aparência de naturalidade e normalidade. A isto se chama violência simbólica²³, que se manifesta na atuação do Estado com sua cultura dominante, que influencia na guerra de posições entre as classes dominantes, emergentes e dominadas. Isso faz com que as lutas de representação sejam tão importantes quanto as econômicas para compreender os mecanismos que um grupo utiliza para impor sua visão de mundo social, bem como seus valores para o exercício do domínio.

A Ideologia da Cidadania é um desses mecanismos, por meio do qual as pessoas lutam para ascender às instâncias mais altas do Estado. E quando atingem seu objetivo, ocorre a mudança da identificação cultural dos sujeitos, que passam a participar de uma nova classe com cultura diferente das outras classes e das quais emergiu o termo “cidadania” que, por sua vez, remete à ideia de igualdade de todos, sem distinção de credo, cor, raça, etnia ou característica. Porém, o objetivo dos mecanismos de uma sociedade baseada no capitalismo é manter o *status quo*.

²³ MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 95.

Ao longo desse capítulo, mostrarei como a promulgação das constituições da República e do estado de Minas Gerais de 1988-1989, respectivamente, e da lei orgânica do Município de Uberlândia de 1990 se desenvolveu rumo a essa ideia de cidadania, que busca igualar as diferenças em um sistema capitalista, que se movimenta sobre correlações de força, bem como a forma com que as pessoas com deficiência atuaram nesses debates e lutas.

Para analisar a problemática da mudança de consciência política dos militantes na cidade de Uberlândia, situarei um marco importante no processo de luta pela autonomia das pessoas com deficiência nas várias áreas da sociedade, e para tal, farei uma explanação de como o Estado (sociedade Política, Sociedade Civil e Estrutura) atuou antes da promulgação das Constituições federal e estadual em 1988 e da lei orgânica municipal de Uberlândia em 1989, bem como se deram as mudanças e permanências no processo de luta das pessoas com deficiência para participar da criação, reforma e implementação das leis.

2.3 A coalizão nacional Pró-Federação de pessoa com deficiência e a sua divisão em federações específicas

No início dos anos 80, a criação de coalizões de pessoas com deficiência cuja meta era conquistar direitos sociais e legais que tornassem a identidade destas pessoas socialmente garantidas e reconhecidas, anunciou às autoridades que esses seres eram pessoas e não coisas. Levando em consideração que é no âmbito da cultura que os intelectuais orgânicos organizam a direção das classes, a relação entre as sociedades civil e política se dá tanto por interesses classistas, quanto por adesões programáticas, garantindo a legitimidade do Estado²⁴.

Este age como um grande banco de capital simbólico por meio dos atos de autoridade, devido ao fato de o indivíduo não ser ele mesmo, mas sim o que ele é autorizado e tem direito de ser, reivindicar e exercer, e qual espaço deve ocupar na estrutura estatal. Eis aí o poder criador do Estado, em contraposição ao empoderamento trazido por Silva em sua dissertação, porque o acesso ao aparato da sociedade política não significa necessariamente contestação às políticas estatais em qualquer de suas esferas. Desse modo, o Estado é a condensação de relações sociais²⁵.

Dessa forma, vários movimentos supostamente dirigidos contra o Estado reconhecem

²⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 94-125.

²⁵ Ibidem. SILVA, Idari Alves da. **Construindo a cidadania**: uma análise introdutória sobre o direito à diferença. 2002. 218 f. Dissertação (Mestrado em História social e Movimentos Sociais). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

esse seu poder criador, já que várias categorias de agentes sempre estão a pedir permissão para existirem oficialmente, inclusive as pessoas com deficiência de maneira pública e universal, quando, até então, existiam por si mesmos. Isto faz com que o Estado possa praticar a violência simbólica de forma nem sempre consciente para os indivíduos, em virtude do fato desta se encontrar no interior da cultura dominante difundida pelos intelectuais orgânicos. A dimensão simbólica da violência estatal somente será compreendida quando os grupos sociais entenderem o seu aparato burocrático, identificando sua origem e suas colunas de sustentação, pois o Estado é aquilo que se difunde e não o que necessariamente existe de forma concreta.

Em entrevista a Crespo, Sasaki discorre sobre sua visão de cidadania ligada à participação das pessoas com deficiência no aparato estatal como uma categoria de indivíduos detentores de direitos e deveres.

A gente ainda não usava a palavra “cidadania”, um termo que passou a ser utilizado na década de 90. Mas, a ideia de cidadania estava lá, desde o princípio. É como se, naquela época, a gente estivesse dizendo que a verdadeira cidadania se compõe do acesso a todos os direitos. E não reivindicávamos só direitos. Nós queríamos também poder cumprir os deveres. Não estávamos só pedindo, nós queríamos também fazer. Essa ideia de cidadania voltada só para direitos é falha. Para mim, direitos é apenas a metade do conceito de cidadania. Acho que cidadania também implica em deveres, responsabilidades. Mas, para as pessoas com deficiência, certos direitos precisam ser disponibilizados para que elas possam cumprir determinados deveres²⁶.

Para entender o contexto em que os movimentos sociais ganharam força e tiveram um papel atuante na abertura política, econômica e social durante o declínio do regime civil-militar no Brasil, é preciso compreender aspectos relacionados à política adotada após o golpe civil-militar de 1964.

O “milagre econômico” teve como bases o apoio às grandes empresas, o arrocho salarial e o combate à inflação. Essa política baseou-se na recessão econômica, sob o argumento de que mais tarde o país pudesse desfrutar de uma economia próspera. Porém, a elevação do crescimento econômico não resolveu os inúmeros problemas sociais que o Brasil vivia a partir de 1968 até a primeira metade dos anos 70, mas criou as bases para que, em meados dos anos 70, os movimentos sociais ganhassem força na luta por direitos, apesar da repressão²⁷.

²⁶ Entrevista de Romeu Kazumi Sasaki, sobre sua militância na coalizão pró-Federação das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo, realizada por Ana Maria Morales Crespo para sua tese. CRESPO, Ana Maria Morales. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania**: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes. 2009. 189 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. p. 355.

²⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Com essas medidas econômicas e políticas, a classe operária foi duramente atingida, e, além do arrocho salarial, perdeu o acesso ao crédito, já que o governo oferecia incentivo e acesso aos empréstimos e benefícios econômicos somente às grandes empresas. Isto fez com que o poder aquisitivo da classe trabalhadora caísse, bem como seu poder de consumo, aumentando a desigualdade na distribuição da renda no país²⁸.

Assim, o resultado da repressão a vários setores sociais minoritários trouxe para os anos 70, além da maior resistência política, a transformação da organização social, pois os trabalhadores eram obrigados a aumentar sua jornada de trabalho e, com isso, aumentou a incidência do trabalho infantil e a participação feminina no mercado de trabalho. Nesse contexto, vale ressaltar a crescente organização das pessoas com deficiência em associações, buscando o direito de serem inseridas na sociedade e incluídas no mercado de trabalho.

O regime militar conferiu privilégios a um determinado grupo social, sendo este composto por militares, banqueiros, empresários e grandes produtores agrários. Essa política teve como consequência a centralização governamental no poder executivo, a subordinação do poder legislativo a este, conferindo ao regime militar poderes ilegítimos²⁹.

Com isso, as características centrais do regime militar no Brasil que possibilitaram a efervescência dos diversos movimentos sociais e a criação de instituições de lutas por direitos civis, políticos, sociais e econômicos incluindo os movimentos das pessoas com deficiência foram: o fato de o governo brasileiro ter se centralizado na instituição militar e não em um indivíduo que fizesse parte da mesma; como também a tentativa de se manter as instituições liberais criadas nos sistemas de governos anteriores. Essa medida possibilitou ao regime militar no Brasil uma atuação ambígua que transitava entre a estabilidade da repressão e a instabilidade das relações mantidas com grupos conservadores que integravam as instituições democráticas herdadas dos governos anteriores³⁰, tudo com o objetivo de garantir o desenvolvimentismo econômico.

A maior contradição de legitimidade ocorreu com o decreto do Ato Institucional nº5 em dezembro de 1968, que concentrou ainda mais os poderes nas mãos da esfera executiva,

MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES; Virginia Maria. **História do Brasil recente-1964-1992**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1996.

²⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES; Virginia Maria. **História do Brasil recente-1964-1992**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1996.

²⁹ MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES; Virginia Maria. **História do Brasil recente-1964-1992**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1996.

³⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____, Sonia Regina de. FONTES; Virginia Maria. **História do Brasil recente-1964-1992**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1996.

anulando a constituição de 1967 e fechando o Congresso Legislativo. Os poderes legislativos estaduais e municipais também foram desautorizados e subordinados ao poder executivo, o qual indicava os representantes legislativos das confederações e municípios.

O Ato Institucional nº5 foi incorporado em 1969, pela Emenda Constitucional nº1, ao texto constitucional de 1967. Esse ato inutilizou a própria Constituição da República e impossibilitou sua aplicabilidade, o que resultou na legalização do poder executivo, o qual poderia agir tanto pela via legal, quanto pela via excepcional, ou seja, essa esfera de poder era amparada tanto pela Constituição de 1967, quanto pela ideia de ação em nome da Segurança Nacional³¹.

Essa legitimidade dupla do regime militar causou a falta de normatização da sucessão presidencial, o que provocou divisões internas dentro da corporação militar, e ao mesmo tempo, rompeu com a legitimidade estabelecida pelos governos anteriores a esse regime. Na primeira metade dos anos 70, a instituição militar precisou lidar com a dualidade criada pelas tentativas de se legitimar o poder executivo dessa instituição. Nesse sentido, o governo se firmou em duas bases: a primeira dizia respeito à Segurança Nacional, que dividiu essa instituição entre os que defendiam a restauração dos mecanismos democráticos de governo; e os corporativos, que defendiam a supremacia do poder militar, a fim de garantir a defesa e a Segurança Nacional³².

A segunda base girava em torno do desenvolvimentismo econômico que durou de 1968 a 1974. Essa base visava controlar a sociedade civil e, ao mesmo tempo, buscar o apoio desta ao regime vigente, por meio de campanhas voltadas ao populismo, cujo foco central era a figura presidencial³³.

Outra atuação dessa base foi a massificação da propaganda que tinha como objetivo os supostos resultados obtidos pelas ações que levaram ao milagre econômico brasileiro. Assim, a imagem pública do governo e suas atuações na esfera social passou a ser uma preocupação constante dos futuros presidentes eleitos pela corporação militar³⁴.

Dentre as ações adotadas pelo governo com a finalidade de controlar as demandas dos vários grupos sociais excluídos e expropriados de seus direitos, podemos citar: o projeto de construção da rodovia Transamazônica, a criação do Plano de Integração Social (PIS) e a

³¹ MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES; Virginia Maria. **História do Brasil recente-1964-1992**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1996.

³² MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES; Virginia Maria. **História do Brasil recente-1964-1992**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1996.

³³ MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES; Virginia Maria. **História do Brasil recente-1964-1992**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1996.

³⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES; Virginia Maria. **História do Brasil recente-1964-1992**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1996.

instituição do Pró-terra.

A adoção dessas medidas provocou na sociedade civil uma dualidade de comportamento. Em primeiro lugar, houve grupos que, deslumbrados com o desenvolvimento econômico e o suposto crescimento e desenvolvimento do país, distanciaram-se do debate político. Em segundo lugar, cresceu a oposição por parte de vários grupos sociais, que não concordaram com as políticas voltadas a ações centradas na esfera econômica, pois as mesmas deixavam de lado outras demandas sociais importantes à garantia da cidadania e dos direitos de vários grupos excluídos pelas ações do governo da instituição militar³⁵.

As contradições, tanto da esfera política, quanto da esfera social proporcionaram a partir de 1974, a reestruturação da oposição ao regime militar, cuja atuação combinava a total discordância desse regime e a tentativa de diálogo com o mesmo.

Lia Crespo Martins aponta a falta de literatura e pesquisa sobre o “movimento” das pessoas com deficiência no Brasil e reivindica nesta produção historiográfica ligada à Secretaria de Direitos Humanos (SDH) a categoria de agente de suas lutas saindo do anonimato e participando das decisões ligadas à sociedade.

Eu entendo o movimento a partir mesmo, do final de 79, 80 quando, junto com o restante da população brasileira, alguns segmentos começaram a se organizar, como as mulheres, negros, homossexuais e aí as pessoas com deficiência também. Mas o gozado que é a gente que fala “os deficientes”, “o movimento dos deficientes”, na literatura sobre os movimentos sociais, é o *Et Cetera*³⁶ (Lia Crespo – Jornalista).

Martins situa em sua fala considerações acerca do surgimento das coalizões de pessoas com deficiência dentro do momento político de abertura no Brasil.

E eu acho que todo esse movimento de mudança nessa área, em termos nacionais, eu acho que coincidiu com as mudanças políticas da época, né? Onde o país tava se redemocratizando, tentando sair de um período de ditadura. Então a nossa voz foi muito representativa, eu acho que foi um acontecimento muito importante aqui no Brasil³⁷ (Lilia Pinto Martins – Psicóloga e Presidente da CVI – RIO).

Barata, na explanação abaixo, coloca claramente que a ideia de cidadania não se restringiu às pessoas com deficiência, mas se expandiu a vários grupos que estavam fora da participação no Estado restrito.

³⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES; Virginia Maria. **História do Brasil recente-1964-1992**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1996.

³⁶ Lia Crespo – Jornalista. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. <http://www.youtube.com/watch?v=e6nJRoZkf0w> Acesso em 23/10/2013.

³⁷ Lilia Pinto Martins – Psicóloga e Presidente da CVI – RIO. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. <http://www.youtube.com/watch?v=e6nJRoZkf0w> Acesso em 23/10/2013.

Tanto é que a nossa reorganização, ela se aprofunda a partir da própria abertura política. Que aí nós começamos a interagir com os outros próprios movimentos que foram surgindo. Isso nos possibilitou nos percebermos como cidadão³⁸ (Regina Barata – Diretora APPD e Deputada estadual).

O entrevistado expõe que as pessoas com deficiência saíram da apatia. Isso indica uma modificação na consciência política desse seguimento, a fim de fazer com que as mudanças programáticas ocorressem e que estes pudessem participar da criação e cumprimento das leis. Porém, a lei, por si só, não é garantia de remoção de barreiras, pois apesar de conquistar a participação, ainda que pequena, no aparato do Estado restrito, a estrutura da democracia capitalista continua a mesma, com ideologias que podem se modificar, mas que objetivam a manutenção da ordem política vigente.

É a relação entre a luta geral pela democracia, a luta pelos direitos humanos e a atuação das pessoas com deficiência, participando, deixando a situação de isolamento, deixando uma situação de apatia, e se revoltando contra barreiras de atitudes, barreiras físicas, barreiras que no fundo sempre existiram e sempre violaram os preceitos da Constituição brasileira, das constituições, da própria ideia de democracia, que sempre proclama a igualdade de todos. (Paulo Vannuchi – Ministro de Estado e Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República)³⁹

As organizações da sociedade civil envolvidas no processo de oposição ao regime governamental vigente abrangiam desde grupos mais radicais, ligados à luta armada e criticadas pelo Movimento Democrático Brasileiro, até as organizações não violentas que incluíam os movimentos de base, da cidade e do campo, e as organizações que lutavam pelos direitos humanos, dentre elas aquelas ligadas às pessoas com deficiência.

O renascimento das lutas populares por direitos, a partir da segunda metade dos anos 70, foi a expressão de toda conjuntura política, econômica, social e, principalmente, cultural da práxis dos militantes de várias origens. Nesta fala, o militante expõe a estreita relação entre as pessoas com deficiência e as comunidades eclesiais de base, em que se misturavam a fraternidade católica e as ideias liberais internacionalistas.

Também houve eventos marcantes em escala estadual em São Paulo. Nunca me esqueço daquele encontro estadual histórico, realizado, em Jundiaí, em 1990, numa casa de encontros da Igreja Católica. Não me lembro dos detalhes, mas, as refeições

³⁸ Regina Barata – Diretora APPD e Deputada estadual. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. <http://www.youtube.com/watch?v=e6nJRoZkf0w>. Acesso em 23/10/2013.

³⁹ Paulo Vannuchi – Ministro de Estado e Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. <http://www.youtube.com/watch?v=2vXQKAjWda4>. Acesso em 23/10/2013.

e o alojamento eram no mesmo local das assembleias. Era um lugar grande, mas, que ficou pequeno, dada a quantidade de pessoas. Como sempre, as dificuldades foram enormes para organizar, mobilizar e realizar esse encontro. Todos trabalharam sem remuneração e ainda tiraram dinheiro do próprio bolso. Mas, valeu a pena, pois, participou muito mais gente do que esperávamos. Saía gente pelo ladrão. O Cândido estava lá. Todo mundo estava lá. Afinal, eram os 10 anos do movimento! Isso chamou muito a atenção e despertou o interesse, foram memoráveis os discursos de Candido Melo e de Araci Nallin⁴⁰.

A efervescência do surgimento de diversos grupos sociais de luta por direitos, incluindo os de pessoas com deficiência, não pode ser entendida apenas no campo das ideias político-partidárias, da situação econômica ou da ilegitimidade criada pela conjuntura dual do regime militar, mas sim a partir de todos esses fatores refletidos nas práticas culturais e nas vivências de organizações da sociedade civil.

Dentro da conjuntura político econômica da segunda metade dos anos 70, foram três as matrizes discursivas filosóficas que nortearam o desenvolvimento dos movimentos sociais de base e os organizaram nos Aparelhos Privados de Hegemonias, conferindo-lhes a força necessária para romper com as medidas governamentais e instituídas na época.

Essas matrizes de pensamento se originaram de diferentes esperas sociais: as comunidades de base provenientes da Igreja Católica; a tentativa de reintegração com os trabalhadores por parte de uma esquerda desarticulada, e a redefinição do movimento sindical que até então perdera suas funções originais. Essas três vertentes culturais deram uma contribuição importante para o processo de abertura política e de luta por direitos pela maioria da população.

No âmbito da Igreja Católica, surgiram comunidades de base fundamentadas na Teologia da Libertação. Nelas podemos identificar uma popularidade maior entre as classes excluídas, cuja difusão foi beneficiada pela religiosidade popular e pela organização institucional da Igreja Católica.

A outra vertente de cunho político se originou da oposição marxista ao governo vigente que, apesar de sua desorganização institucional e das constantes derrotas políticas, proporcionou o desenvolvimento de análises teóricas contra-hegemônicas que criticavam o sistema capitalista e formulavam teorias que pudessem estruturar soluções sociais para os problemas do país.

⁴⁰ Entrevista de Romeu Kazumi Sassaki, sobre sua militância na coalizão pró-Federação das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo, realizada por Ana Maria Morales Crespo para sua tese. CRESPO, Ana Maria Morales. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania**: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes. 2009. 189 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. p. 351.

A última vertente surgiu da esfera social trabalhista. Da estrutura sindical pode-se perceber a facilidade de mediação de conflitos trabalhistas, facilitada pela localização estratégica dos sindicatos que lhe conferia o acesso a uma grande parte dos trabalhadores. Sua atuação transitava entre a cultura popular e o discurso dominante sobre como deveria ser a população brasileira, atuando eficazmente nos conflitos trabalhistas por meio das brechas abertas por essa esfera.

Essas correntes de análise social relacionavam-se entre si e modificaram a origem de seus discursos, a fim de atender as reivindicações e os anseios dos novos movimentos populares, denominados novos movimentos sociais⁴¹.

Por meio dessas matrizes discursivas, os movimentos sociais puderam abrir discussões acerca do cotidiano popular. A inter-relação entre as três formas de se pensar o mundo, já citadas, trouxe importantes avanços na estrutura social e nos rumos dos novos movimentos sociais na luta por direitos humanos, por liberdade e por autonomia de ação.

Das novas discussões suscitadas pelos movimentos que lutavam por direitos humanos, podemos destacar a ênfase nos direitos humanos, a valorização das vivências dos indivíduos em contraposição às teorias abstratas sobre o dia a dia dos mesmos, o incentivo às ações solidárias, a denúncia das injustiças e da situação social miserável da maioria da população.

Como consequência dessas matrizes discursivas, os trabalhadores passaram a valorizar sua força de trabalho; os sindicatos se fortaleceram institucionalmente, contribuindo na luta por direitos, mediando negociações entre patrões e empregados e entre classe trabalhadora e governo; e, o apoio da Igreja Católica aos movimentos comunitários e as lutas dos indivíduos mais pobres⁴².

Porém, os pensamentos individualistas, que remetiam à ordem e davam ênfase ao progresso, foram valores empregados pela cultura hegemônica do regime vigente e perduraram na década de 1970. Assim, a emergência dos novos movimentos sociais não só provocou transformações na estrutura social, mas também a convivência entre a velha estrutura política criada desde o golpe militar de 1964 e a nova consciência social que emergia dos movimentos sociais de base.

2.4 As coalizões de pessoas com deficiência em busca da autonomia

⁴¹ SADER, Eder. Capítulo 1: Ideias e Questões. In: _____. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.25-60.

⁴² SADER, Eder. Capítulo 3: Matrizes Discursivas. In: _____. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.141-195.

Izabel Maior, em entrevista ao documentário “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência”, justifica a produção desse material ao dizer que antes desses escritos pensava-se que a pessoa com deficiência não tinha história.

Durante muito tempo, as pessoas com deficiência conhecem a sua história enquanto grupo, movimento através de ouvir falar, de narrativa daqueles que vieram antes, daqueles que são companheiros no mesmo momento. E cada um tenta passar de sua maneira para os novos, como foi a sua história antes. Essa história, às vezes, é considerada como muito recente, às vezes é considerada bem anterior, até remontando ao período imperial. Mas muitas começam a se dizer que as pessoas com deficiência não têm história. E a ideia é justamente mostrar que nós temos uma história. (Izabel Maior – Secretária Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.)⁴³

A partir dos anos 70, surgiram organizações da sociedade civil dirigidas por pessoas com deficiência que se opunham ao modelo caritativo de atendimento às mesmas. Seu objetivo era lutar pelos direitos dessas pessoas e por sua atuação política na sociedade, ou seja, a participação efetiva das pessoas com deficiência nas decisões da sociedade política por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia dirigidos pelas mesmas.

Suely, em depoimento ao documentário produzido pela Secretaria de Direitos Humanos, diferencia as instituições representativas daquelas prestadoras de serviço.

A partir de 79, começou a aparecer os movimentos de deficientes, e a gente diferencia as entidades para deficientes de entidades de deficientes, “né”? O “para deficientes” é o que trabalha com reabilitação e o “de deficientes” é o que nós trabalhamos pela gente mesmo (Suely Satow – Pesquisadora.)⁴⁴

Nessa década, diferenciam-se as instituições dirigidas por pessoas com deficiência das prestadoras de serviços. Enquanto na primeira as pessoas com deficiência passaram a atuar de forma direta dentro da instituição e na luta por sua inserção social, na segunda havia um pensamento caritativo e filantrópico que resultava em políticas segregadoras e não fomentava o debate sobre as condições de vida das pessoas com deficiência e sua inserção social.

Com isso, pode-se perceber que o objetivo das coalizões das pessoas com deficiência nos anos 80 foi o de mostrar ao Estado que uma nova categoria de agentes estava excluída do seu aparato institucional e pediam permissão para existir oficialmente. Isso possibilitou ao Estado exercer sobre as pessoas com deficiência sua violência simbólica, na qual as pessoas

⁴³ Izabel Maior – Secretária Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. <http://www.youtube.com/watch?v=e6nJRozKf0w> Acesso em 23/10/2013.

⁴⁴ Suely Satow – Pesquisadora. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. <http://www.youtube.com/watch?v=e6nJRozKf0w> Acesso em 23/10/2013.

passaram a exercer seus direitos, fazer reivindicações e ocupar lugares na sociedade política em troca da difusão das visões de mundo dominantes, por meio de uma compensação de relações na qual os interesses dos indivíduos são supridos de acordo com a classe que ocupam.

A partir de meados dos anos 70, com a abertura política e o declínio do regime militar, as pessoas com deficiência se fortalecem, assim como outras demandas sociais. Ocorreu a abertura na estrutura política, econômica e social do regime militar, o que desencadeou um processo de atuação lenta e gradual da sociedade civil na luta pela legitimidade política e social de seus direitos.

Rosângela Berman Bieler ponderou sobre o processo de criação de um aparelho representativo nacional que unificasse as lutas das pessoas com deficiência por autonomia.

A coalizão foi criada com o objetivo de organizar o movimento representativo das pessoas com deficiência em nível nacional. Até então você tinha associações isoladas pelo Brasil, as áreas não se comunicavam. Era criar uma estrutura sistêmica mesmo para o movimento de luta das pessoas com deficiência⁴⁵.

Em 1979 ocorreu, em nível nacional um passo significativo para a organização das pessoas com deficiência, a criação da Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes.

Em várias localidades do Brasil, reuniram-se representantes de entidades de pessoas com deficiência com objetivo de traçar metas nacionais de luta e de reivindicações do segmento das pessoas com deficiência. Nessas reuniões, estabeleceu-se também a representação nacional desse segmento, sendo que a primeira reunião dessas instituições realizou-se em outubro de 1979 na cidade do Rio de Janeiro⁴⁶.

Dessa reunião surgiu a ideia da fundação de um órgão nacional, cujo objetivo era representar nacionalmente as pessoas com deficiência, sendo então fundada a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, que marcou o início da organização proveniente da Sociedade Civil, a fim de pressionar a Sociedade Política e solidificar o poder

⁴⁵ Rosângela Berman Bieler – Presidente do Instituto Interamericano sobre Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. http://www.youtube.com/watch?v=AKFyBAHsD_4 Acesso em 23/10/2013.

⁴⁶ Os parágrafos referentes à “Coalizão Nacional pró-Federação de Entidades de Pessoas com Deficiência” são têm como base: SILVA, Idari Alves da. Capítulo 1: Em busca do direito de ter direitos. In: _____. **Construindo a cidadania: uma análise introdutória sobre o direito à diferença**. 2002. 218 f. Dissertação (Mestrado em História social e Movimentos Sociais). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil / compilado por Mário Cléber Martins Lanna Júnior. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Capítulo 3: O movimento político das Pessoas com Deficiência.

de luta desse segmento. Lia Crespo e Romeu Sassaki descrevem as condições nas quais os militantes se reuniam visando a efetivação desse aparelho representativo.

A gente se organizou nacionalmente nós fizemos um encontro nacional em 1980, na base da carta. Era carta postal que ia de um lado pro outro, telefonema, que às vezes a ligação caía no meio quando você estava conversando⁴⁷.

A gente não tinha comunicação com as capitais. E, no entanto, depois que a gente se reuniu em Brasília a gente viu que sem nos comunicar estávamos, tempos atrás, quer dizer 78, 79, 80, nós estávamos defendendo as mesmas ideias, os mesmos ideais. Isso significa que não é apenas uma mera coincidência. Significa que o tempo chegou, que o devido tempo chegou⁴⁸.

Em junho de 1980, a coalizão criada pelas entidades de pessoas com deficiência realizou em Brasília-DF sua primeira reunião, cujo objetivo era criar a Federação Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência, além de preparar o encontro nacional das entidades ligadas a esse segmento, a ser realizado no mês de outubro do mesmo ano.

Nos dias 9 e 10 de agosto de 1980, foi realizada a última reunião nacional da coalizão, que ocorreu na cidade de São Paulo, e tinha como objetivo formar uma comissão nacional de pessoas que encaminhariam ao congresso as propostas feitas pelas organizações de pessoas com deficiência.

Antônio Campos de Abreu mostra a diversidade de reivindicações que a coalizão nacional pretendia representar.

Sempre que tinha algum congresso ou encontro, nós surdos chegávamos e encontrávamos várias outras deficiências. Ficávamos surpresos em ver várias outras deficiências que também tinham reivindicações. Os cadeirantes pediam rampas, os cegos pediam o braile e nós surdos? A nossa reivindicação era a língua de sinais⁴⁹.

Lia Crespo ratifica que o maior obstáculo que a coalizão enfrentaria não era físico, mas cultural, pois seu objetivo era combater as ideias caritativas e clientelistas, que exerciam uma correlação de forças a fim de manter o *status quo* e impedir que uma nova visão de mundo possibilitasse as pessoas com deficiência a participação nas decisões da sociedade política.

Havia questões, políticas, não partidárias, mas políticas a serem resolvidas; havia questões práticas, havia questões filosóficas, não é. Porque de repente não era só a rampa que precisava ser feita, mas porque aquela rampa tinha que tá lá, todo um

⁴⁷ Lia Crespo – jornalista. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. http://www.youtube.com/watch?v=AKFyBAHsD_4 Acesso em 23/10/2013

⁴⁸ Romeu Sassaki - Consultor de Inclusão Social. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. http://www.youtube.com/watch?v=AKFyBAHsD_4 Acesso em 23/10/2013.

⁴⁹ Antônio Campos de Abreu – Historiador e Fundador da FENEIS. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. http://www.youtube.com/watch?v=AKFyBAHsD_4 Acesso em 23/10/2013.

discurso, que foi construído durante essa época, um discurso que não existia antes⁵⁰.

Essas reuniões, juntamente com várias outras realizadas em nível local, por todo o país, significaram a base que nortearia os rumos das lutas pela autonomia das pessoas com deficiência, bem como deu voz a esses indivíduos que passaram a falar por si mesmos sobre suas necessidades e a forma como queriam ser inseridos na sociedade, na educação, no trabalho etc. Um exemplo disso foi o ato público realizado em São Paulo no dia 21 de julho de 1980, promovido pela Associação Brasileira de Deficientes Físicos – ABRADDEF, que tinha como bandeira de luta a busca pela igualdade, pelo direito de ir e vir e exercer sua autonomia com qualidade⁵¹.

Entre os dias 22 e 25 de outubro de 1980, como fruto de toda essa movimentação política por parte da Sociedade Civil ligada às pessoas com deficiência, ocorreu o encontro nacional das entidades que as representavam. Desse encontro surgiram as diretrizes que estabeleceram os rumos da coalizão de pessoas com deficiência pelos direitos dessas em nível nacional; discutiu-se e implantou-se uma pauta comum de reivindicações com o propósito de levá-las aos órgãos públicos, bem como definiram-se critérios de adesão e participação de entidades de pessoas com deficiência dentro dessa coalizão.

As diretrizes adotadas nessa reunião trouxeram alguns debates e discordâncias dentro do segmento das pessoas com deficiência. Entre elas, a participação ou não de pessoas sem deficiência na tomada de decisões dentro do conselho, quer por meio da emissão de opiniões, quer pelo direito ao voto. Enquanto os defensores da participação de pessoas sem deficiência na coalizão baseavam-se em uma matriz discursiva que buscava a implantação de uma sociedade para todos, independentemente de características físicas, aqueles que eram contrários à participação das mesmas nas decisões, sustentavam que somente as pessoas com deficiência poderiam decidir e opinar sobre suas dificuldades e reivindicações, pelo fato de vivenciarem o dia a dia de uma pessoa que tem como característica uma determinada deficiência, seja física, sensorial ou intelectual.

Nesse encontro foi implantado um comitê executivo, composto por uma pessoa de

⁵⁰ Lia Crespo – Jornalista. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. http://www.youtube.com/watch?v=AKFyBAHsD_4 Acesso em 23/10/2013.

⁵¹ SILVA, Idari Alves da. Capítulo 1: Em busca do direito de ter direitos. In: _____. **Construindo a cidadania: uma análise introdutória sobre o direito à diferença**. 2002. 218 f. Dissertação (Mestrado em História social e Movimentos Sociais). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil / compilado por Mário Cléber Martins Lanna Júnior. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Capítulo 3: O movimento político das Pessoas com Deficiência.

cada região do país, cujo objetivo era estruturar a criação da Federação Nacional das Pessoas com Deficiência e definir os objetivos da Coalizão Pró-Federação.

A primeira reunião dessa comissão realizou-se em novembro de 1980 e marcou a união em nível nacional da luta por autonomia das pessoas com deficiência, dando-lhe forças necessárias para lutar politicamente por seus direitos. Nesse primeiro encontro as pessoas com deficiência, por meio das discussões sobre suas necessidades, passaram a se perceber como indivíduos ligados a um grupo social que possuía lutas em comum e, por consequência, passaram a reivindicar o acesso às esferas social, cultural, intelectual, política e econômica de forma coletiva e estruturada.

As reivindicações que regeram os debates ocorridos no primeiro Encontro da Federação Nacional das Pessoas com Deficiência foram estabelecidas durante as reuniões da Coalizão Pró-Federação. As discussões giraram em torno dos seguintes temas: trabalho, atendimento médico e psicológico, legislação, transporte e benefícios sociais, tais como, aposentadoria, gratuidade etc. Desses debates surgiu um documento que ampliou os temas a serem discutidos e ramificou os mesmos por área de deficiência, os quais se dividiram em: trabalho e benefícios; transporte e acesso; assistência médico-hospitalar, reabilitação e aparelhos de reabilitação; legislação; e, por fim, reivindicações específicas das pessoas cegas, surdas e hansenianas.

Em resumo, o documento produzido a partir do primeiro encontro detalhou as reivindicações de cada tipo de deficiência e deu visibilidade as demandas específicas; tratou as necessidades de forma particular, mostrou a complexidade da inserção social desse segmento e aumentou a participação política dessas pessoas tanto na sociedade civil como na sociedade política.

2.5 1981: O Ano Internacional das Pessoas Deficientes

Apesar dos representantes colocarem o AIPD como marco no direcionamento de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, o relato abaixo revela que elas não participariam da comissão de implementação das diretrizes recomendadas pela ONU se não tivessem lutado para que um representante da coalizão fizesse parte de tal comissão. Isto fornece uma análise importante?. Apesar das pessoas com deficiência terem conseguido produzir uma contra-hegemonia, tornando-as capazes de participarem da promulgação da Constituição da República, existiam grupos hegemônicos que dirigiam as ações voltadas a tais pessoas, principalmente os representantes de entidades prestadoras de serviço e de

reabilitação. O termo “concessão” expressa justamente a permissão que um grupo faz ao Estado restrito para ser legalizado.

Tinha a comissão nacional, uma das grandes brigas nossas também foi a da tal Comissão Nacional do Ano, de apoio e de estímulo ao Ano Internacional, que foi composta por um monte de gente que não tinha nada a ver com a deficiência. E o movimento de pessoas com deficiência, já organizado nacionalmente, depois do encontro de Brasília, do encontro de Recife; nós botamos a boca no trombone mesmo, nós escrevemos carta aos jornais, escrevemos pro presidente, pros deputados, fizemos o diabo, pra nos insurgir contra isso. Ai foi nomeado um representante dos deficientes, José Gomes Blanco, do Rio de Janeiro. Foi feita essa concessão⁵².

Nesta fala fica evidente que a influência das ideias internacionais na direção das políticas nacionais voltadas às pessoas com deficiência seria, como realmente foi, o começo para que as ideias liberais de cidadania e democracia burguesa pudessem se difundir no Brasil, criando uma contra-hegemonia no combate à filantropia.

O AIPD foi extremamente importante para a organização e difusão dos movimentos das pessoas deficientes. Significou a possibilidade de difusão das necessidades, das ideias, das reivindicações das pessoas deficientes, em nível internacional. Para nós, o AIPD significou ampliação e impulso para as organizações recentemente criadas. As organizações puderam se difundir por todo o Brasil e ampliaram a possibilidade de intercâmbio entre os movimentos regionais⁵³.

Por meio da carta de 25 de outubro de 1979, escrita pelo chefe da unidade de reabilitação da ONU, Esko Kosunen, o Brasil recebeu as diretrizes e os materiais a serem utilizados na implementação do ano internacional das pessoas com deficiência no país. Dentre os documentos enviados pela ONU, podemos destacar o Relatório do Secretário-Geral da entidade, acrescentando também a minuta do Programa Internacional para os anos de 1980/81, para a consideração da Assembleia Geral. A partir desse documento, as pessoas responsáveis pela criação da coalizão pró-federação passaram a fazer reuniões, cuja finalidade era traduzir alguns documentos para o português, estudá-los e pensar em estratégias para aplicar suas recomendações em nível nacional.

Em 1984, de 21 a 23 de setembro, foi realizado o 1º Seminário Estadual da Pessoa

⁵² Lia Crespo – Jornalista. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. http://www.youtube.com/watch?v=AKFyBAHsD_4 Acesso em 23/10/2013.

⁵³ Entrevista de Ana Rita de Paula, sobre o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, realizada por Ana Maria Morales Crespo para sua tese. CRESPO, Ana Maria Morales. Da invisibilidade à construção da própria cidadania. Os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes. 2009. 189 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. p.136.

Deficiente, que contou com a participação de cerca de 700 representantes de pessoas deficientes e de prestadoras de serviço na área da deficiência de diversas cidades do Estado de São Paulo. Esse seminário definiu a política estadual em relação às pessoas com deficiência, determinou como deveria ser o Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Deficiente (CEAPD) e elegeu os conselheiros representantes da sociedade civil para a primeira gestão. Naquele mesmo ano, o então governador Franco Montoro oficializou essas decisões através de um decreto. Depois, ao longo da década, outros conselhos semelhantes foram criados em diversos Estados, mas o CEAPD foi o pioneiro do gênero no Brasil. Entretanto, ao contrário do que se possa imaginar, foi uma batalha conseguir a instalação desses conselhos, e posso garantir que foi uma luta diária atuar no CEAPD, para cuja primeira gestão, tive a oportunidade de ser eleita conselheira suplente de Araci Nallin, a representante titular do NID⁵⁴.

Um dos eventos importantes para discussão das diretrizes da ONU voltadas às pessoas com deficiências foi o Segundo Congresso Brasileiro de Reintegração Social, organizado em São Paulo, no mês de julho de 1980, que incluiu em suas temáticas as discussões sobre o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência.

Igualmente importante foi o surgimento do grupo de apoio e estímulo ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes. A partir da fundação desse grupo e das discussões promovidas pelo mesmo, os militantes perceberam, assim, a diversidade de propostas calcadas na heterogeneidade desse segmento, por causa da subdivisão por tipos de deficiência. Outra providência do grupo foi o envio, ao Governo Federal, de um ofício que solicitava a tradução correta da nomenclatura do Ano Internacional, pois surgiram nomes discriminatórios, tais como: “Ano Internacional do Incapacitado” e “Ano Internacional do Excepcional”.

Depois do Conselho Estadual, no final de 1985, houve, na cidade de São Paulo, o processo de constituição do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente (CMPD), que funcionou somente durante o ano de 1986, na gestão de Jânio Quadros. E a gente sabia que muitos outros conselhos estaduais e municipais estavam sendo criados por todo o Brasil⁵⁵.

A efetivação do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência ocasionou também reflexos regionais como por exemplo a criação no Estado de São Paulo da Comissão Estadual de Apoio e Estímulo ao Desenvolvimento do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, em

⁵⁴ Entrevista de Ana Rita de Paula, sobre o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, realizada por Ana Maria Morales Crespo para sua tese. CRESPO, Ana Maria Morales. Da invisibilidade à construção da própria cidadania. Os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes. 2009. 189 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. p.212.

⁵⁵ Entrevista de Ana Rita de Paula, sobre o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, realizada por Ana Maria Morales Crespo para sua tese. CRESPO, Ana Maria Morales. Da invisibilidade à construção da própria cidadania. Os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes. 2009. 189 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. p.214.

1981. Dessa comissão saíram várias propostas para a inserção das pessoas com deficiência na sociedade a serem efetivadas no decorrer da década de 80.

A divisão da federação nacional de entidades de deficientes foi a expressão da diversidade de consciências políticas que o movimento abarcou, porém não houve uma visão de mundo capaz de homogeneizar e garantir a direção de uma coalizão tão diversa. A identidade dos representantes de cada tipo de deficiência com seus pares estava sólida, porém, com outros tipos, ainda não estava formada de fato. O depoimento abaixo ilustra esta situação:

Não deu certo. Porque os personalismos ainda existem. Ainda havia aquela questão de que a minha área é mais importante que a tua; a minha deficiência é mais importante que a tua; a minha tem uma incidência maior do que a tua. Sempre aquela diferença entre as áreas de deficiência. Então isso levou a uma, é, dissolução dessa tentativa de movimento⁵⁶ (Professor Adilson Ventura – Presidente da ACIC e Ex-presidente do CONADE).

Dessa forma, a fala abaixo corrobora com esse pensamento, pois, como os representantes dos vários tipos de deficiência não possuíam uma consciência política capaz de unificá-los, as hegemonias e contra-hegemonias que empreenderam no grupo geraram ações desagregadas que provocaram a divisão desta coalizão.

Rachou, rachou, porque quem, a questão passou a ser o poder da Coalizão. Como é que vai ser esse poder? Esse poder vai ser de quem? Quem vai ser? Como é que vão acontecer? (Manuel Aguiar – Coordenador do Programa de Acessibilidade e Inclusão da CHESF)⁵⁷.

Nesta fala, a entrevistada expõe que o ideal do grupo não era o poder, ou seja, a finalidade da coalizão era participar da hegemonia estatal, cujo papel da sociedade civil é dirigir a massa até o consenso, a fim de participar do aparato da sociedade política.

A luta pelo poder, ela deixa de lado o ideal da gente, o ideal da gente não é o poder é outra coisa. (Suely Satow – Pesquisadora)⁵⁸.

A diversidade da coalizão nacional e das regionais possibilitou a riqueza da luta, bem como a homogeneidade para que cada especificidade fosse contemplada dentro de

⁵⁶ Professor Adilson Ventura – Presidente da ACIC e Ex-presidente do CONADE. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. http://www.youtube.com/watch?v=AKFyBAHsD_4. Acesso em 23/10/2013.

⁵⁷ Manuel Aguiar – Coordenador do Programa de Acessibilidade e Inclusão da CHESF. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil: http://www.youtube.com/watch?v=AKFyBAHsD_4. Acesso em 23/10/2013.

⁵⁸ Suely Satow – Pesquisadora. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. http://www.youtube.com/watch?v=AKFyBAHsD_4. Acesso em 23/10/2013.

reivindicações mais amplas. Porém, o racha entre a coalizão fez com que o grupo que obtivesse uma consciência política mais homogênea pudesse chegar mais perto do aparato do Espaço restrito e conseguisse implementar políticas que beneficiavam apenas um tipo de deficiência, entretanto com difusão de uma visão de mundo ideológica de que seria proveniente todo grupo. Senão, vejamos:

Havia o movimento nacional, que englobava entidades de todo o Brasil, e havia entidades que englobavam as diversas deficiências. Algumas só tinham deficientes físicos, como era o caso da ABRADEF, com basicamente só paraplégicos que trabalhavam como ambulantes. Havia a ADEVA, que era só de deficiente visual. O berço da AIDE foi a DRPV, que atendia a todas as deficiências, nenhuma foi excluída. Esse berço permitiu a nossa heterogeneidade. E nossa convivência foi superlegal. Num Amigo Secreto, eu tirei a Leila. Apreendi braile para me comunicar, para que ela não soubesse quem eu era. A dedicatória no disco que ela pediu — a Bateria Nota Dez da Mocidade Independente de Padre Miguel — foi toda feita em braile e eu mesmo escrevi com a reglete. A convivência entre as pessoas com vários tipos de deficiência, na AIDE, não foi conflitante porque a gente já participava de um grupo bastante heterogêneo na DRPV. A presença dos deficientes visuais e auditivos, para nós, era importantíssima, porque, muitas vezes, eu não estava levando em consideração as necessidades deles. Eu ficava pensando na rampinha e não lembrava que o piso tinha que ser feito de forma a ser detectado por eles. Foi uma experiência muito rica. Foi fundamental tê-los ao nosso lado nos ensinando como nos adaptar às necessidades deles. Para isso, a Leila teve um papel importante. O movimento — como era um fórum formado por várias entidades e pessoas com tipos diferentes de deficiência — já nasceu heterogêneo. Em termos de movimento nacional, depois houve uma separação. Fomos juntos até certo período e, depois, as deficiências se separaram. O que acho que não foi tão antinatural assim⁵⁹.

Em 1984, vários grupos de pessoas com deficiência se institucionalizaram em organizações nacionais que tinham como finalidade lutar pelos direitos específicos de cada tipo de deficiência. As instituições criadas foram: FEBEC – Federação Brasileira de Entidades de Cegos, a UMC – União Mundial de Cegos, a ONEDEF – Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, a FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, e o MORHAN – Movimento de Reintegração dos Hansenianos. Cada subdivisão do segmento de pessoas com deficiência se filiou às correspondentes organizações continentais e mundiais, temos como exemplo: UMC – União Mundial de Cegos; ULAC – União Latino-Americana de Cegos, e o World Federation of Deaf – a Federação Mundial dos Surdos.

A partir da estruturação organizacional das pessoas responsáveis, as entidades dirigidas e voltadas para essas pessoas, os centros de reabilitação e os órgãos da sociedade

⁵⁹ Entrevista de Canrobert de Freitas Caíres sobre o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, realizada por Ana Maria Morales Crespo para sua tese. CRESPO, Ana Maria Morales. Da invisibilidade à construção da própria cidadania. Os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes. 2009. 189 f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. p.290.

política passaram a se reunir em níveis local e nacional, a fim de criar conselhos estaduais que dirigissem as várias organizações da sociedade civil na luta por direitos, até que em 1986 foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE.

2.6 As Constituintes e a Lei Orgânica: as coalizões de pessoas com deficiência e a promulgação da Constituição de 1988

Karen Strobel traz uma questão interessante para se pensar os momentos de discussões dentro das coalizões de pessoas com deficiência, as especificidades de cada tipo de deficiência cujas necessidades não eram supridas, de forma a garantir a todos os representantes, independentemente de suas características, voz ativa na luta pela autonomia.

Na época em que começou a existir fóruns relacionados a pessoas com deficiência, os surdos não participavam por não ter intérpretes. E os surdos perdiam muito com isso. Todas as outras deficiências tinham voz, manifestavam e reivindicavam, mas os surdos ficavam a parte da situação, às vezes, até estavam presente, mas não acompanhavam a discussão. E hoje é diferente, se há um fórum e tem surdo, tem a presença do intérprete. Mas anos atrás foi difícil (Karin Strobel – Diretora presidente FENESIS e tutora Letras/Libras polo UFSC)⁶⁰.

Messias Tavares mostra a transversalidade que a coalizão nacional de pessoas com deficiência buscou defender, a fim de participar de todas as instâncias e esferas que o aparato do Estado restrito abarcava durante o processo de construção do texto da Constituição de 1988.

Nós tínhamos aí era principalmente àquela época, uma ideia muito forte de não querer ser gueto, não é? E o que aconteceu? A gente apresentou aquelas propostas que eram como disse, em áreas, saúde educação, trabalho, lazer, esporte etc. Quando veio dos constituintes, eles pegaram aquilo ali, aí eles discutiram em cima de todas as propostas, eles acolheram em grande parte aquilo que havia sido proposto, mas apresentaram um capítulo em separado. (Messias Tavares – Presidente do Instituto Interamericano sobre Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo/Brasil)⁶¹.

Continuando a trajetória interrompida pela ditadura (1964-1984), as lutas pelos direitos sociais, políticos e civis, de forma geral, tiveram o seu marco mais expressivo com a

⁶⁰ Karin Strobel – Diretora presidente FENESIS e tutora Letras/Libras polo UFSC. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. <http://www.youtube.com/watch?v=YO7sy4FCaCc>. Acesso em 23/10/2013.

⁶¹ Messias Tavares – Presidente do Instituto Interamericano sobre Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo/Brasil. Documentário: História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. <http://www.youtube.com/watch?v=YO7sy4FCaCc>. Acesso em 23/10/2013.

Instituição da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1987-88, que mobilizou os diversos grupos sociais para a criação de uma nova Constituição Federal. Assim, os novos movimentos sociais, dentre os quais os vários grupos que formavam a coalizão de pessoas com deficiência saíram do anonimato e, com a abertura política, uniram esforços, formaram novas organizações, articularam-se nacionalmente, criaram estratégias de luta para reivindicar igualdade de oportunidades e garantias de direitos. Ou seja, era, no sentido amplo, a luta por reformas sociais dentro da ordem capitalista vigente.

Segundo a Secretaria de Direitos Humanos⁶², até esse momento da história, em termos constitucionais, a única referência aos direitos das pessoas com deficiência era a Emenda nº 12, de 1978, conhecida como “Emenda Thales Ramalho” que, no seu artigo único define: “É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: I. Educação especial e gratuita; II. Assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país; III. Proibição de discriminação, inclusive quanto a admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; IV. Possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos”.

No contexto da redemocratização, por meio da Emenda constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, o poder constitucional foi restituído ao Senado e à Câmara dos Deputados. Em 1986, o poder executivo estabelece a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, liderada por Afonso Arinos que, em 1987, elaborou o projeto Constitucional, apresentado ao poder Legislativo em 1º de fevereiro de 1987.

Em 1986/87, os representantes de pessoas com deficiência se reuniram a fim de discutir a relação entre seus direitos e a construção do texto constitucional. O Ministério da Cultura realizou várias palestras em nível nacional, denominadas “A Constituinte e os Portadores de Deficiência”. É preciso ressaltar que as políticas públicas voltadas a essas pessoas, até a primeira metade dos anos 80, eram ligadas aos Ministérios da Educação e Cultura, pois não existia um órgão nacional específico que gerisse e coordenasse as coalizões representativas das pessoas com deficiência, bem como suas reivindicações e propostas no âmbito da sociedade política. As políticas do Ministério da Educação e Cultura⁶³ possuíam

⁶² História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil / compilado por Mário Cléber Martins Lanna Júnior. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Capítulo 3: O movimento político das Pessoas com Deficiência.

⁶³ O Ministério da Cultura foi criado em 1985, pelo Decreto 91.144 de 15 de março daquele ano. Reconhecia-se, assim, a autonomia e a importância desta área fundamental, até então tratada em conjunto com a educação. Em 1992, uma lei federal transformou o MEC no Ministério da Educação e do Desporto e somente em 1995, a instituição passa a ser responsável apenas pela área da educação. Fontes: <http://www.cultura.gov.br/historico> e http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=1175 Acesso: 17 de dezembro de 2013.

características paternalistas e filantrópicas desenvolvidas em conjunto com as instituições de reabilitação e as organizações para pessoas com deficiência. A este respeito, observe-se que as políticas públicas voltadas a esse segmento da população não contestavam a ordem social vigente.

Nessa ocasião, o Ministério da Educação e da Cultura foi o responsável por organizar os eventos ligados à luta das pessoas com deficiência por direitos, e financiou encontros com lideranças governamentais, cujo objetivo era refutar as propostas da comissão provisória de estudos constitucionais, cuja temática e o conteúdo privilegiavam ações tutelares e paternalistas. A principal conquista das pessoas com deficiência, nesse período, foi o de poder falar por si mesmas e adotar uma bandeira de luta que reivindicava a sua autonomia na sociedade, bem como a participação plena e com qualidade em todos os espaços sociais. Os sujeitos envolvidos como pessoas responsáveis defendiam que as temáticas voltadas a esse segmento deveriam ser tratadas de forma transversal na elaboração do texto constitucional, ou seja, os direitos das pessoas com deficiência deveriam ser contemplados nos capítulos referentes a todos os brasileiros, e não em uma sessão especial como propunha a comissão provisória de estudos constitucionais.

No período de 5 a 7 de dezembro de 1986 ocorreu em Belo Horizonte a 3ª Reunião de Conselhos e Coordenadorias Estaduais e Municipais de Apoio à Pessoa Deficiente, que contou com a participação das coordenadorias e conselho estaduais e municipais, além de entidades de e para pessoas com deficiência. Desse evento surgiram as propostas do segmento para a Assembleia Nacional Constituinte. Nelas, a preocupação com a transversalidade da garantia de direitos ao segmento era evidente, pois a ideia de um capítulo específico voltado a esses indivíduos promovia a sua discriminação na condição de seres humanos. O texto elaborado nessa reunião foi entregue à subcomissão das minorias, que o repassou à comissão temática dos direitos sociais. Ele significou a expressão das reivindicações das coalizões de pessoas com deficiência, a fim de serem incluídas na elaboração do texto da nova Constituição Federal.

De acordo com o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte, os órgãos legislativos nacionais, estaduais e municipais, as associações e organizações da sociedade civil e os órgãos judiciais foram convocados a fazer propostas para a construção da nova carta constitucional. Além disso, realizaram-se várias reuniões públicas, a fim de, supostamente, dar voz aos cidadãos comuns, os grupos sociais poderiam realizar emendas populares desde que as mesmas obtivessem trinta mil assinaturas, bem como a obrigatoriedade do voto nominal no processo de aprovação das propostas constitucionais.

Todas as sugestões relativas às pessoas com deficiência foram encaminhadas a Subcomissão Temática: Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, subordinada à Comissão Temática: Ordem Social. As propostas das organizações da sociedade civil expressas nas emendas populares e as discussões feitas nas comissões e subcomissões temáticas foram enviadas para a comissão de sintetização, em 24 de novembro de 1987. É sintomática a abrangência dessa subcomissão, incluindo negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias. Como seria possível abordar demandas de universos tão distintos? Foi somente para constar ou existiria a possibilidade de, efetivamente, construir diretrizes para todas essas demandas de natureza tão distintas?

Como era de se esperar, dada também a abrangência da subcomissão, após o término da redação do texto constitucional a ser votado pelo congresso, as entidades das pessoas responsáveis constataram que suas reivindicações não foram incluídas da forma como desejavam, fazendo com que as entidades redigissem um projeto de emenda popular e fizessem campanhas maciças para que a mesma fosse submetida à Assembleia Nacional Constituinte.

Isto ocorreu, provavelmente, pelo fato de que o relatório final redigido pela subcomissão das minorias ter sido influenciado pelas entidades para pessoas com deficiência, tais como a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), que possuíam visões caritativas das mesmas. Tais visões divergiam dos princípios de uma vida autônoma por parte dessas pessoas, as quais teriam o poder de dirigir e opinar sobre os rumos de seus destinos e de seus atos, princípios defendidos pelas organizações das pessoas com deficiência.

A emenda popular de número PE 00086-5, produzida pelas entidades das pessoas responsáveis foi submetida à ANC sob a responsabilidade de três delas: a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), o Movimento de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência (MPDF) e a Associação Nacional dos Ostomizados (ANO), que contou com 30.899 assinaturas. A proposta, que deveria sair da ANC, continha 14 artigos sugerindo alterações no projeto constitucional,

O objetivo de tais entidades era que os temas igualdade de direitos, discriminação, acessibilidade, trabalho, prevenção de deficiências, habilitação e reabilitação, direito à formação, educação básica e profissionalizante fossem inseridos ao longo da proposta do texto constitucional, nos artigos em que eles se encaixassem, a fim de garantir a essas pessoas a igualdade de direitos como cidadãos brasileiros, respeitando as especificidades das mesmas, o que levaria a uma vida autônoma protagonizada por esses indivíduos.

Mesmo com a divisão da Federação Nacional de Pessoas com Deficiência em várias federações, muitas pessoas com deficiência se uniram para discutir os textos da constituição estadual e da lei orgânica municipal. Um dos princípios adotados foi a garantia transversal de direitos das pessoas com deficiência em cada item destacado nos textos, deixando claro o princípio dos direitos universais garantidos pela Constituição da República.

Ela também assegurava a quaisquer cidadãos os seus direitos sem discriminação ou exclusão. Assim, os direitos universais se estendiam às pessoas com deficiência, sendo necessário para tanto que as barreiras de qualquer espécie fossem removidas de forma legal. Ao mesmo tempo, buscou-se legitimar as ações e os mecanismos, a fim de possibilitar a participação autônoma das pessoas com deficiência em todas as esferas.

Assim, as entidades representativas de pessoas com deficiência mostraram força e organização, tanto na elaboração do documento enviado à subcomissão dos direitos das minorias, quanto na luta pela aprovação da emenda popular contrária à exclusão do texto encaminhado por tal subcomissão à ANC, das propostas sugeridas pela coalizão, o que contrariava os princípios da luta de tais pessoas por direitos. Essa organização resultou na extinção do título “Tutelas Especiais” do texto da proposta constitucional, além de garantir, pela via legal, a inclusão das pessoas com deficiência em todas as esferas sociais.

Além da legitimidade dos direitos assegurados a todos os brasileiros, foram conquistas das coalizões de pessoas com deficiência os seguintes direitos específicos no texto constitucional:

Título VIII, Capítulo 2, Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência.

Capítulo 3, Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Capítulo 7, Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 1.º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos: II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. § 2.º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos

edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência⁶⁴.

O texto final da constituição ficou pronto em 22 de setembro de 1988, sendo a mesma promulgada no dia 5 de outubro do mesmo ano. A promulgação da Constituição da República configurou-se para a legislação constitucional brasileira como um ponto de referência no que diz respeito à luta por direitos para pessoas com ou sem deficiência; e trouxe uma proposta de reforma na estruturas das sociedades política e civil. Ela assegurou às pessoas com deficiência a plena participação em todas as esferas sociais, e abriu o horizonte legal que definiu os rumos da relação entre os movimentos pelos direitos de tais pessoas, localizados no âmbito da sociedade civil, e a adoção de políticas públicas provenientes da sociedade política. Agora, restava cumprir os preceitos constitucionais, o que significa a existência de novas lutas pela Hegemonia de pensamentos, a fim de definir as orientações das conquistas da autonomia e democracia. Porém, o que os aparelhos privados de hegemonia representativos das pessoas com deficiência buscam defender ou refutar são as ideologias difundidas pelas classes dominantes que procuram chegar a ser dirigentes. Com isto, pode-se perceber que tanto o modelo caritativo quanto o inclusivo são ideias atreladas a tais grupos.

A participação das lideranças de pessoas com deficiência na elaboração desta Constituição, ajuda a garantir uma legislação onde assistencialismo cede lugar à dignidade. A assistência social toma um novo rumo dando ênfase à habilitação e reabilitação, inserção e reinserção no mercado de trabalho, garantia de cotas de participação de trabalhadores com deficiência nas empresas, reserva de percentual de vagas em concursos públicos em todos os níveis, garantia de um salário mínimo mensal a quem não possa se manter ou ter sua manutenção pela família, Prevê a criação dos conselhos representativos das pessoas com deficiência, ficando a critério dos estados e municípios a criação dos conselhos locais. A forma e o caráter desses conselhos e qual o seu poder de ação frente aos órgãos públicos, depende da representatividade das pessoas com deficiência na sua composição, em todas as localidades. (Idari).

A promulgação do texto constitucional foi a expressão da força que os paradigmas internacionais contra as ações caritativas e assistencialistas ganharam nos fim dos anos 70 e início dos anos 80. Desde então, o paradigma da inclusão, no qual o meio precisa se adaptar a pessoa, luta diretamente com as ideologias clientelista e integracionista por meio do qual a pessoa se adapta a um patamar de normalidade da sociedade vigente, cuja expressão mais significativa é o modelo médico, pela direção da sociedade política, já que são predominantes no âmbito do Estado e de suas políticas. Isso não quer dizer que essas ideologias estão em lados opostos, pois o que se vê nos aparelhos representativos é a combinação entre elas,

⁶⁴ BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

formando concepções de mundo que mesclam tais ideias por meio da práxis dos indivíduos que são agentes nas coalizões ou até mesmo fora delas. Segundo Silva, o texto constitucional traz elementos caritativos, pelo fato das instituições prestadoras de serviço terem participado do processo de promulgação dos textos constitucionais estaduais e federal, além das leis orgânicas municipais. Ele também traz, pela participação de entidades de pessoas com deficiência, paradigmas ligados aos direitos humanos provenientes do ano internacional das pessoas com deficiência, da declaração universal dos direitos humanos e de vários documentos expedidos pela ONU ao longo dos anos 70 e 80 e torna-se uma tendência ao longo das três décadas subsequentes.

Isto não quer dizer que estas ideologias estão em lados opostos, pois o que se vê nos aparelhos representativos é a combinação entre elas, formando concepções de mundo que mesclam tais ideias por meio da práxis dos indivíduos que são agentes nas coalizões ou fora delas. Segundo Silva, o texto constitucional traz elementos caritativos pelo fato das instituições prestadoras de serviço terem participado do processo de promulgação dos textos constitucionais estaduais e federal, além das leis orgânicas municipais. Ele também traz, pela participação de entidades de pessoas com deficiência, paradigmas ligados aos direitos humanos provenientes do ano internacional das pessoas com deficiência, da declaração universal dos direitos humanos e de vários documentos expedidos pela ONU ao longo dos anos 70 e 80, tornando-se uma tendência ao longo das três décadas subsequentes.

Porém, discordo do fato que a constituição tornou-se mais “cidadã” pelo fato dos líderes que representavam as pessoas com deficiência terem participado da construção do texto, pois o que confere representatividade à um grupo não é sua condição ou a ideia que defende, mas a sua ligação com as classes dominantes e o quanto estes grupos se aproximam da classe dirigente e a força hegemônica ou contra hegemônica que conseguem empreender para conquistar a direção da sociedade política. Isto porque, uma visão de mundo somente será eficaz quando conseguir provocar modificações nas consciências políticas daqueles que são subordinados e que adotam a cultura do grupo que os dirige.

Dessa forma, as leis se modificam consoante as alterações da consciência política corporativa que ocorrem no âmbito das guerras de posições entre grupos dominantes e dominados, prevalecendo a visão de mundo ligada ao grupo dirigente. A expressão “leis não precisam ser cumpridas, porque ‘não irão pegar’”⁶⁵ provém desse princípio: o fato de uma lei não ser efetivada conforme o pensamento do grupo dirigente decorre do fato de não

⁶⁵ RESENDE, Ana Paula Crosara de. **Todos na cidade**: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2004. p.33.

contemplar tal visão de mundo, caso contrário, seja por consenso ou coerção, esta lei seria efetivada de fato.

Além do texto da Constituição da República promulgado em 1988, os representantes das pessoas com deficiência contribuíram também com os textos das constituições estaduais por meio de reuniões e seminários que envolveram todos os tipos de deficiência nos debates. De certa forma, a sua atuação na luta por seus direitos foi fortalecida pela institucionalização das coalizões de pessoas com deficiência que organizaram – nas três esferas – as ações dos militantes.

As coalizões de pessoas com deficiência foram os espaços de debate que conseguiram reunir os vários tipos de pessoas com deficiência (física, visual, auditiva e intelectual), com a finalidade de congregar as propostas em nome de um agrupamento homogêneo. Como se pode ver nesse panfleto distribuído em 1989 e 1990⁶⁶ e encontrado na documentação da APARU, em Uberlândia:

Em nossa cidade, observávamos os trabalhos individualizados onde cada segmento de portadores de deficiência buscava seus espaços e satisfazer suas necessidades através de esforços isolados na lei "cada um para si".

A partir de 1984, começamos a perceber uma busca de integração, de soma de esforços entre esses segmentos, no intuito de alcançar mais facilmente os resultados almejados. Foram várias tentativas de agregação. O aprendizado com esta busca nos levou ao amadurecimento da consciência encaminhando o processo para a criação de um movimento, cujo objetivo visa à defesa do direito à cidadania que cada ser humano possui. Todos juntos, portadores de deficiência física, sensorial e mental levantamos nossa bandeira de luta na busca do reconhecimento desse direito.

Desta forma o MOVIMENTO EM DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA DE UBERLÂNDIA surgiu de um anseio antigo, de uma necessidade sentida a tempo, por esses diversos segmentos. Esse é um movimento político, independente, livre de vinculação e ligação partidária. Busca de forma incisiva, ocupar um espaço até então vago, para fazer valer nossos direitos já assegurados nas Constituições Federal e Estadual, fazer valer nossas reivindicações e propostas na formulação da política municipal voltada às pessoas portadoras de deficiência, principalmente agora que estamos às portas da elaboração de uma nova Lei Orgânica para o Município.

Acreditamos, e, mais do que isto, temos certeza, que contaremos com o apoio da sociedade uberlandense, da imprensa, das entidades de classe, e movimentos populares, dos meios políticos e das autoridades constituídas, pois só assim todos, irmanados no mesmo ideal, conseguiremos reverter o quadro de abandono a que se encontram submetidos os portadores de deficiência em nossa cidade.

A fim de ressaltar a luta comum das pessoas com deficiência procurou-se propagar a

⁶⁶ Data estimada a partir da escrita encontrada no documento. “Busca de forma incisiva, ocupar um espaço até então vago, para fazer valer nossos direitos já assegurados nas Constituições Federal e Estadual, fazer valer nossas reivindicações e propostas na formulação da política municipal voltada às pessoas portadoras de deficiência, principalmente agora que estamos às portas da elaboração de uma nova Lei Orgânica para o Município.”

ideia de que cada tipo de deficiência lutava com esforços individuais com o intuito de suprir suas necessidades, sem pensar no segmento como um todo. Nesse sentido, a soma de esforços na luta pela autonomia em Uberlândia teria como destaque o ano de 1984, em que as pessoas com deficiência se integram com o objetivo de fortalecer sua militância de forma eficaz.

A união dos vários tipos de deficiência em prol de uma luta comum, apesar do que se pensa, não exclui as diferenças dentro das coalizões de pessoas com deficiência, tanto no âmbito de cada tipo de deficiência e suas instituições, quanto entre os tipos de deficiência.

Quando essa classe se declara política, independente e livre de vinculação partidária não significa que esse grupo não precisaria do apoio de outros grupos sociais para estabelecer uma contra-hegemonia política, pois a ideia de uma coalizão liderada por intelectuais autônomos é totalmente falsa. O documento acima citado afirma que o que chamam de “movimento” não possuía vinculação político partidária. Porém, essa coalizão finalizou pedindo apoio, não somente da sociedade e da imprensa, mas dos meios políticos e das autoridades constituídas. Isto indica que a ideia de sociedade civil vai além de um mero conjunto de relações estruturais entre instituições representativas e o aparato da sociedade política. Contudo, se pensarmos como Gramsci⁶⁷ acerca das lutas sociais (embora, em sua perspectiva tais lutas seriam na direção revolucionária, o que não é o caso desses movimentos), elas são a homogeneização de uma visão de mundo que confere à militância a liga necessária para operar no campo ideológico e da filosofia da práxis, a fim de estabelecer novas hegemonias.

Para Gramsci, a ideia de partido político não significa apenas uma coligação ao qual as pessoas se filiam, mas, sim, a produção de organizações por meio de grupos da sociedade civil, em adesões voluntárias, cuja finalidade é expandir sua visão de mundo para agregar intelectuais tradicionais, ao mesmo tempo em que busca a formação de intelectuais orgânicos.

Como se pode ver na carta final da Semana da Pessoa com Deficiência realizada de 23 a 27 de agosto de 1989:

Semana da Pessoa Portadora de Deficiência

Não se sabe o número exato, mas calcula-se que 10% da população brasileira seja portadora de algum tipo de deficiência. Essa grande parcela da população muitas vezes não pode nem mesmo sair de casa, já que os espaços e serviços públicos (ônibus, telefones públicos, calçadas, semáforos, etc.) são planejados levando-se em conta apenas as necessidades e o conforto de uma hipotética “humanidade padrão” na qual os portadores de deficiência são marginalizados. Muitas vezes não têm eles

⁶⁷ GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.2. p.28-31.

nem mesmo o direito ao trabalho, pois se confunde deficiência com ineficiência. A sociedade adia iniciativas que seriam de grande ajuda para a integração dos portadores de deficiência: catálogos telefônicos impressos em braile e semáforos luminoso-auditivos para os cegos; rampas no lugar de escadas para permitir o ir e vir de pessoas em cadeiras de rodas, e uma série de alternativas simples e baratas, mas eficientes. Na realidade, os principais problemas enfrentados pelos portadores de deficiência são o desconhecimento público de suas necessidades e direitos e a indiferença da sociedade. (ABDA)

Movimento em Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência em Uberlândia

Ao final do folheto está evidenciado o apoio que o evento recebeu por parte de várias instituições sociais ligadas tanto à sociedade civil quanto à sociedade política. Foram elas: Centro Regional de Saúde de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia (por meio da Faculdade de Educação Física), Prefeitura Municipal de Uberlândia (por meio das Secretarias de Cultura e do Trabalho e Ação Social).

2.7 A participação das instituições uberlandenses na construção do texto constitucional em Minas Gerais

Acerca da questão da atuação da coalizão das pessoas com deficiência em Uberlândia nas constituições mineira e federal, Idari relata o processo de maturação que a coalizão de representantes das pessoas com deficiência sofreu, partindo de uma atuação pontual na construção do texto da Constituição de 1988 e a maturidade adquirida durante a participação na constituinte mineira.

Para as constituições federal e mineira a nossa atuação foi pontual no sentido que nós recebíamos as informações de Belo Horizonte, São Paulo e de Brasília, das associações parceiras e desempenhávamos algum papel aqui como, por exemplo, colher assinaturas para uma emenda popular, fazer caravana para fazer número em Brasília. Em Belo Horizonte a nossa atuação foi um pouco mais madura porque a gente aprendeu com a constituição federal e a nossa participação foi mais incisiva (Idari)

A representatividade das pessoas com deficiência física e visual de Uberlândia na constituinte mineira ocorreu através das associações ADEVITRIM e APARU.

O encontro contou com a representação de entidades daquela capital e também se fez representar as cidades de Montes Claros e Uberlândia através das associações de deficientes visuais, APARU e ADEVITRIM respectivamente. As cidades de Ubá e Juiz de Fora enviaram correspondências manifestando apoio e solidariedade ao movimento de defesa dos direitos da pessoa deficiente. Em anexo as entidades de Juiz de Fora enviaram todo o relatório revisto e redactilografado estando incluso suas sugestões para o projeto final.

Sendo assim, cada item foi relido e reavaliado por todas as pessoas presentes observando sua temática, enfoque legal e abrangência social, dando atenção especial aos temas referentes: à educação, à saúde, ao trabalho, ao esporte e lazer, à comunicação, ao transporte e às barreiras arquitetônicas.

Vários itens de sugestões abordadas pelos companheiros estavam ligados mais às leis orgânicas municipais que à constituição estadual o que foi muito bem explicado e entendido por todos⁶⁸.

Ao mesmo tempo em que o processo de criação de uma coalizão para atuar na constituinte e nas leis orgânicas significou um avanço para a institucionalização dos direitos das pessoas com deficiência, pode-se perceber que foi pequena a representatividade dos municípios do interior em relação ao grande número populacional destes. Os pontos discutidos no encontro basearam-se em temas referentes à saúde, educação, trabalho e lazer, comunicação, transportes e barreiras arquitetônicas, sendo que a maioria das abordagens visou a necessidade da garantia legal no âmbito municipal. Com isto, é preciso entender que a representatividade das pessoas com deficiência coube direcionar as propostas das instituições locais para que suas reivindicações pudessem contemplar os direitos das pessoas com deficiência nas três esferas governamentais e de forma transversal.

No processo de gestão da coalizão estadual, as entidades representativas precisaram atuar junto aos membros da sociedade política, ou seja, junto aos deputados estaduais, bem como, promover ações que aumentassem a representatividade para defesa dos direitos das pessoas com deficiência junto à sociedade civil, por meio de coleta de assinaturas para validação das propostas do segmento como emenda popular e a promoção de debates regionais, com o objetivo de reunir um maior número possível de entidades de pessoas com deficiência.

ADEVITRIM pede maior esclarecimento sobre a federação para posteriormente aprovar os estatutos e eleger a diretoria, completando, Carla, da ABVT se diz contra o imediatismo da criação da federação. Foi solicitado então, que um dos componentes da comissão pró-federação fizesse um histórico sucinto dos motivos que levaram a criação da federação; Márcio, da ADEVIBEL se dispôs a fazer o histórico, discursando por oito minutos. Pereira, da ADP, pediu a palavra e se manifestou favoravelmente a criação imediata da federação que, segundo ele, já estava com mais de dois anos de gestação. Rosana da AMP criticou também o retorno do assunto que já estava definido e solicitou que se colocasse em pauta o assunto da convocação. Decidiu-se portanto, votar pela continuidade ou não da federação e todas as entidades presentes se posicionaram favoravelmente a sua criação, exceto a União Auxiliadora dos Cegos, que votou contra a criação da federação. Passou-se então a discussão em torno do projeto de estatuto, quando Vicente, da ABEPA, relatou que o mencionado estatuto não está de acordo com o que foi discutido em vinte dois de julho de mil novecentos e oitenta e nove pela

⁶⁸ Relatório do Encontro de Entidades de Eficientes do estado de Minas Gerais, realizado no dia 03 de dezembro de 1988, na sala de multimeios da Biblioteca Pública Estadual, localizada na Praça da Liberdade, nº 21, Belo Horizonte - MG, redigido por Idari Alves da Silva.

comissão aberta criada pelo terceiro Encontro Mineiro de Pessoas Deficientes. Houve manifestação dos representantes de diversas entidades, que se posicionaram contra e a favor da discussão daquele estatuto. Houve então duas propostas; Primeira de cancelar aquela proposta de estatuto e criar uma nova comissão, composta de seis membros, que se incumbiria de fazer uma nova proposta de estatuto em um prazo de vinte dias e enviá-la em mais cinco dias a todas as entidades. Essa comissão seria considerada como a diretoria da federação até trinta de setembro de mil novecentos e oitenta e nove, que teria também a responsabilidade de atuar na Constituinte Mineira e Leis Orgânicas Municipais. Em trinta de setembro de mil novecentos e oitenta e nove seria realizada uma nova assembleia para aprovação dos estatutos e eleição da diretoria. A segunda proposta da ADP, era a de registrar o, estatuto original e eleger uma diretoria provisória até trinta de setembro de mil novecentos e oitenta e nove, quando se promoveriam as reformas necessárias no estatuto e elegaria a diretoria definitiva⁶⁹.

Em ata da reunião das entidades de deficientes do estado de Minas Gerais, de 19 de agosto de 1989, realizada no auditório da Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Minas Gerais, registrou-se a assembleia, a fim de discutir sobre a criação da federação de entidades mineiras de deficientes. Nesse trecho da ata, as entidades que faziam parte da coalizão Pró-Federação entraram em consenso a fim de resolver internamente seus conflitos e discordâncias visando à continuidade dos trabalhos para a consolidação dessa entidade representativa, que perdurou por dois anos. Após a criação da federação, o objetivo central da diretoria escolhida era atuar na constituinte estadual e nas leis orgânicas municipais.

Em Uberlândia, as entidades de e para pessoas com deficiência solicitaram ao secretário estadual do Trabalho e Ação Social a criação de uma coordenadoria regional de apoio e assistência à “pessoa portadora de deficiência” na cidade e que também tivesse âmbito de atuação no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A justificativa para a criação da coordenadoria foi a melhoria da relação entre entidades de e para pessoas com deficiência com o poder público e a aproximação da coordenadoria estadual e das associações do interior⁷⁰.

Diante desse quadro, e cientes de que somente nós o modificaremos e, considerando ainda o momento histórico da conquista do direito de eleger diretamente o nosso dirigente maior em 15 de novembro próximo, apresentamos aos Presidênciaáveis as nossas legítimas reivindicações:

- Garantia de educação pelo poder publico na rede regular de ensino com apoio e recursos humanos especializados quando necessários;
- Garantia que o sistema único de saúde assuma a execução de ações de prevenção, tratamento e reabilitação de deficiências;
- Garantia de acesso ao mercado de trabalho;

⁶⁹ Ata da reunião das Entidades de Deficientes do Estado de Minas Gerais, realizada no dia 19 de agosto de 1989, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

⁷⁰ Carta ao Secretário Estadual do Trabalho e Ação Social Deputado Samir Tannus, elaborada pelas entidades: 26ª DRE, ADEVITRIM, APAE, APARU, ASSOCEGO, Associação dos Surdos de Uberlândia, Centro Estadual de Educação Especial, Departamento de Educação Física da UFU, GRAFUR, MORHAN, MURHAN. Uberlândia, 29 de maio de 1989.

- Garantia de eliminação de barreiras arquitetônicas e de locomoção;
- Garantia de acesso às informações através do Braille e intérpretes em linguagem de sinais;
- Garantia, de assistência integral para deficientes não reabilitáveis;
- Garantia de participação através de entidades representativas na definição, acompanhamento e avaliação de políticas e programas relacionados ao portador de deficiência, bem como na escolha dos dirigentes das instituições que atuam no setor;
- Garantia, efetiva de punição daqueles que impedirem ou dificultarem o exercício da cidadania pelas pessoas portadoras de deficiência⁷¹.

Após a criação da coalizão de instituições de e para pessoas com deficiência em 1989, foi enviada, no mesmo ano, uma carta aberta aos representantes da sociedade política reivindicando os direitos conquistados pela promulgação da Constituição em 1988. Nela, a atuação representativa das pessoas com deficiência passa gradativamente a adotar um posicionamento de garantia de direitos e rejeição de ações caritativas e da tutela de políticos, religiões, prestadoras de serviço etc. Também denunciou a falta de planejamento de espaços públicos para circulação de pessoas com deficiência, bem como a dificuldade das pessoas com deficiência sensorial na aquisição de informação. A coalizão coloca-se contrária aos serviços concebidos e oferecidos de forma marginal e paralela à educação, saúde, esporte e lazer. Outra frente de luta importante no processo de reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência foi o combate ao preconceito e a remoção de barreiras atitudinais⁷².

Em meados de 1989, o Diário do Legislativo resume a discussão da emenda 724 proposta pelo Comitê Popular cuja finalidade era introduzir um capítulo sobre os direitos das pessoas com deficiência na Câmara Legislativa. No resumo da defesa dessa emenda popular consta a inacessibilidade ao prédio da Câmara Legislativa, pois a defensora do projeto foi impedida de subir à tribuna devido às suas barreiras arquitetônicas. Outras defesas foram realizadas e suas propostas foram ratificadas após a criação da coalizão em agosto desse mesmo ano, reproduzidas na Carta Aberta supracitada.

O candidato do PL, Afif Domingos, único candidato à sucessão do Presidente José Sarney a dirigir uma mensagem especial aos deficientes auditivos — através da tradução simultânea de seus programas aos surdos-mudos, esteve ausente em todas as votações da Constituinte que tratavam da assistência social aos deficientes. Afif se ausentou do plenário no dia 10 de maio de 1988, momento da votação do artigo 230, que em seu parágrafo 5º diz: "A assistência social será prestada a quem

⁷¹ Carta Aberta das Pessoas Portadoras de Deficiência sobre as eleições de 15 de novembro. Minas Gerais, agosto de 1989. Comissão Pró-Federação Mineira de Entidades de Pessoas Portadoras de Deficiência. Movimento em Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

⁷² Carta Aberta das Pessoas Portadoras de Deficiência sobre as eleições de 15 de novembro. Minas Gerais, agosto de 1989. Comissão Pró-Federação Mineira de Entidades de Pessoas Portadoras de Deficiência. Movimento em Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

delas necessitar, independentemente de contribuição, à seguridade social, e tem por objetivo a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei"... Dos candidatos à Presidência da República que tem mandato parlamentar, apenas o do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e o do PCB, Roberto Freire, compareceram à sessão da Constituinte para votar a favor do artigo que trata da concessão de assistência social aos deficientes físicos.

A exemplo do candidato do PL, Guilherme Afif Domingos, que esteve ausente da votação, também não deram seu voto ao Artigo 203, que trata dos benefícios aos deficientes e idosos que não tenham condições de prover sua manutenção, os candidatos do PSB, Senador Mário Covas, e do PTB, Affonso Camargo. O candidato do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães que presidia os trabalhos da Constituinte, se absteve sistematicamente de votar.

O Senador Affonso Camargo, como Afif Domingos, também tenta capitalizar o voto dos mais de dez milhões de deficientes físicos existentes no país, apresentando em seu horário de propaganda eleitoral do TSE o código de mãos que os surdo-mudo adotam para se comunicar. O candidato do PSDB, Mário Covas, também ausente da votação, estava seguindo orientação partidária, segundo sua assessoria.

— O PSDB não está fazendo demagogia com o voto dos deficientes e não pretende explorar eleitoreiramente essa situação explicou um dos seus assessores eleitorais⁷³.

Esse trecho de reportagem exemplifica de forma prática o conceito gramsciano de Estado que é composto pela relação constante e conflituosa entre sociedades civil e política. A abertura política que o Brasil vivenciou nos anos 80 trouxe para o Congresso Nacional e Câmaras Legislativas as demandas populares por meio da mobilização transversal dos movimentos sociais. Ao denunciar na imprensa o descompromisso de certos parlamentares com as pautas que envolviam demandas das pessoas com deficiência, a ação destes não se restringiu àqueles indivíduos que possuem tal característica, pois se colocaram também contra os pleitos de maioria eleitoral aos 16 anos, das mulheres, proteção e tratamento das pessoas com AIDS, dentre outros.

O então deputado Afif Domingos, em sua campanha eleitoral, procurou adaptar suas falas às pessoas surdas e na plenária se colocou contra os artigos que garantiam direitos a grupos minoritários. Esse ato foi questionado de forma ampla até por programas de televisão em que militantes conhecidos das causas populares, como o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), indagaram sobre o descompromisso do parlamentar com a demanda das minorias. Ao mesmo tempo em que a sociedade civil exerceu pressão sobre deputado Afif Domingos e vários outros políticos, a oposição partidária também questionou a conduta de tais membros da sociedade política. Alguns candidatos à presidência que possuíam mandato parlamentar abstiveram-se de votar ou seguiram recomendações partidárias para se colocarem contra os projetos populares, como Mário Covas, Afonso Camargo e Ulysses Guimarães. Um dos assessores eleitorais explicou que os candidatos do PSDB não queriam fazer demagogia com

⁷³ Afif não votou a favor de deficiente. In: **Jornal O Globo**. 21 de setembro de 1989.

os votos das pessoas com deficiência e por isso não votaram a favor desse segmento, cuja importância foi menosprezada, inclusive pelo referido deputado Afif Domingos.

Assim, as conquistas de direitos no âmbito da sociedade política sofreram uma correlação de disputas de poder que envolveram entidades representantes de pessoas com deficiência, partidos políticos da classe dirigente, partidos de oposição e movimentos sociais em geral. As ações parlamentares que podem remeter a uma ideia de contradição, na verdade, remetem ao movimento dialético entre consenso, coerção e hegemonia.

2.8 O texto da Constituição Mineira

O texto da Constituinte mineira⁷⁴ contou com a contribuição efetiva das entidades uberlandenses de pessoas com deficiência, sendo que a APARU e a ADEVITRIM foram as responsáveis por organizar ações locais e regionais que envolvessem outras entidades, inclusive, as prestadoras de serviço ligadas ao Rotary Club e a Maçonaria. O problema maior em se realizar uma análise profunda sobre a questão está na escassez de fontes, bem como na falta de referência da documentação encontrada. Por esse motivo, não houve possibilidade de comparação entre documentos de propostas enviadas a Belo Horizonte para inclusão no texto da constituinte e o texto oficial da Constituição mineira.

No artigo 10⁷⁵, que versa sobre as ações de responsabilidade do Estado, na alínea o, foi assegurado à pessoa com deficiência “apoio e assistência ao portador de deficiência e sua integração social”, garantia outorgada apenas em 1995, o que demonstra o processo de redefinição institucional de garantia dos direitos das pessoas com deficiência pelo estado, em relação às ações de tutelas antes praticadas por entidades prestadoras de serviços e em muitos casos por associações de pessoas com deficiência. Pode-se também perceber que a efetivação da obrigatoriedade da sociedade política de resguardar a participação da pessoa com deficiência somente chega à legalidade de fato em meados dos anos 90, denotando processo de maturação e mudança de pensamento das partes que compõe o estado, no que se refere às pessoas com deficiência.

⁷⁴ MINAS GERAIS. Constituição Estadual.

<http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>. Acesso 09/09/2013. Todas as observações constantes nesse subitem foram baseadas no texto da Constituição Estadual.

⁷⁵ MINAS GERAIS. Constituição Estadual. Título III: Do Estado. Capítulo I: Da Organização do Estado. Seção II: Da Competência do Estado. p.16

Segundo o caput do artigo 11⁷⁶: “É competência do Estado, comum à União e ao Município”: I.....; II- “cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia do portador de deficiência”. A proteção desse segmento foi tratada na ocasião da promulgação da constituinte estadual, atrelado à questão da ideia médica da deficiência e colocada em pé de igualdade apenas com a saúde. Isto porque, a ideia de que essas pessoas deveriam ser reabilitadas para viverem uma vida próxima da normalidade norteava as políticas públicas no Brasil no fim dos anos 80, apesar das coalizões de pessoas com deficiência lutarem para que o estado, na instância da sociedade política, os reconhecesse como pessoas autônomas, que não necessitavam da promoção de ações caritativas.

O artigo 28⁷⁷, regulamentado em 1995, retirou a porcentagem de 5% que anteriormente constava na legislação e que assegurava às pessoas com deficiência uma cota mínima para acesso ao trabalho no serviço público. A partir dessa exclusão, foi deixado a critério do órgão promotor de concursos disponibilizar ou não cotas às pessoas com deficiência, conforme o número de vagas oferecidas.

A saúde é uma área que demonstra claramente a correlação de forças expressa na luta das pessoas com deficiência por seus direitos e ao mesmo tempo na ação filantrópica de instituições cujo objetivo era promover a reabilitação dessas pessoas. O inciso V do artigo 188⁷⁸, que versa sobre as ações de serviço de saúde no âmbito do estado, prevê “participação complementar das instituições privadas no sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, assegurada a preferência a entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos”. Disso se observa que o convenio com instituições caritativas prestadoras de serviços mantém a responsabilidade da garantia da saúde nas mãos de organizações da sociedade civil por meio da manutenção de convênios com entidades voltadas à habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, porém em caráter complementar ao sistema de saúde controlado pela sociedade política.

Já o artigo 190⁷⁹, que descreve as competências do estado, no âmbito do Sistema Único de Saúde, prevê em seu inciso V o desenvolvimento científico e tecnológico e no inciso XIV, confere ao estado o dever de “executar as ações de prevenção, tratamento e reabilitação, nos casos de deficiência física, mental e sensorial”. Apesar da obrigatoriedade da sociedade

⁷⁶ MINAS GERAIS. Constituição Estadual. Título III: Do Estado. Capítulo I: Da Organização do Estado. Seção II: Da Competência do Estado. p.17.

⁷⁷ MINAS GERAIS. Constituição Estadual. Título III: Do Estado. Capítulo I: Da Organização do Estado. Seção V: Dos servidores públicos. p.26

⁷⁸ MINAS GERAIS. Constituição Estadual. Título IV: Da Sociedade. Capítulo I: Da Ordem Social. Seção I: Da Saúde. p.97

⁷⁹ MINAS GERAIS. Constituição Estadual. Título IV: Da Sociedade. Capítulo I: Da Ordem Social. Seção I: Da Saúde. p.98

política de promover as ações já citadas e que deveriam ser desenvolvidas de forma transversal, o caráter complementar dos serviços conveniados prestados pelas entidades prestadoras de serviços assumem o papel principal nas ações de saúde voltadas à pessoa com deficiência.

A respeito da assistência social, o artigo 193⁸⁰ garante, assim como na Constituição Federal, a prestação de assistência social a qualquer pessoa, sem distinção de quaisquer características. Já o artigo 194⁸¹, determina que as ações estaduais na área de assistência social sejam implementadas com recursos do estado e outras fontes. Em seu inciso I assegura a regionalização da assistência social, por meio da participação de entidades filantrópicas de assistência. Porém, no inciso II garante a participação popular, por meio de suas organizações representativas, na formulação de políticas públicas e o controle das ações em todos os níveis. Por meio dessa correlação de forças, pode-se perceber que o Estado, formado pela relação entre sociedade civil e política, mesmo com a redefinição institucional legalizada pela constituinte mineira, não exclui a hegemonia e a contra-hegemonia que as esferas estatais trouxeram ao longo de anos de consolidação de entidades filantrópicas que assumiram papéis referentes à sociedade política.

A educação é outro tema que provoca múltiplas relações de força entre entidades de e para pessoas com deficiência, pois o sistema escolar é mantido pela sociedade política e as organizações de controle e monitoramento do sistema educacional ligado aos três poderes. O artigo 196⁸² enumera os princípios nos quais a educação deveria se alicerçar: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e difundir quaisquer pensamentos, artes e saberes; o pluralismo de ideias e concepções filosóficas, políticas, estéticas e religiosas; preservação dos valores regionais e locais.

Entretanto, essa diversidade não foi plenamente aplicada às pessoas com deficiência, pois o artigo 198⁸³ garante o atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino com garantia de recursos humanos e equipamentos próprios, ao mesmo tempo em que apoia entidades especializadas públicas e privadas e que não possuam fins lucrativos, no atendimento aos educandos com deficiência, além de trazer para o ensino regular profissionais das escolas especializadas para atuar no

⁸⁰ MINAS GERAIS. Constituição Estadual. Título IV: Da Sociedade. Capítulo I: Da Ordem Social. Seção II: Da Assistência Social. p.99.

⁸¹ MINAS GERAIS. Constituição Estadual. Título IV: Da Sociedade. Capítulo I: Da Ordem Social. Seção III: Da Educação. p.99.

⁸² MINAS GERAIS. Constituição Estadual. Título IV: Da Sociedade. Capítulo I: Da Ordem Social. Seção III: Da Educação. p.99.

⁸³ MINAS GERAIS. Constituição Estadual. Título IV: Da Sociedade. Capítulo I: Da Ordem Social. Seção III: Da Educação. p.100.

ensino regular.

O termo “preferencial”, até a atualidade, gera controvérsias na construção e aplicação das leis educacionais, pois deixa brechas para que entidades especializadas assumam o papel das escolas públicas e privadas de oferecer educação igualitária às pessoas com deficiência e redefinir o papel das entidades prestadoras de serviço, a fim de oferecerem atendimento complementar ao ensino escolar.

O artigo 224⁸⁴ reafirma o compromisso da sociedade política com a prevenção, inserção da pessoa deficiente na sociedade, e acesso aos serviços e bens públicos por meio da remoção de barreiras arquitetônicas. No parágrafo I, o texto deixa claro que ao poder público cabe: o estabelecimento de normas de construção e adaptação de logradouros, veículos de transporte e edifícios de uso público; firmar convênios com instituições prestadoras de serviço sem fins lucrativos, a fim de promover a profissionalização das pessoas com deficiência; incentivar as empresas absorver a mão de obra de pessoas com deficiência; criar centros profissionalizantes de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e integrar saúde, educação e trabalho; implantar sistemas especializados de comunicação na rede de ensino polo para suprir as necessidades dos alunos com deficiência sensorial; criar sistema de reabilitação para pessoas com deficiência intelectual que tivessem a capacidade de reabilitação comprovada; promover a participação das entidades representativas na construção e no monitoramento das políticas públicas voltadas a esse segmento efetivadas pelos órgãos públicos de quaisquer instâncias estaduais, garantia de interpretes de libras nas programações televisivas jornalísticas e transmissões oficiais do estado; formação dos servidores públicos ligados à segurança para atender as pessoas com deficiência; destinar recursos no orçamento para entidades de assistência e amparo às pessoas com deficiência.

A constituição também garantiu a criação do conselho estadual de defesa do portador de deficiência – segundo o artigo 226⁸⁵, parágrafo único – cujo prazo de criação foi estabelecido por emenda constitucional, qual seja, até o dia 15 de março de 1993⁸⁶, mas esse prazo não foi respeitado e o conselho foi criado apenas no ano 2000⁸⁷.

O artigo 295⁸⁸ estabeleceu a realização de censos estaduais e municipais a fim de direcionar a implantação de políticas voltadas às pessoas com deficiência, porém no caso de

⁸⁴ MINAS GERAIS. Constituição Estadual. Título IV: Da Sociedade. Capítulo I: Da Ordem Social. Seção VIII: Da Família, da Criança, do Adolescente, do Portador de Deficiência e do Idoso, p.109.

⁸⁵ MINAS GERAIS. Constituição Estadual. Título IV: Da Sociedade. Capítulo I: Da Ordem Social. Seção VIII: Da Família, da Criança, do Adolescente, do Portador de Deficiência e do Idoso, p.110.

⁸⁶ Emenda à Constitucional nº6, de 21 de dezembro de 1992. p.158.

⁸⁷ Lei 13799 de 21/12/2000. <http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/porta1//41/lei%20de%20criacao.pdf> Acesso em 09/09/2013.

⁸⁸ MINAS GERAIS. Constituição Estadual. Título V: Disposições gerais. p.126.

Uberlândia, isso somente foi realizado em 2005.

2.9 A atuação das pessoas com deficiência na formulação do texto da Lei Orgânica

Ao discorrer sobre sua trajetória de militância, Idari fala sobre sua atuação na luta por autonomia na coalizão de pessoas com deficiência no processo de construção do texto da Lei Orgânica municipal. Porém a noção de cidadania que Idari traz em sua fala está ligada à participação na criação, promulgação e na modificação das leis, sem propor qualquer tipo de mudança na estrutura da sociedade política vigente.

A minha militância se dá associada ao que eu acredito que seria em um primeiro momento compreender o que era a causa da pessoa com deficiência, depois de um pouco de conhecimento e cultura compreender as questões da cidadania, passando pela luta pela constituição federal, pela constituição mineira, pela lei orgânica de Uberlândia, aonde eu tive condições de atuar e participar desse movimento, nesse momento de 1988 para 1989 eu já estava na universidade federal de Uberlândia como acadêmico do curso de História aonde a gente pode fazer uma prática política interessante apesar de não ser uma política partidária mais uma política cidadã, e nós conseguimos grandes avanços no sentido de conquistas legislativas para a cidadania. Isso vem se refletindo na vida das pessoas quando implementa algum serviço na cidade para o benefício da pessoa com deficiência. No campo nacional após a luta pela constituição federal agente acabou conhecendo mais pessoas que lutavam pela causa e fazer esta rede de amizade e conhecimento, e, tive oportunidade de participar em alguns momentos da política nacional a exemplo do decreto federal da acessibilidade 5296, participei da criação aqui em Uberlândia da criação do conselho municipal da pessoa com deficiência, depois eu fui eleito para representar os conselhos municipais do Brasil junto ao conselho nacional com mandato de dois anos e após agente volta à militância na cidade de Uberlândia. E eu acredito que esta foi em rápidas palavras a trajetória de 30 anos de estrada na luta pelo direito da pessoa com deficiência e pela cidadania. (Idari)

Ao comentar a sua trajetória, Idari coloca a questão da unidade do segmento das pessoas com deficiência por direitos, durante o período pré-constituente, pois ao longo dos anos 80 cada tipo de deficiência criou suas federações nacionais de luta, visando garantir os direitos de tais pessoas dentro de suas especificidades. Isso leva à reflexão acerca das características peculiares de tais pessoas porque, ao mesmo tempo em que lutava por questões gerais, ele também visava garantir as necessidades específicas de cada tipo de deficiência.

Esse relato também mostra que a formação de intelectuais está diretamente ligada ao nível de instrução que essas pessoas têm acesso ao longo de suas vidas. As relações que envolvem a formação de intelectuais orgânicos se situam em linhas tênues do envolvimento dos militantes com suas entidades representativas e com os diversos espaços sociais que integram a sociedade civil. Ao mesmo tempo em que o entrevistado afirma a importância do contato com seus pares, também teve igual valor a convivência entre pessoas dos vários tipos

de deficiência com outros espaços sociais, principalmente o sistema educacional, e a relação entre órgãos das sociedades civil e política.

Ao discorrer sobre as oposições que a coalizão das pessoas com deficiência enfrentou ao defender seus direitos na votação do texto da Lei Orgânica, o entrevistado mostra em sua fala a correlação de forças entre a luta pela legalização de direitos legítimos em oposição ao discurso caritativo e filantrópico.

Oposição mesmo nós tivemos na câmara municipal, no congresso e na assembleia legislativa. Tivemos várias falas contrárias a nossa proposta e muitas falas favoráveis à filantropia, à caridade, ao paternalismo, ao coitadinho e à mão na cabeça. Isso era para onde puxava a proposta no congresso nacional, nós tivemos que lutar para derrubar isso, alguma coisa ficou lá, mas uma boa parte a gente conseguiu levar para o campo da cidadania. Aqui em Uberlândia a gente teve muita dificuldade para aprovar a emenda da pessoa com deficiência porque a gente lutava por cidadania e ouvia que era mais barato para o governo manter a pessoa deficiente em casa pagando um salário mínimo para ele do que oferecer transporte coletivo. Das entidades de e para pessoas com deficiência eu não me lembro de discussões com divergências de pensamento porque nesse momento ainda não havia esse negócio de separação como hoje está mais claro no Brasil que define entidades de e para. (Idari)

A luta por seus direitos fez com que alguns representantes das pessoas com deficiência combatessem no campo ideológico as ideias filantrópicas. O relato acima e que versa sobre a luta pelo transporte adaptado na lei orgânica municipal de Uberlândia mostra que a atuação de representantes da sociedade civil no campo da sociedade política sem intermediários deixou claro aos agentes do Estado que a caridade e a filantropia não poderiam conviver com os direitos fundamentais reivindicados, pois este é totalmente oposto a elas. A respeito da convivência entre entidades de e para pessoas com deficiência, apesar do entrevistado declarar que não havia contradições entre elas e que o diálogo institucional era tranquilo, pode-se verificar uma contradição, pois enquanto as entidades formadas por pessoas com deficiência lutavam por direitos, as prestadoras de serviço almejavam garantir benefícios legalizados, pois como os profissionais estavam dentro destas entidades, a execução dos direitos conquistados seria efetivada por meio da prestação de serviços intensificada nos anos 90.

Ainda sobre a resistência das pessoas com deficiência à oposição parlamentar em relação à inclusão de demandas populares, o entrevistado fala sobre a execução de estratégias que tinham por finalidade conseguir apoio popular para as emendas feitas pelo segmento.

Tem duas estratégias que foram interessantes uma adotada por nós e outra pela Câmara: nós precisávamos colher assinaturas para a emenda então montamos um quiosque na Praça Tubal Vilela e sabíamos que o discurso que mais dava resultado não era o cidadão e sim de piedade, então colocamos estrategicamente a banquinha

na praça em frente à catedral em todos os momentos de final de missa e o pessoal assinava para ajudar o coitado do deficiente que precisava de uma lei para defendê-lo, nós enchemos folhas e folhas de assinaturas dos piedosos católicos da catedral, o que interessava era a assinatura da pessoa, até explicar que nós não estávamos lutando por caridade e sim para a cidadania o sujeito ia para casa fazer almoço; para votar os assuntos mais polêmicos a câmara municipal deixava para votar depois das dez da noite, pois os movimentos sociais lutavam a plenária e a gente até subiu cadeira pelas escadarias da Câmara, hoje o Museu Municipal. Como os ônibus paravam de circular e as pessoas tinham que ir embora para casa e ficavam somente os vereadores e poucos militantes, e nós tivemos dificuldade para aprovar os artigos que iam contra a ideia dos vereadores de situação naquele momento. Um dos expoentes desse exemplo foi quando conseguimos votar a acessibilidade no transporte coletivo que foi votado uma hora da manhã e quando nós ganhamos faltavam ainda dois artigos que simplesmente foram cortados da pauta e não se discutiu que garantiam o intérprete de LIBRAS em todos os órgãos públicos e as informações Braille nos órgãos públicos para as pessoas cegas. Na época o presidente da câmara virou para nós e com esta frase ele encerrou a seção: “já teve bom demais para vocês, vai embora.” Agente tinha que fazer o que? Chorar e perdemos esses dois importantes artigos que iriam para a lei orgânica, eles foram simplesmente cortados sem discussão e explicação porque não poderiam ser votados. A todo o momento a gente via vereadores passando para a administração municipal o que estava acontecendo na plenária e alguns deles saiam na hora de votar os projetos mais polêmicos. (Idari)

A luta pela legalização dos direitos das pessoas com deficiência, na Lei Orgânica municipal sofreu vários embates, os quais são fruto da relação entre os militantes com deficiência, outros militantes de diversos movimentos sociais e os vereadores integrantes da sociedade política. Com a finalidade de alcançar seus objetivos, segundo Idari, as pessoas com deficiência precisaram recorrer à ideia social de caridade e piedade para conseguir as assinaturas necessárias à aprovação das emendas populares a serem inseridas na Lei Orgânica e, por meio dessa contra-hegemonia, obtiveram êxito na inserção de parte de suas propostas no texto final da Lei Orgânica.

Não se pode afirmar ao certo qual fator influenciou de forma determinante a exclusão das propostas voltadas às pessoas com deficiência sensorial (visual e auditiva), no texto da Lei Orgânica. Porém, no caso das pessoas com deficiência visual, a divisão de sua representatividade; a tutela em que se encontrava a ASSOCEGO; a pouca eficácia da ADEVITRIM na formação de novos militantes; a precária assimilação de novos intelectuais; e, as estratégias adotadas pelos grupos dominantes que barraram a aprovação de emendas populares oriundas de vários grupos sociais podem ser fatores que, em conjunto, não permitiram às pessoas cegas e com baixa visão assegurar seus direitos na Lei Orgânica municipal, o que acarretou prejuízos na conquista de sua autonomia. Diante disso, coloco algumas perguntas, não com o objetivo de respondê-las, mas de levar à reflexão sobre a atuação das coalizões das pessoas com deficiência: Qual é o grau de cidadania que se pretende? Isso é possível em uma sociedade capitalista profundamente desigual em termos

sociais? Qual é o grau de violência simbólica que foi empreendida às pessoas com deficiência visual e por que tais pessoas não conseguiram conquistar direitos que garantissem sua autonomia?

Gilmar, ao ser questionado sobre as mudanças pelas quais a militância das pessoas com deficiência sofreu desde os anos 80, coloca como questão central de análise a fragmentação do segmento por tipo de deficiência, o que prejudicou as ações representativas de tais pessoas.

Eu não participei de pertinho das questões de participação integrada das instituições, mas o que eu tenho de percepção daquela época é que eram participações isoladas em que cada instituição fazia seu trabalho da melhor forma possível sem procurar orientação ou troca de informações com outras instituições, a gente seguia muito o ideal, não existia uma base formada um apoio e base de luta ou mesmo uma orientação de luta para que pudesse conduzir de forma objetiva os trabalhos. Na APARU, por exemplo, logo após sua criação no final da década de 1980, a gente iria trabalhar com a integração da pessoa com deficiência no trabalho, na escola, e, o enfoque foi centralizado só no esporte. Depois que foi mudando um pouquinho e tomando pé da realidade e dos objetivos centrais da instituição e foi retomando a necessidade de estar atento à educação e ao trabalho, hoje a APARU desenvolve um bom trabalho na área da empregabilidade, eles estão agora com um curso de supletivo de segundo grau até dando continuidade a um projeto iniciado no conselho com o supletivo de primeiro grau e depois eles arrumaram um jeito de continuar com o segundo grau com as pessoas que precisavam. Então era assim, a gente não percebia uma base formada compromissada com a causa eram pessoas com ideais diferentes que decidiram lutar e pronto. (Gilmar)

A fala desse militante que participou da fundação da APARU oferece uma possibilidade de refletir sobre as lutas desse grupo de forma total, ou seja, o fato de alguns representantes institucionais terem participado da promulgação da Lei Orgânica não significa, necessariamente, que todas as pessoas com deficiência que participavam das associações tinham os mesmos ideais e anseios. Quanto às relações entre instituições, apesar de alguns militantes de diferentes instituições e tipos de deficiência terem se relacionado nas discussões das coalizões das pessoas com deficiência, não significa que a relação interinstitucional tenha se fortalecido. No âmbito geral da coalizão municipal, a base de luta estava em processo de formação, pois não havia organização de luta por meio da formação de intelectuais que pudesse apoiar os novos militantes a fim de concretizar ações que se refletissem na vida das pessoas com deficiência, principalmente, até meados dos anos 90.

O Poder Público Municipal concederá incentivos e deduções fiscais relativa a gastos efetuados por pessoas físicas e jurídicas, com adaptações e aquisição de equipamentos necessários ao exercício profissional, dos trabalhadores portadores de

deficiência, conforme a lei⁸⁹.

Com relação às propostas que não foram aprovadas na elaboração da Lei Orgânica municipal, existem fragmentos de documentação que nos ajudam a pensar sobre a organização das pessoas com deficiência em Uberlândia. A noção de que o grupo mais forte de pessoas com deficiência física garantiu os seus direitos e que os outros grupos não conseguiram efetivá-los passa a ser uma análise que não explica a complexidade das pessoas responsáveis. A questão da isenção de impostos sobre tecnologias assistivas adquiridas por pessoas físicas ou jurídicas com o objetivo de garantir às pessoas com deficiência um melhor acesso à cidadania foi uma das perdas que prejudicaram indistintamente todo o segmento de pessoas com deficiência, e até hoje se configura como bandeira de luta em nível nacional.

O Município garantirá as pessoas portadoras de deficiências a assistência, tratamento médico-hospitalar, habilitação, reabilitação e sua integração na vida econômica e social do Município⁹⁰.

Outra perda importante que atingiu todos os tipos de deficiência refere-se ao acesso à saúde, à habilitação e à reabilitação, bem como a segurança da integração socioeconômica à sociedade. Com isso, as entidades de pessoas com deficiência e as prestadoras de serviço passam a ter papel importante na luta por direitos essenciais à vida da pessoa com deficiência.

O Município implantará sistema de semáforos sonorizados e placas em braille, objetivando maior segurança dos cidadãos com deficiência visual. O Poder Público Municipal garantirá o direito a informação e a comunicação aos cidadãos portadores de deficiência sensorial e de fala, através da imprensa braille, de comunicação por sinal (linguagem gestual) e outros meios que lhes são próprios⁹¹.

Por outro lado, as pessoas com deficiência sensorial perderam, com a promulgação da Lei Orgânica, o acesso à comunicação e a informação. Ainda que todo o segmento de pessoas com deficiência tenha sido prejudicado em alguns quesitos a ausência de determinadas propostas no texto final da Lei Orgânica mostra que uma parcela do segmento sofreu perdas mais significativas.

Oferecimento de estimulação precoce em creches comuns aos educando portadores de deficiência oferecendo sempre que se fizer necessário os recursos da educação

⁸⁹ Documento encontrado na APARU que discrimina as propostas para a Lei Orgânica municipal não possui data e nem identificação escrita de quando e por quem foi produzido. No documento, além do título “Propostas para a Lei Orgânica”, consta o nome dos aparelhos privados de hegemonia representados.

⁹⁰ Documento encontrado na APARU que discrimina as propostas para a Lei Orgânica municipal não possui data e nem identificação escrita de quando e por quem foi produzido. No documento, além do título “Propostas para a Lei Orgânica”, consta o nome dos aparelhos privados de hegemonia representados.

⁹¹ Documento encontrado na APARU que discrimina as propostas para a Lei Orgânica municipal não possui data e nem identificação escrita de quando e por quem foi produzido. No documento, além do título “Propostas para a Lei Orgânica”, consta o nome dos aparelhos privados de hegemonia representados.

especial⁹².

A proposta da adoção da estimulação precoce e do atendimento educacional especializado nas creches provocou um prejuízo significativo para o desenvolvimento tanto do sistema de educação básica municipal quanto das crianças com deficiência, obrigando suas famílias a procurarem atendimento educacional especializado e estimulação precoce nas entidades específicas de cada tipo de deficiência. No caso das crianças com baixa visão, a estimulação precoce começou a ser oferecida em 1989, com a criação da Pró-Luz, que é uma instituição filantrópica, prestadora de serviços e sem fins lucrativos. Com relação às crianças cegas, nenhuma associação assumiu a função de oferecer tais serviços. Segundo alguns entrevistados que atuaram na ASSOCEGO em meados dos anos 80, eram promovidas somente aulas de alfabetização em braile sem separação de faixa etária. O que se constata, portanto, é que esse serviço não se configurava nem como uma escola especial nem como uma escola regular, pois não ensinava conteúdos curriculares, e não oferecia apoio educacional às escolas.

As primeiras ações relacionadas ao atendimento educacional especializado junto ao poder público, na cidade de Uberlândia, foram criadas no início dos anos 90, das quais participaram duas das entrevistadas, que foram contratadas por meio de concurso público. Heloísa, ao responder sobre a relação entre escolas especiais, escolas comuns e ensino especializado traz um questionamento interessante sobre a necessidade das pessoas com deficiência manterem contato com seus pares e ao mesmo tempo com pessoas que possuem variados tipos de características.

Eu acho que a criança no espaço escolar tem um ganho e uma riqueza grande de conviver com as outras pessoas estar interagindo com todos, mas eu acho que a convivência com outras crianças com a mesma deficiência, aí que eu acho que entraria a instituição oferecendo esta estrutura e oportunidade, enquanto se elas convivessem apenas com crianças com cegueira não teria a realidade e não saberia o que se passa no mundo lá fora. (Heloísa)

Nesse comentário da entrevistada, pode-se notar uma observação interessante sobre a atuação das instituições de pessoas com deficiência em conjunto com o espaço escolar. A lacuna representativa com relação aos direitos da pessoa com deficiência visual em Uberlândia influenciou o modelo de organização das instituições, ocasionando a precariedade

⁹² Documento encontrado na APARU que discrimina as propostas para a Lei Orgânica municipal não possui data e nem identificação escrita de quando e por quem foi produzido. No documento, além do título “Propostas para a Lei Orgânica”, consta o nome dos aparelhos privados de hegemonia representados.

das ações voltadas a tais pessoas, bem como o isolamento e a dispersão das organizações representativas. Se por um lado, as pessoas com deficiência conquistaram o direito de estar no espaço escolar, por outro lado não conseguiram garantir os meios de permanência e desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e sociais desde a primeira infância. Isto porque, a convivência com as pessoas sem deficiência desde a mais tenra idade não garante por si mesma a inclusão dessas pessoas, já que a convivência com os pares é parte importante no processo de formação de sujeitos autônomos e conscientes de sua condição, a fim de lutar por seus direitos.

Ao ser indagada sobre o contato com outras realidades fora da cidade de Uberlândia, Maria José discorre sobre a sua experiência como aluna de uma escola especial de São Paulo e a sua trajetória após sair dessa instituição educacional.

No momento em que a entrevistada Maria José discorre sobre o desejo de se formar e ter uma profissão, ela fala de outra realidade vivenciada no período em que saiu de Uberlândia para estudar em São Paulo. O contato com os seus pares em uma instituição educacional especializada e, em seguida, a conclusão de seus estudos em uma sala de ensino regular, deu à entrevistada a chance de conhecer novas realidades e outras possibilidades de lutar por uma realidade diferente daquela pregada pelas associações de Uberlândia.

Eu senti diferença quando eu voltei para Uberlândia porque como eu estudei em uma escola especializada era uma instituição alienada, pois era filantrópica que tinha subvenção do governo federal e da prefeitura de São Paulo. Então eles tinham todo um aparato que acolhia os alunos que estudavam lá, mas era só ali dentro, quando você sai tem que arregaçar as mangas e falar agora eu tenho que me virar. Existia lá uma orientadora educacional que no último ano na instituição ela orientava no sentido de falar que a gente precisava se profissionalizar e continuar os estudos, essa coisa de incentivo. Mas isto é muito vago porque não acompanhava, se eu quisesse fazer um curso profissionalizante lá fora a instituição não dava suporte nem acompanhamento. Quando eu vim para cá eu senti que Uberlândia estava avançada nesse sentido porque eu pude conhecer a universidade e ela pelo menos oferecia estágios e informava sobre as possibilidades. A prefeitura avançou muito nesse sentido. Hoje eu vejo que os nossos alunos que estão aí na escola tem tudo para ser melhor e crescer, mas tem que lutar. Eu me formei em 1994 e já havia dois anos que eu estava trabalhando na prefeitura, então naquele processo de conclusão de curso eu já estava trabalhando na minha profissão. Quando eu entrei o núcleo de educação especial já existia, mas brigava sozinho. Depois que nós conseguimos parcerias com outros órgãos como o MEC e departamentos da prefeitura o AEE foi avançando no sentido de conquistar recursos de verba e material pedagógico especializado para toda a rede de pessoas com deficiência. Mas foi com muita luta olhando a questão da normativa e o que ela proporciona e o material humano. (Maria José)

O contato com outras realidades confere às pessoas com deficiência uma multiplicidade de concepções sobre o processo de inclusão. O fato de a entrevistada ter estudado em um instituto especializado revela a outra face do processo de inclusão, pois se a

convivência com os pares é importante, a falta de contato com as pessoas sem deficiência e a realidade do mundo em que se vive também é prejudicial à formação de indivíduos autônomos e conscientes de sua condição. Pode-se ressaltar que até mesmo os institutos conhecidos nacionalmente pela oferta de educação especializada equiparavam-se a algumas instituições representativas, inclusive as uberlandenses em termos de ações filantrópicas e caritativas. A partir desse momento, a educação das pessoas com deficiência começa a conviver com um quadro de despreparo dos profissionais da rede regular para recebê-las; bem como com a falta de desenvolvimento e difusão dos recursos necessários ao aprendizado dessas pessoas; e, ainda, a concentração em poucas entidades dos saberes ligados à educação especial.

A legalização de um direito não significa a garantia de seu cumprimento. Desde que a entrevistada Maria José entrou no núcleo de acessibilidade do CEMEPE, percebeu que, ao longo dos anos, o diálogo entre os diversos espaços da sociedade política e ao mesmo tempo, com as várias esferas da sociedade civil, confere ao processo de legitimação dos direitos o fundamento necessário para que as ações voltadas para esse segmento sejam efetivadas.

No estabelecimento das diretrizes e relativas ao desenvolvimento urbano, a lei assegurará:

V - a participação, com poderes deliberativos, da sociedade civil organizada, no planejamento e execução da política urbana, e das comunidades interessadas, por meio de suas entidades representativas, quanto à execução de alguma medida lhes atingir diretamente⁹³.

Art. 125 - No estabelecimento das diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano a lei assegurará:

V - a participação da sociedade civil organizada, no planejamento e execução da política urbana, e das comunidades interessadas, por meio de suas entidades representativas, quando a execução de alguma medida as atingir diretamente⁹⁴.

Art. 195 - O Poder Público Municipal garantirá a participação das entidades dos portadores de deficiência na formulação de política para o setor, respeitando-se as sugestões da classe.

Art. 197 - O Município instituirá o plano municipal de apoio ao deficiente, garantindo sua participação, através de entidades representativas, na formulação de sua política⁹⁵.

Apesar de a Lei Orgânica garantir a participação de entidades representativas e prestadoras de serviço na concepção de políticas públicas para os diversos segmentos e o

⁹³ Documento encontrado na APARU que discrimina as propostas para a Lei Orgânica municipal não possui data e nem identificação escrita de quando e por quem foi produzido. No documento, além do título “Propostas para a Lei Orgânica”, consta o nome dos aparelhos privados de hegemonia representados.

⁹⁴ UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia – MINAS GERAIS. http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/4256.pdf Acesso em 07/01/2014. Título IV: Da Ordem Econômica. Capítulo II: Do Desenvolvimento e Política Urbanos. p. 22.

⁹⁵ UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia – MINAS GERAIS. Título V: Da Ordem Social. Capítulo VII: Da Família, Da Criança, Do Adolescente, do Deficiente e do Idoso. p. 31.

respeito às suas opiniões, ela retira da sociedade civil o poder deliberativo presente na proposta não aprovada feita pelos movimentos sociais. A restrição da participação da sociedade civil atingiu diretamente as pessoas com deficiência, sendo que, o primeiro órgão criado em Uberlândia com tal função foi o Conselho Municipal (COMPOD).

O Poder Público Municipal só permitirá a entrada em circulação de novos veículos de transporte coletivo municipais que estejam adaptados com elevadores e portas largas e sem obstáculos internos que prejudiquem o exercício do direito de ir e vir das pessoas com dificuldades de locomoção, inclusive em cadeira de rodas.

§ Único - Os veículos de transporte coletivo já em circulação terão um prazo de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de promulgação desta constituição para se adaptarem a este artigo⁹⁶.

Art. 193 - Fica assegurado o passe livre nos transportes coletivos municipais às pessoas portadoras de deficiências, matriculadas em escola ou clínicas especializadas ou associadas às entidades representativas estendendo-se, também, esse benefício a um acompanhante, se necessário⁹⁷.

Enquanto a gratuidade no transporte coletivo para pessoas com deficiência foi aprovada na Lei Orgânica, o estabelecimento do critério de acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida como condição para a circulação de ônibus na cidade não foi aceita. Assim, a promoção do acesso à cultura, ao ensino, à reabilitação e às atividades propostas junto às associações foi fomentada apenas pelo benefício da gratuidade e não por meio da oferta de transporte acessível, até o início dos anos 2000.

O Poder Público Municipal não fornecerá alvará de construção para prédios particulares com destinação comercial multifamiliar de grande porte, que tiverem em seus projetos obstáculos arquitetônicos e ambientes que impeçam ou dificultem o acesso e circulação dos portadores de deficiências.

§ Único - O Poder Público Municipal fiscalizará

I - o desenvolvimento das obras que trata o referido presente artigo objetivando garantir respeito ao projeto original⁹⁸.

Art. 187 - A lei disporá sobre normas de construção e adaptação de logradouros e dos edifícios de uso público, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Parágrafo único - O Poder Público não fornecerá alvará de construção para prédios particulares com destinação comercial ou multifamiliar, acima de três andares, que tiverem em seus projetos obstáculo arquitetônicos e ambientais que impeçam ou dificultem o acesso e circulação dos portadores de deficiência e promoverá a fiscalização de sua execução⁹⁹.

A complexidade do texto final da Lei Orgânica municipal também se faz presente nas propostas aprovadas. Ao mesmo tempo em que ele garante a produção de normas para que as

⁹⁶ Cf. Nota de rodapé 56.

⁹⁷ UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia – MINAS GERAIS. Título V: Da Ordem Social. Capítulo VII: Da Família, Da Criança, Do Adolescente, do Deficiente e do Idoso. p.31.

⁹⁸ Cf. Nota de rodapé 56.

⁹⁹ UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia – MINAS GERAIS. Título V: Da Ordem Social. Capítulo VII: Da Família, Da Criança, Do Adolescente, do Deficiente e do Idoso. p.30.

construções sejam acessíveis às pessoas com deficiência, garantindo o seu direito de ir e vir, ele restringe a concessão de alvará para prédios privados de uso público apenas se estes possuísem número de andares superior a três. Tal restrição configurou-se diferente da proposta inicial que previa o indeferimento de alvarás a todos os prédios de uso público que tivessem barreiras arquitetônicas. Assim, o texto traz claramente a dialética entre a remoção de barreiras e a manutenção destas. A luta pela acessibilidade a logradouros, prédios públicos e privados de uso público, reflete-se durante os anos 90 e 2000.

Art. 188 - O Município assegurará, às pessoas portadoras de deficiência, o direito à educação básica e profissionalizante gratuita, sem limite de idade e garantirá o encaminhamento ao mercado de trabalho.

Art. 189 - A garantia de educação, pelo Poder Público, dar-se-á mediante criação de programas que visem o atendimento educacional, inclusive especializado, ao portador de deficiência, na rede pública de ensino, com garantia de recursos humanos capacitados, material e equipamentos públicos e de vaga em escola próxima de sua residência.

Art. 190 - Será assegurada às pessoas carentes, portadoras de deficiência, totalmente impossibilitadas de usar o sistema de transporte comum, a frequência a escolas, através de um sistema de transporte a ser instituído e mantido pelo Poder Público Municipal.

Art. 191 - É proibida a recusa de matrícula em escolas públicas sob a alegação de deficiência e dificuldades apresentadas pelo aluno, bem como a existência de barreiras que dificultem seu acesso¹⁰⁰.

Com relação aos direitos educacionais, a coalizão das pessoas com deficiência consegue garantir a educação gratuita e o ensino profissionalizante sem limite de idade, visando facilitar a garantia legal da colocação de tais pessoas no mercado de trabalho. Porém, no caso das pessoas com deficiência visual, as associações assumiram essa responsabilidade. A legalização do direito à educação e ao trabalho contrastou durante os anos 90 e 2000 com as ações de tutela promovidas pelas instituições de e para pessoas cegas e com baixa visão em Uberlândia. Em vários momentos das entrevistas houve tensões com relação aos diferentes níveis de instrução dos militantes que influenciaram no processo de luta por direitos. Enquanto uma parcela das pessoas cegas e com baixa visão participou da criação de uma fábrica de vassouras restrita ao espaço da ASSOCEGO, e que lhes oferecia trabalho manual e que posteriormente faliu pela má administração dos gestores; a outra batalhava para obter melhores condições de estudo e trabalho, e por consequência, se afastaram das instituições de pessoas com deficiência visual, porque essas não atendiam suas expectativas. O acordo contratual que concedeu a sede da ASSOCEGO ao CEMEPE provocou, ao longo dos anos 90, discordâncias dentro do segmento, pois se para os associados que retomaram o prédio

¹⁰⁰ UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia – MINAS GERAIS. Título V: Da Ordem Social. Capítulo VII: Da Família, Da Criança, Do Adolescente, do Deficiente e do Idoso. p.30.

significou a conquista do poder administrativo pelas pessoas cegas e com baixa visão, por outro lado, os profissionais cegos que trabalhavam no CEMEPE viram esse episódio como retrocesso nas conquistas educacionais. A respeito, eles disseram que reprovaram a ação dos antigos associados da ASSOCEGO sob o argumento de que se tratava de uma decisão impensada própria de pessoas que não queriam crescer nos estudos e, com isso, provocaram um motim contra as ações de integração promovidas pelo município.

Já o segmento das pessoas com deficiência física percorreu uma trajetória diferente na luta por direitos. O fato de a APARU ter persistido como a única entidade de pessoas com deficiência física até meados dos anos 90 e não ter interrompido suas atividades representativas, fez com que a militância permanecesse forte. Porém, as tentativas de criação e manutenção de atividades e pequenos negócios ligados à associação, tais como, fábrica de cadeiras de rodas, disque-mel, contratos com empresas privadas para oferta de serviços prestados dentro da instituição etc. enfrentaram, além dos problemas de administração, a dificuldade dos associados de separar suas atividades como tal e a sua obrigação como empregados institucionais. Também se destaca nas fontes, o pouco diálogo entre os associados e a diretoria.

Também foi assegurada às pessoas com deficiência, a criação de um programa de ensino especializado, com a finalidade de oferecer equipamentos e profissionais capacitados para complementar e suprir as necessidades de adaptações que deem suporte à trajetória educacional dos alunos que precisassem de tal modalidade de ensino. Outra conquista foi a obrigatoriedade de matrícula dessas pessoas em locais próximos à sua residência, com o propósito de evitar e combater políticas segregacionistas que reunissem em apenas um lugar educandos com deficiência.

Aos alunos com deficiência que possuíssem dificuldades financeiras e que não conseguissem utilizar o transporte público convencional, foi assegurada a criação de um transporte escolar adaptado. Ocorre que, ao longo dos anos, em virtude do fato de as pessoas com deficiência física terem se destacado na luta por direitos, a interpretação conferida à lei foi a oferta desse sistema de transporte adaptado apenas a tais pessoas, excluindo os outros tipos de deficiência e mobilidade reduzida.

Outro direito importante conquistado foi a obrigatoriedade das escolas regulares aceitarem alunos com deficiência sem qualquer discriminação, sendo que as barreiras arquitetônicas e atitudinais perderam a validade como desculpa para não receber esses alunos. Entretanto, documentos ligados ao Conselho Municipal e a algumas comissões indicam que nos anos 90 e 2000 existe um debate em torno da universalização da escola regular e da

manutenção ou fechamento das escolas de ensino especializados. Com isso pode-se pensar que as conquistas legais no âmbito da sociedade política precisam obter legitimidade na sociedade civil, pois o sistema educacional modifica-se na medida em que ocorre transformação na visão de mundo da sociedade.

Art. 194 - O Município estimulará o desenvolvimento de tecnologia, a publicação e divulgação de terapêuticas destinadas à prevenção, tratamento e reabilitação de deficiências, bem como o aperfeiçoamento de equipamentos de uso das pessoas portadoras de deficiência¹⁰¹.

Ao longo dos anos 90 e 2000, a aplicação do artigo acima citado não foi desenvolvida a contento pois a reabilitação, a habilitação, o uso de equipamentos específicos, o tratamento de questões relativas à deficiência e à produção de equipamentos utilizados pelo indivíduos com deficiência restringiu-se a iniciativas promovidas pelas associações representativas, sobretudo, a APARU e outras entidades prestadoras de serviço que se multiplicaram na cidade a partir dos anos 90, principalmente voltadas às pessoas com deficiência física e intelectual.

Art. 196 - A lei reservará um percentual mínimo de cargos e empregos públicos municipais para os trabalhadores portadores de deficiências e definirá critérios para admissão, respeitando as limitações do trabalhador e sua qualificação para a função, sem que recaia sobre esse qualquer ato ou ação discriminatórios¹⁰².

Quanto à reserva de vagas no serviço público, a Lei Orgânica garante um percentual não determinado de vagas às pessoas com deficiência, sendo que, na proposta feita pela coalizão, a porcentagem era de 5%. Também o poder público assegura tal direito associado a critérios definidos pelo órgão municipal, garantindo o respeito às limitações dessas pessoas. Porém, não há especificações quanto ao estabelecimento desses critérios, nem a relação de avaliações dos profissionais que passaram com o meio institucional.

Ao ser perguntado sobre o processo de fragmentação da coalizão nacional em federações por tipo de deficiência, segundo suas especificidades, e que se refletiu nos âmbitos estadual e municipal, Idari ressalta a importância de unificação de luta por uma bandeira comum, respeitando as especificidades de cada tipo de deficiência, sem perder a noção de coletividade.

¹⁰¹ UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia – MINAS GERAIS. Título V: Da Ordem Social. Capítulo VII: Da Família, Da Criança, Do Adolescente, do Deficiente e do Idoso. p.31.

¹⁰² UBERLÂNDIA. Lei Orgânica do Município de Uberlândia – MINAS GERAIS. Título V: Da Ordem Social. Capítulo VII: Da Família, Da Criança, Do Adolescente, do Deficiente e do Idoso. p.31.

Eu avalio que o grande momento desse movimento foi quando ele teve condições de discutir a coalizão nacional que era uma bandeira de luta única da pessoa com deficiência, isto era muito forte como causa, e nós sabemos que se você quer enfraquecer um movimento basta dividi-lo. Então teve esse prejuízo porque o movimento não era politicamente maduro e então as vaidades de cada seguimento falaram mais alto e cada um começou a ver sua causa como necessidade exclusiva, e, nos momentos em que ele esteve junto ele fez avanço. Agora hoje temos um movimento dividido, ou que divide o que já está dividido e se esfacela cada vez mais e enfraquece a condição de luta desse povo. Quanto mais unificar o movimento, é claro que respeitando suas especificidades, mas a bandeira de luta teria que ser unificada. (Idari)

Ao pensar na atuação das coalizões de pessoas com deficiência dentro das três esferas governamentais na construção, em conjunto com outros movimentos sociais, dos textos constitucionais e da lei orgânica, pode-se pensar que as coalizões de pessoas com deficiência sofrem constantemente a correlação de forças internas e externas, as quais direcionam o processo de legalização dos direitos de tais pessoas, bem como a execução da legislação vigente.

Com isso, a luta entre ideias filantrópicas e de cidadania por meio da práxis da sociedade civil com a finalidade de dirigir o aparato da sociedade política, permeia a organização de pessoas com deficiência em coalizões.

No próximo capítulo veremos qual a influência da filosofia na vida dos militantes com deficiência e como as visões caritativas e filantrópicas agem em uma correlação de forças com as ideias de cidadania. Para tanto, é preciso compreender como foi constituída a Associação de Pessoas com Deficiência Física em Uberlândia, e os desdobramentos da sua representatividade nos anos 80 e 90.

3 A FILOSOFIA DA PRÁXIS E O PAPEL DOS INDIVÍDUOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

3.1 Os grupos fordistas internacionalistas: Rotary Club, Lions Club e Maçonaria

Pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que se é realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise¹⁰³.

Não é possível falar de movimentos sociais sem falar da Filosofia, pois é nesse campo que se originam análises sobre a natureza das coisas e da inter-relação delas entre si, o que interliga valores, sentidos, fatos e princípios. Porém, quando Gramsci afirma que ela não está restrita a uma categoria de acadêmicos especializados ou profissionais que se debruçam sobre uma determinada questão, ele quer dizer que a natureza filosófica é espontânea e se manifesta na práxis humana, pois todos os homens são filósofos de uma filosofia espontânea, que não é exatamente a superação do senso comum. Ainda, segundo este autor, o seu saber está diretamente ligado à sua linguagem que reúne um conjunto de conceitos e noções determinadas; no senso comum e no bom senso; na religião popular e em todo o sistema de crenças, opiniões, superstições, nos modos de ver e agir manifestados no folclore. A Filosofia somente é parte da práxis humana porque até nas simples formas de manifestações das crenças e das vivências das pessoas manifesta-se uma determinada visão de mundo, ainda que em um primeiro momento isto seja feito de forma inconsciente¹⁰⁴.

A atividade de pensar que se reflete na práxis nem sempre significa que os indivíduos a fazem com consciência e crítica, pois ao tomar parte de uma concepção mecânica

¹⁰³ GRAMSCI, A. Caderno 11 (1932-1933). Apontamentos para uma introdução ao estudo da filosofia e da história da cultura. In: _____. **Cadernos do Cárcere**, v. 1, 2001. p. 94.

¹⁰⁴ GRAMSCI, A. Caderno 11 (1932-1933). Apontamentos para uma introdução ao estudo da filosofia e da história da cultura. In: _____. **Cadernos do Cárcere**, v. 1, 2001. p.93-94.

e externa do mundo e do ambiente em que se vive, ou seja, ao assumir a visão de mundo de um grupo dos quais estes fazem parte de forma ocasional e desagregada, é o ponto inicial de um indivíduo antes de difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las e transformá-las em base de ordem e coordenação de ações intelectuais e morais. Assim, o valor da descoberta filosófica não está em uma verdade confinada aos grupos específicos de estudiosos e, sim, no fato de uma multidão de Homens pensarem seu presente de forma coerente e unitária¹⁰⁵.

O pensamento unitário e coerente de um grupo social sobre o mundo é mais extraordinário do que a descoberta de uma verdade intelectual que permanece circunscrita a um grupo acadêmico e restrito. A filosofia da práxis¹⁰⁶ somente se apresenta como atividade crítica e polêmica por meio da superação da maneira de pensar anterior e do pensamento concreto da visão de mundo já existente e que critica o senso comum. Não se trata de introduzir na vida individual das pessoas um saber, mas criticar uma atividade existente. A filosofia da práxis não busca manter os ingênuos na filosofia inicial do senso comum e sim conduzi-los a uma concepção de mundo superior, ou seja, a uma nova cultura. O contato entre os intelectuais e as massas não é para limitar a atividade científica a um grupo restrito de pessoas e manter a unidade no interior delas, mas sim tecer um bloco intelectual e moral, a fim de possibilitar o avanço intelectual da massa e não de pequenos grupos isolados¹⁰⁷.

Quando se pensa na atuação das coalizões de pessoas com deficiência, o conceito de filosofia é extremamente importante para refutar algumas análises que transitam entre o que se denomina mitificação e o repúdio a tais pessoas; entre o heroísmo individual e a condenação social por uma ordem imposta sem qualquer esboço de reação por parte das pessoas com deficiência. Certas discussões frequentemente trazem formas estruturais de compreensão, bem como visões individualistas e puramente conceituais sobre o processo de luta dos representantes das pessoas com deficiência pela autonomia, em detrimento do discurso caritativo.

Gramsci, em seu caderno sobre Americanismo e Fordismo, discorre sobre as características desse modelo internacional de hegemonia que se expandiu para vários países. Uma das formas de expansão foi a criação de aparelhos hegemônicos como a Maçonaria, o Lions Club e o Rotary Club.

¹⁰⁵ GRAMSCI, A. Caderno 11 (1932-1933). Apontamentos para uma introdução ao estudo da filosofia e da história da cultura. In: _____. **Cadernos do Cárcere**, v. 1, 2001. p. 94.

¹⁰⁶ GRAMSCI, A. Caderno 11 (1932-1933). Apontamentos para uma introdução ao estudo da filosofia e da história da cultura. In: _____. **Cadernos do Cárcere**, v. 1, 2001. p. 96-97.

¹⁰⁷ GRAMSCI, A. Caderno 11 (1932-1933). Apontamentos para uma introdução ao estudo da filosofia e da história da cultura. In: _____. **Cadernos do Cárcere**, v. 1, 2001. p.96.

O que hoje é chamado de “americanismo” é em grande parte a crítica antecipada feita pelas velhas camadas que serão esmagadas pela possível nova ordem e que já são vítimas de uma onda de pânico social, de dissolução, de desespero; é uma tentativa de reação inconsciente de quem é impotente para reconstruir e toma como ponto de apoio os aspectos negativos da transformação. Não é dos grupos sociais “condenados” pela nova ordem que se pode esperar a reconstrução, mas sim daqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem: esses últimos “devem” encontrar o sistema de vida “original” e não de marca americana, a fim de transformarem em “liberdade” o que hoje é “necessidade”¹⁰⁸.

As ideias Americanistas e Fordistas que norteiam as ações voltadas às pessoas com deficiência são resquícios de grupos sociais que lutam em deixar a direção do Estado, porém são influenciados pela contra-hegemonia de grupos que passam a transformar, através de sua práxis, a ordem vigente. O clientelismo e a piedade são exemplos de visões de mundo hegemônicas que contrastam com a luta pela autonomia, ao mesmo tempo em que muitas vezes tais visões de mundo chegam a se misturar, formando combinações que geram novas culturas.

No início dos anos 80, a criação de coalizões de pessoas com deficiência cuja meta era conquistar direitos sociais e legais que tornaram a identidade destas pessoas socialmente garantidas e reconhecidas, denunciou às autoridades que esses seres eram pessoas e não coisas. Levando em consideração que é no âmbito da cultura que se organiza a direção das classes por meio através de seus intelectuais orgânicos, a relação entre as sociedades civil e política se dá tanto por “interesses classistas quanto por adesões programáticas”, garantindo a legitimidade do Estado¹⁰⁹.

Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações. A religião, por exemplo, sempre foi uma fonte dessas combinações ideológico-políticas nacionais e internacionais; e, com a religião, as outras formações internacionais, como a maçonaria, o Rotary Club, os judeus, a diplomacia de carreira, que sugerem recursos políticos de origem histórica diversa e os fazem triunfar em determinados países, funcionando como partido político internacional que atua em cada nação com todas as suas forças internacionais concentradas; mas religião, maçonaria, Rotary, judeus, etc., podem ser incluídos na categoria social dos “intelectuais”, cuja função, em escala internacional, é a de mediar entre os extremos, de “socializar” as descobertas técnicas que fazem funcionar toda atividade de direção, de imaginar compromissos e alternativas entre as soluções extremas...¹¹⁰.

¹⁰⁸ GRAMSCI, A. Caderno 22. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.4. p.280.

¹⁰⁹ MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, violência simbólica e metáforização da cidadania. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 94.

¹¹⁰ GRAMSCI, A. Caderno 13. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3. p.42.

A visão caritativa que foi difundida por intelectuais orgânicos ligados a grupos Americanistas e Fordistas, sobretudo em países menos desenvolvidos, remete ao Brasil dos anos 70 que combinou classes, grupos religiosos, desejo de autonomia e várias outras ideologias que nortearam os rumos das políticas voltadas às pessoas com deficiência brasileiras. Isto não quer dizer que não houve ganhos com a promulgação das constituições e das leis orgânicas, entretanto é preciso lembrar que tais lutas não possuem propostas de mudanças do sistema político capitalista nem de seus pilares.

Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser mensurada com os sistemas das ciências exatas ou físicas¹¹¹.

Ao discorrer sobre as fases pelas quais a consciência humana passa como parte do Estado, Gramsci remete, em um primeiro momento, a uma estrutura social preexistente que não pode ser modificada pelo indivíduo. Desta forma, a visão de mundo assistencialista, médica e clientelista influenciou várias gerações de pessoas com e sem deficiência durante vários séculos, pois traz a ideia religiosa de fraternidade entremeada à prestação de serviços, à caridade, ao apoio da sociedade política a institutos, associações e outros, as quais mantêm o *status quo*. As instituições internacionais foram responsáveis pela criação de escolas, institutos, hospitais, centros de habilitação e reabilitação, associações e outros aparelhos que atuaram e atuam até hoje como intelectuais coletivos, buscando solucionar e resolver problemas extremos. Por isto, cada pessoa quando nasce e cresce em um ambiente é influenciado pela visão de mundo de onde fora criado. E assim, a família pode oferecer à pessoa uma fase de consciência ligada ao assistencialismo ou a autonomia, e até mesmo oferecer inúmeras combinações culturais. Também a condição material, ou seja, aquilo que o liga de forma concreta a uma classe social é fundamental para que os sujeitos possam vivenciar experiências diversas ou serem confinados em casa.

A origem da luta das pessoas com deficiência pela autonomia é a correlação de forças entre independência e clientelismo, comunidades de base da igreja católica, associações originadas dos clubes Americanistas, aparelhos hegemônicos assistencialistas, além dos vários tipos de consciência política dos militantes com e sem deficiência. A correlação das forças políticas permite a Gramsci avaliar o grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. É preciso salientar que esta fase da

¹¹¹ GRAMSCI, A. Caderno 13. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3. p.40.

consciência dos indivíduos não é evolutiva nem progressista, mas sim convivem entre si, e por isto, cada indivíduo é, antes de tudo, agente.

O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo¹¹².

Dentro da fase econômica corporativa, Gramsci a divide em três partes, as quais estão entremeadas dentro das coalizões de pessoas com deficiência e relacionam-se entre si, criando correlações de força até que uma fase possa controlar e dirigir as demais.

Nesta fase pode ocorrer que uma pessoa com deficiência se veja como tal, mas não se identifique com pessoas com tipos de deficiência diferentes. Também ocorre que estas pessoas possam se adaptar em outros grupos diversos e não se envolverem com a luta de tais pessoas por autonomia, abraçando outra causa. Existem várias pessoas que vivem bem sem contato com seus pares, pois sua situação econômica, social e cultural encontra-se em classes sociais dominantes ou dirigentes e lhe confere as adaptações necessárias para realizar suas atividades cotidianas e se inserir no mercado de trabalho. Nesta fase é comum pessoas com deficiência adotarem as mesmas visões de mundo de pessoas com as mesmas características físicas, econômicas, sociais, culturais etc.

Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe nesse momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes¹¹³.

Nesta etapa, as pessoas com deficiência se veem como um todo, porém reivindicam a atuação junto à sociedade política, buscando a participação na criação, implementação e mudanças nas leis que dirigem o Estado com sua estrutura capitalista vigente.

Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em

¹¹² GRAMSCI, A. Caderno 13. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3. p.41.

¹¹³ GRAMSCI, A. Caderno 13. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3. p.41.

“partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral...¹¹⁴.

E, por último, a consciência econômico corporativa adquire, nos aparelhos hegemônicos, a força capaz de exercer uma contra-hegemonia suficiente para influenciar vários grupos subordinados e expandir sua visão de mundo. Para sair da consciência econômico-corporativo e empreender a proposta de um novo caminho de se fazer política e mexer com as estruturas que mantêm o Estado vigente, as pessoas com deficiência tem um longo caminho a ser percorrido. Todos os conflitos que esse seguimento enfrenta na luta pela autonomia envolvem a coerção e o consenso entre tais consciências, as quais variam de acordo com as condições culturais e materiais nas quais se inserem.

3.2 A consciência político-corporativa

Cabe aqui, antes de refletir sobre as instituições de pessoas com deficiência e seu papel na construção da militância e na formação de intelectuais orgânicos, pensar o indivíduo antes dele entrar em contato com o espaço institucional, até o momento em que eles entram em contato com seus pares.

O núcleo familiar é o espaço social onde inicialmente as pessoas têm mais contato com a cultura sustentada pelo senso comum. Quando os indivíduos passam a transitar pelos diversos espaços sociais e pelos aparelhos privados de hegemonia, as visões de mundo adquiridas no espaço familiar podem ser ratificadas ou contestadas.

Ao discorrer sobre sua trajetória de estudos, Gilmar ressalta a importância da sua família na conclusão desse projeto.

Na minha trajetória de estudos eu não tive nenhum problema, pelo menos não deixei que a minha deficiência calasse minhas necessidades de estudar, participar da vida social, até mesmo pela forma de tratamento da minha família e dos meus pais, a minha deficiência não foi impedimento para que eu desenvolvesse a capacidade de participar da vida social, estudar, enfim. (Gilmar)

Ao ser perguntado se teve algum problema em sua trajetória escolar, ele em primeiro lugar afirma que não, mas logo em seguida diz como não permitiu que os obstáculos influenciassem seu contato com a escola. Nesse caso, a família foi o espaço social que

¹¹⁴ GRAMSCI, A. Caderno 13. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3. p.41.

proporcionou o contato com outras realidades sociais, como, por exemplo, o espaço escolar junto com pessoas sem deficiência.

Eu me lembro de um caso de um rapaz de uns 15 ou 16 anos que a gente foi saber por que a família não adquiriu uma cadeira de rodas, se por motivo financeiro, o que impedia de colocar esta pessoa em uma cadeira de rodas e fazê-la conhecer o mundo. A resposta que a gente obteve foi que ele não precisava daquilo porque tinha toda a assistência dentro de casa, comida, roupa lavada, banho, enfim, não havia necessidade de externar esta pessoa para o mundo. (Gilmar)

Este caso relatado por ele em 1979-1980 mostra o contato que ele passou a obter com outros pares que possuíam outras realidades e como o espaço familiar transforma o senso comum em práxis concreta sobre a consciência do indivíduo, chegando a estagnar-se por causa da falta de contato com outras visões de mundo. Da mesma forma, mostra como as instituições representativas foram se constituindo em espaços que congregaram pessoas em diferentes níveis de apropriação do senso comum e como isto provocou diferenças na passagem dos militantes de homens massa para homens coletivos.

Sobre o seu processo de escolarização, a entrevistada Neuza descreveu como seu pai reagiu ao ser aconselhado pelos médicos a afastá-la da escola por um período a fim de preservar sua acuidade visual, sendo essa uma medida em vão.

Naquele tempo inclusive o médico falou para o papai que eu tinha que ficar um ano sem estudar para não forçar a vista. Fiquei um ano sem estudar, depois terminei a quarta série no externato Rio Branco, fiz admissão, entrei no colégio estadual no ginásio e depois fiz magistério. Naquele tempo o ginásio era o bastante e para a gente que é mulher naquela época era considerado que já sabia até demais, e depois casei e tive filhos, poderia tentar uma faculdade, mas não tentei. (Dona Neuza)

Além de ser pessoa com deficiência, ela também era mulher e estudou na década de 60, tempo em que as políticas públicas em relação a esses grupos eram bem frágeis. Nesta época, o médico era a autoridade mais importante com relação ao desenvolvimento das pessoas com deficiência, pois se as técnicas e os diagnósticos com relação a tais pessoas eram limitados, também a sua participação nos espaços sociais como a escola, por exemplo, era pequeno. As vivências dos diversos espaços sociais dependem muito do tempo de experiência dos indivíduos e como estas se integram com as visões de mundo que ele adotará ao longo de sua vida, bem como se ele ficará restrito ao senso comum ou se chegará a refutá-lo por meio da elaboração do bom senso.

No caso do entrevistado Ivando, o seu discurso sobre o processo pelo qual passou após adquirir a característica da deficiência revelou a rejeição de sua família a esse fato.

Foi uma mudança difícil para mim porque a minha família não estava preparada para receber uma pessoa com deficiência visual junto a eles. Isto trouxe uma revolta grande dentro de mim e minha família não soube lidar com isto, então foi muito difícil esse processo... Eu estudei até meus nove anos de idade porque eu venho de família muito humilde e tivemos que mudar para a roça para trabalhar e por isto eu não tive muita oportunidade de estar em uma sala de aula. (Ivando)

Apesar de a cultura em Gramsci não remeter necessariamente à aquisição de conhecimento, a trajetória escolar das pessoas com deficiência também sofre a correlação de forças vinculada a fatores econômicos, sociais e políticos. Nesse caso, a necessidade de sobrevivência de sua família influenciou em sua trajetória escolar que, conseqüentemente, o liga a uma determinada classe social dos trabalhadores do campo.

Durante as considerações da entrevistada Janilda a respeito de sua vida após as sequelas deixadas pela poliomielite e anterior ao contato desta com a APARU, o relato sobre o tratamento super protetor de sua família aponta para a ideia hegemônica de caridade e incapacidade que pessoa com deficiência expressa na tutela familiar.

Como eu disse sofri pólio aos sete anos e fiquei muito em casa porque estava no início da doença, fiz fisioterapia, algumas cirurgias, ia para a clínica, e eu fiquei durante muito tempo dentro de casa. Não fui para a escola, aprendi a ler e escrever sozinha e basicamente dentro de casa, e quando eu falo dentro de casa é dentro de casa mesmo e era muito raro o passeio. (Janilda)

Com esse depoimento, a entrevistada relata como era a sua vida antes de entrar em contato com os seus pares, além de estar presa à tutela familiar e não conseguir se desvincular desta por não possuir ainda a consciência política coletiva que se inicia com a fase elementar nos aparelhos privados de hegemonia, no caso a APARU.

Ao expor sua trajetória de vida anterior ao contato com seus pares, a entrevistada muda-se para São Paulo, onde se situam instituições que na época atuavam como escolas especiais em regime de internato e semi-internato. Isto ocorreu porque seus parentes residentes na cidade de Uberlândia/MG tomaram conhecimento sobre o Instituto de Cegos Padre Chico.

Como aqui em Uberlândia não tinha avanço em termos de educação especial eu fui para São Paulo porque eu tinha uma irmã que morava lá e ela conseguiu uma escola especializada para eu continuar os estudos. Lá eu terminei o ensino fundamental em 1978, eu fui para o Instituto Padre Chico e eu pude aprender orientação e mobilidade, na verdade me reabilitar de forma global. Foi bom para mim porque eu pude conviver com pessoas que tinham meu problema e isto ajuda muito na autoestima da gente, foi um crescimento para mim. Quando eu terminei o ensino fundamental eu fui estudar em uma escola do estado e fiz os dois primeiros anos do ensino médio e no terceiro ano eu quis voltar para Uberlândia ficar com minha

família e continuar os estudos, eu tinha o sonho de fazer faculdade na UFU. (Maria José)

Apesar de a ASSOCEGO existir em Uberlândia desde o ano de 1972, nota-se que seu foco institucional não estava na habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência visual. A sua condição de aluna de uma escola especializada lhe proporcionou o contato com seus pares, ainda que esta convivência tenha ocorrido em uma fase social na qual verifica-se o grau de realismo e viabilidade das ideologias voltadas às pessoas com deficiência dentro de um terreno de contradições, o qual possibilitou a ela, posteriormente, participar de uma auto organização política elementar¹¹⁵.

Para Gramsci o indivíduo atua de duas formas: o primeiro é o indivíduo massa que conhece, atua e difunde as ideias do senso comum, e não sobre a pressão de uma ideologia, mas ao contrário, ele espalha uma cultura construída de forma consensual. Os homens que fazem a práxis das massas não têm, em princípio, a consciência teórica de sua ação sobre o meio em que vivem, transformando-o ao mesmo tempo em que consolidam uma visão de mundo, pois as pessoas o conhecem a medida que o transformam. Sua consciência teórica muitas vezes contrasta com suas ações, o que gera uma consciência contraditória que se manifesta de forma implícita na ação e, de forma explícita na forma oral acolhida pelos indivíduos sem crítica. A função de tais indivíduos é ligar os militantes à visão de mundo de um determinado grupo, influenciar as condutas morais e dirigir as vontades individuais e sociais e, dependendo da forma como esta contradição se manifesta, provocar a passividade nas atitudes e nas escolhas dos intelectuais orgânicos, representantes das massas. Assim, o conhecimento de si mesmo advém do contato com a luta entre hegemonias políticas que se contrastam nos campos éticos e políticos e, finalmente, provoca a elaboração crítica do real, ou seja, a consciência de fazer parte de uma força hegemônica, unificando teoria e prática e expressando um devir histórico, cuja abrangência vai da independência até o surgimento de uma concepção de mundo unitária e coerente, filosoficamente caracterizada como processo hegemônico, ao superar o senso comum e tornar-se crítico, acarretando a autonomia dos indivíduos¹¹⁶.

Pelo fato de o indivíduo não poder através de sua consciência contraditória exercer

¹¹⁵ GRAMSCI, A. Caderno 13. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3. p. 40.

¹¹⁶ GRAMSCI, A. Caderno 13. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3. p. 100-103.

sua vontade e movimentar-se no mundo por ele mesmo, ele adquire a consciência crítica de sua condição através da luta de hegemonias contrastantes que atingem a ética, a política e por fim a elaboração superior sobre o real e o leva à noção de fazer parte de uma determinada força hegemônica e ser membro integrante da política, sendo esse o primeiro passo para a progressiva e subsequente autoconsciência que une teoria e prática e se constitui em um devir histórico originado no sentimento de distinção e separação e independência instintiva e progride até a aquisição de uma visão de mundo real, crítica e unitária superando o senso comum. Nesse sentido o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa para além do desenvolvimento político prático o avanço filosófico provocando a unidade intelectual e a ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica ainda que dentro de limites pelo fato de a teoria não estar totalmente atrelada à prática, cuja consequência é uma fase mecanicista na qual a primeira é suplementar e até serve da segunda¹¹⁷.

A segunda forma de atuação dos indivíduos ocorre quando esses, ao entrarem em contato com várias visões de mundo, passam a ser intelectuais orgânicos de uma classe agindo como homens coletivos. É importante ressaltar que a autonomia crítica somente ocorre de forma histórica e política quando um grupo social consegue criar uma elite de intelectuais orgânicos originados dele e que, ao longo do processo, crescem quantitativa e qualitativamente. Uma massa humana não se distingue nem se torna independente dos outros grupos sociais para reorganizar-se ou refazer-se, pois não existe organismo sem organizadores e dirigentes. E a função de tal organismo é a de distinguir um estrato de pessoas especializadas na elaboração conceitual e filosófica, as quais se formam da dialética existente entre elas e a massa através de um processo lento de melhorias e retrocessos, debandadas e reagrupamentos. A complexidade e a amplitude desta elite de intelectuais são cruciais na luta dialética pela hegemonia¹¹⁸.

Para que uma cultura nova supere o senso comum e as velhas concepções de mundo é necessário que seus argumentos sejam repetidos de forma intensa e em todos os formatos possíveis, e que as camadas inferiores cresçam intelectualmente, formando grandes blocos de intelectuais orgânicos que garantam o diálogo com as massas e, por fim, criem uma hierarquia de intelectuais capazes de unir ideologicamente o grupo do qual emergiram¹¹⁹.

Os intelectuais orgânicos e os indivíduos de massa se organizam em partidos responsáveis pela organização e difusão dos conceitos que irão exercer força sobre a cultura

¹¹⁷ GRAMSCI, A. Caderno 13. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3. p. 107-108.

¹¹⁸ GRAMSCI, A. Caderno 13. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3. p. 108-109.

¹¹⁹ GRAMSCI, A. Caderno 13. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3. p. 93-110.

dominante e difundida ideologicamente como senso comum, ou seja, uma cultura somente é hegemônica quando a classe proletária consegue chegar à sociedade política e difundir sua ideologia ou visão de mundo¹²⁰.

3.3 A práxis na Associação dos Paraplégicos de Uberlândia

Silva, em sua dissertação, traz uma análise da situação institucional das associações de pessoas com deficiência.

Contudo, na prática, as pessoas que fundaram as “associações de deficientes” trazem consigo o ranço do assistencialismo e da filantropia; dão uma conotação caritativa à entidade tentando amenizar os sofrimentos dos “deficientes” que, em sua grande maioria, são causados pela pobreza e não pela deficiência propriamente dita. O fato de ser uma entidade de pessoas portadoras de deficiência, não a faz comprometida com a justiça social. Como ocorre em muitas cidades, as entidades de “deficientes” incorporam o assistencialismo e o clientelismo e, na maioria das vezes, por falta de políticas públicas específicas, funcionam como agências prestadoras de serviço do Estado e muito pouco, ou quase nada realizam no campo da ação política e promoção humana. Nesse caso, as entidades de e para “deficientes” não conseguem ter diferenças em suas ações, fazem praticamente a mesma coisa: assistência social simplesmente, e vivem de subvenção social. Com raras exceções, algumas mantêm projetos de geração de renda, se transformando em entidades empresas, seguindo uma tendência de inserção na lógica do mundo globalizado, mas enfrentam muitos problemas principalmente os de ordem administrativa. A relação profissional nesses ambientes não se estabelece dentro do estrito campo da profissão. Há sempre um forte apelo filantrópico e emocional nas relações, o que neutraliza o caráter político das entidades, e transfere uma gama muito maior de responsabilidades do Estado para dentro das associações¹²¹.

Mediante esta explanação, é preciso deixar aqui alguns questionamentos: até que ponto a Filantropia deixa de ser um instrumento apenas de coerção e passa a ser consenso? Será que as barreiras atitudinais são agravadas apenas pela pobreza e não pela condição das pessoas com deficiência? A inserção social por meio do mercado de trabalho reforça ou diminui as desigualdades? A passagem de instituição filantrópica para empresarial provoca quais mudanças na consciência política dos agentes? Quando o Estado restrito delegar aos aparelhos representativos funções que deveriam fazer parte do aparato da sociedade política ele restringe as ações contra- hegemônicas?

Resende, em sua dissertação, divide a atuação da instituição representativa APARU, desde sua criação em 1979, em três fases: a primeira é marcada pela filantropia e caridade;

¹²⁰ GRAMSCI, A. Caderno 13. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3. p. 93-110.

¹²¹ SILVA, Idari Alves da. **CONSTRUINDO a cidadania**: uma análise introdutória sobre o direito à diferença. 2002. 218 f. Dissertação (Mestrado em História social e Movimentos Sociais). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. p.86.

depois, a reabilitação por meio do esporte e, em terceiro, a acessibilidade por meio do mercado de trabalho. É preciso levar em conta que estas fases não necessariamente precisam ocorrer de forma evolutiva, porém, há a predominância de uma combinando-se com a outra. Outra observação importante a ser considerada é o ajuste da instituição ao discurso dominante, norteador as ações institucionais de acordo com as políticas internacionais ligadas a ONU, ajustadas a realidade nacional de abertura política, o que possibilitou o desenvolvimento, pelas pessoas com deficiência, de sua consciência econômica corporativa de forma mais efetiva¹²².

3.4 O ranço da caridade e do assistencialismo

Gilmar, em seu relato sobre a fundação da Associação de Paraplégicos de Uberlândia, mostra que esta foi criada pela condição dos associados como pessoas com paraplegia e a ação de grupos internacionalistas como Rotary Clube e Lions. Portanto, a filantropia mistura-se ao desejo das pessoas com deficiência física de alcançarem o status de “cidadão”, ou seja, participar da elaboração das leis e de seu cumprimento.

O meu contato inicial com as questões sobre os direitos das pessoas com deficiência foi no início da década de 80 com o início dos trabalhos de criação da Associação dos Paraplégicos de Uberlândia - APARU. Sou sócio fundador da APARU e nós tivemos várias reuniões na época para ver de que forma iríamos atuar, quais seriam as atribuições da instituição, e nós conseguimos formar essa associação. (Gilmar)

Em um primeiro momento, a APARU foi criada para integrar e promover a convivência entre apenas os paraplégicos já que os mesmos constituem uma parcela das pessoas com deficiência física. O convívio entre os pares, a luta por direitos e o conhecimento que os associados adquiriram ao longo dos anos fez esta representatividade se ampliar.

Por meio da explanação desse associado, pode-se notar que, apesar da instituição ter sido criada com finalidade caritativa e ligada a grupos filantrópicos, como o Rotary Clube, houve a necessidade dos associados de entender a realidade das pessoas com deficiência em Uberlândia, com o intuito de integrá-los à sociedade. Com isto, percebe-se que a luta por direitos fundamentais e pela autonomia começou a partir da necessidade dos indivíduos de participar da vida social e da consciência que estes possuíam de visão de grupo por meio do contato com seus pares.

¹²² RESENDE, Ana Paula Crosara de. **Todos na cidade**: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2004. p. 94.

Em entrevista concedida a Resende, a assistente social da APARU, Denise Maria Resende Faria, descreve a influência do ano internacional das pessoas com deficiência AIPD, instituído pela ONU, nas lutas locais por parte de um grupo que passou a representar as pessoas com deficiência física:

O que aconteceu aqui em Uberlândia foi que várias pessoas, várias paraplégicos, mobilizaram-se, aproveitando as comemorações do Ano Internacional, tentando resgatar os direitos, a cidadania, a possibilidade de lazer e de convivência, passando experiência e informação sobre a deficiência, que muitos tinham aprendido nos centros de reabilitação, incentivando a socialização aqui¹²³.

É preciso salientar que ocorreram mudanças na visão internacional sobre a pessoa com deficiência. Porém, e ao mesmo tempo, as ações filantrópicas estavam arraigadas nas instituições representativas e nos centros de reabilitação que, embora difundissem o modelo médico de tratar as pessoas com deficiência, possibilitavam o contato destas com seus pares, levando a modificações na consciência política de tais pessoas.

Sobre as ações da APARU nas coalizões das três esferas para a participação na construção dos textos constitucionais, a assistente social da instituição relata a Resende que:

Nós começamos a trabalhar na Constituinte formando grupos, para poder elaborar a proposta, e discutindo-a para ser encaminhada. Aqui em Uberlândia, nós formamos um grupo que nós chamamos 'Movimento de Defesa de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência', e nos juntamos ao grupo de Belo Horizonte. O grupo foi encaminhando as propostas do movimento mineiro para Brasília. E, assim, cada Estado elaborou sua proposta. E elas foram construídas democraticamente pelo movimento e várias foram aprovadas. Depois veio a Constituinte Estadual, nós fizemos a mesma coisa, os mesmos grupos trabalhando não sei quanto tempo, viajávamos de quinze em quinze dias para Belo Horizonte para trabalhar a elaboração da proposta. Depois, foi a Lei Orgânica do Município e nos reunimos com as associações daqui. ... Foram elaboradas vinte e três propostas das quais vinte e duas foram aprovadas. Só que muitas dessas leis precisavam ser regulamentadas. As leis estavam prontas. O difícil era a regulamentação das leis. Que hoje ainda existem leis, mas que não são cumpridas.

Resende afirma que a APARU participou efetivamente da discussão e da apresentação de propostas e emendas para a elaboração da LOU/90, na condição de responsável pela veracidade das assinaturas populares, tendo sido escolhida pelas entidades que compunham o Movimento de Defesa de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência em Uberlândia para representá-los. Em vários documentos, a presença da ADEVITRIM e de outras instituições é constante, o que leva à seguinte questão: por que uma associação representaria um grupo diverso de pessoas com deficiência se a coalizão de pessoas com deficiência existia justamente para garantir a representatividade de todo o seguimento? Até onde esse discurso

¹²³ RESENDE, Ana Paula Crosara de. **Todos na cidade**: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2004. p.97.

não reflete a coerção de um tipo de deficiência sobre os demais? Idari nos fornece uma possibilidade de análise: a APARU foi a responsável por organizar politicamente a coalizão de pessoas com deficiência para estudar e lutar pela participação na construção do texto da lei orgânica.

A representação de todo grupo de pessoas com deficiência e suas várias características mostra que um aparelho representativo e a formação de intelectuais se faz necessária para que as pessoas com deficiência possam chegar à participação das decisões da sociedade política. Porém, tal representatividade configura tensões dentro do próprio seguimento, visto que um tipo de deficiência, no caso a física, se sobressai aos outros e cria uma hegemonia, a qual, por sua vez, possibilita a existência de condições necessárias para que haja solidez e homogeneidade de discurso com o objetivo de fortalecer a representatividade. Assim, coerção e consenso são fundamentais na formação de novos intelectuais capazes de atuar na estrutura estatal.

Com isto, várias conquistas gerais foram aprovadas, porém algumas propostas referentes às pessoas com deficiência sensorial foram recusadas, tais como: a obrigatoriedade da instalação de semáforos sonorizados e a garantia do intérprete de LIBRAS nos espaços públicos. Ao mesmo tempo, como relata Silva, a organização dos vereadores na câmara municipal impediu que várias propostas populares tivessem quórum para aprovação já que tais propostas foram votadas durante a madrugada e várias emendas recusadas, a não ser que houvesse um número grande de assinaturas¹²⁴.

Cabe aqui refletir sobre o termo Democracia, tal qual Gramsci o trabalha. Segundo Said:

Portanto, ao pensar a guerra de posição como estratégia, Gramsci trabalha com o conceito de democracia em dois momentos: primeiro, as conquistas democráticas enquanto estratégia para a revolução, uma nova forma de *civiltà* e, segundo uma nova ordem civilizatória, isto é, como um novo bloco histórico, uma síntese entre base e superestrutura, que supere a democracia burguesa¹²⁵.

Desta forma, na Democracia Gramsciana, é através da luta das classes que um grupo social domina a sociedade política e posteriormente gera uma nova forma de civilização, ou seja, após uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior do Estado nas sociedades capitalistas. Em seguida, há o desaparecimento gradativo dos mecanismos de

¹²⁴ SILVA, Idari Alves da. **Construindo a cidadania**: uma análise introdutória sobre o direito à diferença. 2002. 218 f. Dissertação (Mestrado em História social e Movimentos Sociais). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. p.100.

¹²⁵ SAID, Ana Maria. **Uma estratégia para o ocidente**: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB. Uberlândia: EDUFU, 2009. p.74.

coerção por meio do qual a sociedade política é absorvida pela sociedade civil. Para tanto, os intelectuais orgânicos possuem um papel fundamental no encaminhamento da sociedade rumo a uma nova *civiltà* na qual coerção e dominação cedem espaço à Hegemonia e ao consenso¹²⁶.

Já na democracia burguesa, um grupo pode chegar a reivindicar a participação no aparato da sociedade política por meio de uma sociedade civil hegemônica, porém não rompe com a estrutura do Estado existente. Diante dessas reflexões, considero que a opção pela Hegemonia em detrimento da Inclusão se fez necessária, pois enquanto a primeira pressupõe a guerra de posição entre as classes, a segunda remete a participação nas instituições estatais.

3.5 As mudanças estatutárias

As mudanças estatutárias mostram bem como alguns representantes das pessoas com deficiência física entendiam a questão do lugar das mesmas na sociedade, e, os motivos que levaram a criação da APARU. Assim como a ASSOCEGO, aquela associação foi fundada com apoio dos clubes internacionalistas Rotary Club e, Lions Club e Maçonaria.

Artigo 1º - A "APARU - Associação dos Paraplégicos de Uberlândia", fundada no dia 20 de maio de 1979, em Uberlândia; Estado de Minas Gerais, constituiu-se como Sociedade Civil, sem fins lucrativos, de duração por prazo indeterminado e número ilimitado de sócios, regida por esses estatutos nas disposições neles contidas e com as finalidades seguintes: a) promover e incentivar a união e o convívio entre os paraplégicos; b) contribuir para a recuperação física e psicológica dos paraplégicos, visando facilitar seu ingresso na sociedade; c) trabalhar para a recuperação profissional dos paraplégicos; d) promover e incentivar atividades recreativas, culturais e esportivas entre os paraplégicos¹²⁷.

Pode-se notar que, apesar de Resende distinguir três fases institucionais, o princípio que norteia as ações voltadas à filantropia, ao esporte e ao mercado de trabalho constam da filosofia inicial de criação desta associação.

É preciso considerar que esta associação restringia quais pessoas com deficiência física ela iria representar: “os Paraplégicos”. Com a finalidade de se filiar ao Conselho Nacional De Serviço Social - CNSS e a Organização Nacional De Entidades De Deficientes Físicos – ONEDF, em 1995 foi feita uma alteração estatutária modificando o termo “paraplégico” em todo estatuto para pessoas portadoras de deficiência física, o que ampliou a representatividade da associação. Assim, o termo paraplégico permaneceu apenas no nome da associação, provavelmente por causa de questões legais de documentação, andamento de

¹²⁶ SAID, Ana Maria. **Uma estratégia para o ocidente**: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB. Uberlândia: EDUFU, 2009. p.80.

¹²⁷ ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Estatuto Social da APARU**. 1980.

projetos e até mesmo para legitimar sua representatividade na sociedade civil¹²⁸.

Como esta entidade se filiou a órgãos nacionais e para tanto ampliou sua representatividade, somos levados a um ponto interessante: o acréscimo do inciso E ao artigo I que estabelece: “Defender judicialmente seus associados no que se refere aos direitos das pessoas portadoras de deficiência física”. Além da convivência com os pares, da reabilitação física, da colocação profissional e da promoção de atividades culturais e desportivas, a associação também passa a defender a legalidade dos direitos das pessoas com deficiência conquistada na constituinte. Isto mostra que, até meados dos anos 90, as pessoas com deficiência física modificam sua consciência política ao entender que a associação deveria representar, junto aos órgãos governamentais, esta parcela da população Uberlandense. O citado artigo passa a ter a seguinte redação:

Art.01 - A APARU - Associação dos paraplégicos de Uberlândia fundada no dia 20 de maio de 1979, em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, constitui-se como sociedade civil, sem fins lucrativos que não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma de duração por prazo indeterminado e número ilimitado de sócios, regida por Estatutos nas disposições neles contidas e com as finalidades seguintes: a) Promover e incentivar a união e o convívio entre as pessoas portadoras de deficiência física; b) Contribuir para a recuperação física e psicológica das pessoas portadoras de deficiência física, visando facilitar seu reingresso na sociedade; c) Trabalhar para a habilitação e reabilitação profissional das pessoas portadoras de deficiência física; d) Promover e incentivar atividades recreativas, culturais e esportivas entre as pessoas portadoras de deficiências física; e) Defender judicialmente seus associados no que se refere aos direitos das pessoas portadoras de deficiência física. Obs. No artigo 1 do capítulo 1 e em todos os demais capítulos e artigos desses Estatutos onde se lê: paraplégicos leia-se: pessoa portadora de deficiência física¹²⁹.

Esse item configura de forma clara a característica da instituição de pessoas com deficiência física com foco na liberdade de ação desse segmento. Isto não quer dizer que seus membros não desempenhavam tal papel, mas sim que ocorreu a legalização de uma cultura legitimada pela práxis cultural desse grupo, ou seja, podemos pensar que as práticas de luta tornaram-se ideologia. Além disso, a instituição alinha-se com o discurso de militância nacional de representação das reivindicações das pessoas com deficiência que queriam tomar suas próprias decisões e não serem tuteladas, diferenciando-se das entidades para pessoas com deficiência.

A outra modificação foi feita no capítulo 3, artigo 3º transcrito abaixo, já com sua nova redação:

ART. 3º - Poderão fazer do quadro social, além das pessoas portadoras de

¹²⁸ ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. *Ata da décima sétima assembleia ordinária* de 11/12/1994. 1994.

¹²⁹ ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. *Estatuto Social da APARU*. 1994.

deficiência física e seus familiares, quaisquer outras pessoas, ou entidades públicas, ou privadas que estejam dispostas a colaborar para que a sociedade alcance seus objetivos, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, filiação política ou credo religioso.¹³⁰

Ao colocar em seu quadro social “outras pessoas”, a APARU amplia não só sua bandeira de luta para pessoas sem deficiência e com deficiência múltipla, como também permite que pessoas físicas e jurídicas trabalhassem e contribuíssem com a instituição em todos os sentidos, enriquecendo o leque de relações e possibilidades de realização de projetos para a inclusão de seus associados com deficiência na sociedade. Entretanto, tal alteração gerou uma dependência financeira das empresas que dominam o mercado em Uberlândia, combinada com uma visão de mundo que ainda hoje mescla luta por autonomia e defesa do clientelismo, contribuindo também com a má formação de intelectuais orgânicos com consciência política capaz de exercer contra-hegemonias consistentes. Apesar do fator econômico não se colocar ao centro das discussões, constitui-se em um fator importante na formação política dos indivíduos pois conjugado com a adoção de uma determinada visão de mundo, liga as pessoas a uma determinada classe social que consequentemente irão reproduzir e difundir a cultura dominante.

O artigo 4º do estatuto de 1980, transcrito abaixo, foi suprimido:

Artigo 4º — Todos os membros do quadro social ficam sujeitos ao pagamento de uma contribuição mensal. § 1º — O valor desta contribuição mensal será estipulado pela Diretoria, que poderá criar quantas categorias de contribuintes julgar necessárias; § 2º — Somente ficará isento do pagamento da contribuição mensal, o paraplégico que não tiver condições financeira de pagá-la, ficando o critério de seleção exclusivamente a cargo da Diretoria.¹³¹

Após a modificação, citado artigo passou a ter a seguinte redação: “ART. 4º - Todos os membros da sociedade poderão contribuir espontaneamente com os cofres de entidade de acordo com suas possibilidades”.

Esta mudança visava desvincular a participação das pessoas com deficiência na instituição das questões puramente financeiras e com isto modificar a consciência dos associados para que pudessem atuar efetivamente na associação. Isto porque, a participação na entidade estava atrelada a situação financeira dos indivíduos, bem como a diretoria tinha plenos poderes para decidir quem era considerado carente e isento de pagamento. Como ela podia estabelecer várias categorias de associados contribuintes, criava-se uma hierarquia financeira pois, logicamente, quem possuía mais tinha mais voz nas decisões da instituição. Assim, as pessoas físicas e jurídicas, teoricamente participariam da associação pela

¹³⁰ ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Estatuto Social da APARU**. 1994.

¹³¹ ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Estatuto Social da APARU**. 1980.

consciência de “ser parte de um grupo social” e não pelo retorno financeiro de prestígio ou até mesmo de clientelismo.

No entanto, é preciso pensar sobre o que fez com que as empresas aceitassem participar da associação como sócio, não somente para lutar pela autonomia das pessoas com deficiência física mas, como no caso dos convênios, para obter mão de obra a baixo custo, conseguir consumidores, receber bônus por possuir responsabilidade social etc. Por sua vez, a associação explorava tais interesses a fim de garantir o sustento dos serviços prestados à comunidade e difundir sua visão de mundo.

Aqui se pode fazer um contraponto com a então ASSOCEGO que era comandada por quem pagava mais, e que, porém, e por motivos internos, falia e fechava suas portas enquanto estas mudanças eram realizadas no estatuto da APARU. Todavia é preciso lembrar que além da questão financeira, os grupos internacionalistas Rotary Club, Lions Club e Maçonaria controlaram as associações de pessoas com deficiência não somente pelo poder financeiro mas sim, por serem legados aos grupos dominantes politicamente nesta cidade.

Ao capítulo 16 são acrescentados os incisos C e D constantes abaixo:

- c) A Diretoria da sociedade será composta por no mínimo $2/3$ (dois terços) de pessoas portadoras de deficiência física, sendo que seu Presidente, Vice Presidente e tesoureiro deverão ser obrigatoriamente pessoas portadoras de deficiência física.
- d) A Diretoria da sociedade será composta somente de associados da Associação de Paraplégicos de Uberlândia, com afiliação mínima de dois anos.¹³²

Até então não havia restrição de condição para participar da diretoria. Enquanto esta medida afastou os grupos Fordistas que dirigiram a associação, ela também provocou a responsabilidade desse aparelho representativo por formar novos intelectuais orgânicos. Ao estender-se o tempo de filiado para a participação na diretoria, tentou-se aumentar o conhecimento institucional e a participação dos associados para que pudessem chegar aos cargos de direção conhecendo suas responsabilidades de representação.

No dia 06 de março de 1999 ocorreu outra mudança no estatuto e a aprovação do regimento interno. Segundo verificamos na ata, foi realizada uma reunião em Janeiro daquele ano na qual foram escolhidos trinta e quatro delegados que se dividiram em grupos menores e, durante o mês de fevereiro, foram realizadas várias reuniões nesses grupos para recolher sugestões dos associados, cujo conteúdo foi compilado e levado à aprovação da assembleia geral. Assim, foram aprovadas as seguintes mudanças no regimento interno: aumento do tempo de participação, pelo sócio, para dois anos para ter direito a voto; regras de conduta dos associados e de contribuição; as empresas e os associados filiados à instituição poderiam

¹³² ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Estatuto Social da APARU**. 1994.

apresentar projetos para ela desde que assumissem a responsabilidade pelo mesmo e sua respectiva manutenção, bem assim regulamentassem o tempo para seu desenvolvimento e viabilizassem espaço físico para sua execução; ficou definido, ainda, que para ter direito a voz o associado deveria participar das atividades da instituição com limite de faltas definidas, estar quite com os cofres e ser associado por, no mínimo, dois anos¹³³.

Idari, ao falar sobre as transformações das lutas das pessoas com deficiência, reflete sobre o papel das associações ao longo dos anos 90.

A transformação que ocorreu foi pelo fato de ao conquistar o direito a cidadania o governo se vê obrigado a oferecê-la e o governo não tem ferramentas para fazer cumprir esta conquista, então as entidades de e pessoas com deficiência se acharam na capacidade de oferecer esses serviços, pois o governo não tinha estrutura mais tinha dinheiro para pagar. As entidades acabaram sendo de prestação de serviços de Estado e não mais entidades de reivindicação, luta e cidadania. A partir que você tem uma relação de compromisso e negócio com o ente administrativo local, estadual ou federal, você tem uma corresponsabilidade pelo que está acontecendo também, no sentido de oferta ou não do serviço. Isso enfraqueceu muito a luta porque as entidades recebem do governo para fazer uma quantidade de atendimentos e atende cinco vezes mais por causa da grande demanda, enquanto a luta deveria ser para que os serviços fossem oferecidos a todos indiscriminadamente independente de quem ofereça os serviços.¹³⁴

O papel institucional que as associações assumem ao longo dos anos 90 é a prestação de serviço às pessoas com deficiência, sendo que, muitas vezes tais pessoas acabaram empregadas na própria instituição por meio de projetos financiados e convênios com grandes empresas da cidade. O financiamento de projetos e a manutenção da associação sempre foram pontos de tensão entre a diretoria e os associados devido aos níveis diferentes de consciência política que esse aparelho representativo não conseguiu administrar de forma consensual, tendo sido necessária a modificação do estatuto para tentar alterar e conciliar as diversas visões de mundo.

A hegemonia não é apenas a luta entre visões de mundo, mas das agências que dão suporte material a estas ideologias homogeneizando as massas, cujos conflitos podem ultrapassar os aparelhos privados de hegemonia, contrapondo uns aos outros. É preciso levar em conta que nem tudo que vem da sociedade civil ou do Estado restrito é essencialmente ruim ou bom¹³⁵.

A divisão institucional voltada às pessoas com deficiência em “De” e “Para” muda de

¹³³ ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Ata da vigésima nona assembleia geral ordinária** de 06/03/1999. 1999.

¹³⁴ SILVA, Idari Alves da. **Construindo a cidadania**: uma análise introdutória sobre o direito à diferença. 2002. 218 f. Dissertação (Mestrado em História social e Movimentos Sociais). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

¹³⁵ PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). **Sociedade civil**: ensaios históricos. Jundiá, Paco Editorial: 2013.

cenário nos anos 90, devido à redefinição e modificação da estrutura do estado restrito. Na medida em que cada assunto passa a ser setorizado faz-se necessário um aparato governamental mais complexo. O fato de as associações passarem a prestar serviços não significa que estas deixaram de ser representativas. Ocorre que, como as prestadoras de serviço quase sempre se ligam às classes dominantes, elas reproduzem suas visões de mundo na práxis com os indivíduos que atendem. É falsa a ideia de que as instituições “Para” não participam da representatividade das pessoas com deficiência, pois, reiteradas vezes, participaram e participam dos espaços que se relacionam com o aparato burocrático da sociedade política, tais como as discussões da promulgação da Constituição da República, assunção de lugar de representação nos conselhos municipais, e difusão, nesses espaços, da ideologia dominante de clientelismo que se opõe ao discurso da Inclusão que visa o acesso às instâncias do Estado restrito.

Um dos motivos da estagnação das associações é a falta de formação de intelectuais orgânicos, que é o diferencial entre elas e as instituições prestadoras de serviço. Isto porque, apesar destas exercerem força hegemônica ao atuar junto ao Estado restrito a fim de manter sua clientela, as mudanças ocorrerão quando aquelas se despertarem para o fato de que é preciso exercer a contra-hegemonia necessária para modificar a visão de mundo e as condições materiais para que as pessoas com deficiência possam chegar a postos de domínio da sociedade civil e ao aparato diretivo da sociedade política.

Em primeiro de agosto de 1999 é eleita nova diretoria, sendo que não foi alcançado o quórum necessário. Assim, foi registrada somente uma chapa e o presidente foi eleito pela terceira vez, refletindo o fato de que, com frequência, as chapas são reeleitas parcialmente, havendo troca de alguns membros e até trocas apenas de cargos entre eles, refletindo a pouca ou nenhuma renovação dos intelectuais orgânicos após vinte anos de existência da APARU¹³⁶.

3.6 Os programas de esporte

Desde a criação das associações de pessoas com deficiência em Uberlândia, o Esporte foi amplamente utilizado por esses aparelhos representativos como meio de reabilitação social, integração das pessoas com deficiência e seus pares e até mesmo meio de sobrevivência financeira de vários deles. O foco das associações de pessoas com deficiência na promoção de práticas esportivas solidificou-se com a parceria entre aparelhos

¹³⁶ ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. *Ata da trigésima assembleia geral ordinária* de 01/08/1999. 1999.

representativos e a faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia. Nela foi viabilizado o acesso das pessoas com vários tipos de deficiência ao condicionamento físico e as práticas esportivas, tendo como requisito básico a filiação nas associações incluindo ADEVITRIM e APARU. Como a lei orgânica municipal de Uberlândia determinava que o transporte coletivo deveria ser gratuito à pessoa com deficiência, desde que essa frequentasse regularmente clínicas especializadas, instituições representativas e escolas, muitas pessoas foram atraídas para a participação nos aparelhos representativos.

Com isso, o número de associados passou de seiscentos para cinco mil, o que provocou a necessidade da associação oferecer atividades e profissionalizar o atendimento, a fim de cumprir o crescimento das demandas. Na medida em que as pessoas foram saindo de suas casas houve, durante os anos 90, uma luta significativa pelo acesso ao transporte. Sobre isso Resende diz:

A questão da frota do transporte adaptado, circulando na quantidade determinada pela LOU/90, permanece sem solução, apesar de já terem sido propostas duas ações civis públicas, uma pelo ministério Público, em 1992, e outra pela própria APARU, em 1998. O artigo 6o, do Ato das Disposições Transitórias da LOU/90, prevê que, no mínimo, 15% da frota deveria ser adaptada para garantir o livre acesso e circulação das pessoas com dificuldade de locomoção, inclusive em cadeira de rodas. Isto deveria ser feito em três etapas anuais de 5%, em 1991, 1992 e 1993 e sempre que a frota fosse renovada. No final de 1991 e início de 1992, foram postos em circulação dois veículos adaptados, o que significava um avanço, do ponto de vista da existência desse tipo de transporte em uma cidade de porte médio, mas, do ponto de vista numérico, eles eram insuficientes.¹³⁷

Segundo a assistente social em entrevista a Resende, aconteceram várias tentativas da associação de conscientizar as empresas sobre a necessidade de se disponibilizar ônibus adaptados às pessoas com deficiência.

A assistente social relata que, nesse período, na cidade, começou um trabalho de educação, pelo qual a APARU tentava passar para as pessoas, pelo menos, suas necessidades, mostrando que aquele local ou aquela atitude não estavam adequados, que estavam impedindo o direito de ir e vir da pessoa. Assim, com a aprovação da LOU/90, apesar da ausência de muitas regulamentações, e começou o trabalho de disseminar o direito de ir e vir e a necessidade de ser independente.¹³⁸

Clayton conta, em sua entrevista, que construiu uma carreira no esporte e, mais precisamente no Basquete adaptado, e segundo ele foi esta atividade que chamou sua atenção para o movimento, pois era adolescente e tinha apenas 15 anos. Anteriormente ao seu engajamento na APARU e na educação física, ele ouviu falar de coisas semelhantes na televisão, através da mobilização pelo ano internacional das pessoas com deficiência em

¹³⁷ RESENDE, Ana Paula Crosara de. **Todos na cidade**: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2004.

¹³⁸ RESENDE, Ana Paula Crosara de. **Todos na cidade**: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2004.

1981.

Janilda conta como foi seu contato com outras realidades e a forma com que o esporte ajudou as pessoas com deficiência de várias localidades a se conhecerem, além de reportar, ainda, acerca das pequenas conquistas que ocorreram na cidade de Uberlândia e o impasse da oferta de transporte coletivo adaptado. Ela também fez carreira no esporte.

Em alguns lugares estava pior que Uberlândia, nos meus primeiros anos de esporte. O lugar que a gente mais ia era Rio de Janeiro e Brasília e eram lugares tão difíceis da gente ir. Uberlândia não tinha quase nada, mas o que a gente tinha, a educação física onde a gente treinava tinha uma certa acessibilidade, pelo menos de banheiros e rampas. A gente contava com um transporte cedido pela prefeitura, tipo o porta a porta, porém atendia mais. Algum tempo depois vieram os dois primeiros ônibus adaptados. Então estava um pouco melhor porque os lugares que a gente ia não tinham nada de acessibilidade. Nós ficávamos em escolas e alojamentos que não tinha nada, dava o maior trabalho para a gente ir ao banheiro, o quartel da marinha lá no Rio de Janeiro tinha 23 degraus e eles punham os guardas da marinha para carregar a gente, era o maior perigo aquilo. (Janilda)

Sobre o relacionamento entre a UFU- campus Educação Física, a FUTEL e o setor de esportes da APARU, ela afirma que tem um bom relacionamento, mas que tem que marcar presença porque senão tomam o que é de direito das pessoas com deficiência, servindo a outros interesses. Afirma que ir à luta por meio da APARU é, muitas vezes, mais marcada e fiscalizada que as outras entidades, e, não raro, esta instituição não é beneficiada financeiramente pela subvenção por sua atuação de luta. Com isto, o papel da Universidade Federal de Uberlândia era reabilitar as pessoas com deficiência para se reintegrarem à sociedade, e esse convívio possibilitou a formação de muitos intelectuais orgânicos com a modificação da sua consciência política.

Em reunião com a diretoria, o diretor da divisão de esportes da APARU afirma ter como meta em sua gestão o fomento ao esporte. Relata que muitos atletas que jogavam basquete confundiram o esporte com a propriedade sobre as cadeiras de roda e, após deixarem de praticá-lo, queriam levar as cadeiras consigo. Ele fala de como o campeonato nacional é importante para a instituição e para a cidade de Uberlândia e sugere a arrecadação da verba necessária por meio de galinhada¹³⁹ ou outros eventos, ressaltando que o esporte é importante para a autoestima, higiene e desenvolvimento físico dos associados. É levantada a questão de que a maioria dos atletas não estaria pagando as mensalidades nem participando das reuniões e que os atletas novos estariam sendo contaminados pelos antigos e por isto não cumpriam as regras da instituição, sendo que o divisor de esportes afirma que o atleta que não estivesse dentro das regras institucionais passaria a ser punido. Logo após, o chefe de imprensa informa

¹³⁹ Tipo de comida tradicional no Triângulo Mineiro, à base de frango e arroz.

que irá divulgar os campeonatos e que está trabalhando com algumas matérias da campanha “Uberlândia sem Barreiras”. Na reunião seguinte, o presidente da divisão de esportes pede demissão por não haver, segundo ele, tempo nem apoio da APARU na realização de suas atividades¹⁴⁰.

Ocorre aqui uma mistura de consciências políticas, pois enquanto alguns se tornaram intelectuais orgânicos, outros faziam parte da instituição somente para praticar esportes e não se importavam com a função representativa que era a proposta da associação. A forma de chamar novos agentes à militância começa a enfraquecer em meados dos anos 90, apesar de várias ações voltadas à conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência serem implementadas na cidade.

3.7 Acesso ao mercado de trabalho dentro e fora da associação: Fábrica de Cadeira de Rodas, Disque Mel e Parcerias com Empresas

Na década de 90, a redefinição do papel institucional das associações fica evidente porque estas passam a oferecer serviços e trabalhos para vários associados, bem como benefícios oriundos de convênios etc., misturando reabilitação com luta por atuação política em várias esferas. Em entrevista a Resende, Denise Resende descreve as ações que a APARU passaram a desenvolver para atender a demanda grande de associados.

Dez anos após a promulgação da lei orgânica municipal, a APARU continuou a atuar como representante das pessoas com deficiência física. Porém, passa a exercer a função de prestadora de serviços e sustentação de projetos que pudessem oferecer autonomia à pessoa com deficiência dentro e fora do espaço institucional. O desenvolvimento desta associação como Aparelho privado de Hegemonia traz em seu âmbito a necessidade de manter e expandir sua atuação como aparelho representativo. Entretanto, ela assume responsabilidades que competiam a outras esferas da sociedade civil, bem como à sociedade política, como a oferta de serviços de reabilitação, saúde, capacitação para o mercado de trabalho etc. O mercado de trabalho sempre foi algo que as pessoas com deficiência colocaram em suas pautas de discussão com órgãos da sociedade política. A APARU, assim como a maioria das coalizões de pessoas com deficiência, trabalha até hoje com a reabilitação de seus associados, porém passou a absorver mão de obra na tentativa de oferecer postos de trabalho a alguns sócios.

¹⁴⁰ ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. *Ata da terceira reunião ordinária da diretoria* de 20/10/1999. 1999.

A partir da década de 1990, de acordo com a assistente social, houve: um grande crescimento nas atividades da instituição, pois passou de aproximadamente 600 pessoas cadastradas para 5.000, sendo que, dentre estas, atualmente, 1.800 frequentam mensalmente a APARU; uma profissionalização dos atendimentos, conseguindo-se a subvenção do Município para contratação de assistente social, psicóloga e, posteriormente, funcionários administrativos; serviços jurídicos e fisioterapêuticos, a partir do ano de 1998, oferecidos aos associados. E, no ano de 2003, existiam também atendimentos odontológicos, de acupuntura, de nutrição e uma biblioteca; O início dos trabalhos de grupos de conscientização, por meio da informação, pois as pessoas para conseguirem o passe livre tinham que comprovar a participação, mensalmente, em no mínimo uma reunião da APARU; O oferecimento de cursos profissionalizantes e convênios com escolas, para melhorar a qualificação dos associados e a possibilidade de obterem trabalho. Essa ação fez-se necessária, tendo em vista que, vários associados não tinham condições mínimas de sobrevivência e continuam a busca por “aposentadorias”, mesmo tendo condições de viver de forma independente pelo seu trabalho; a participação nos Conselhos Municipais: da Criança e do Adolescente, da Assistência Social, da Saúde, da Mulher e em 2002 no COMPOD; o projeto “Banco de Empregos”, em que parcerias são firmadas com empresas para que os associados da APARU sejam (re) colocados no mercado de trabalho, após a sua (re)qualificação profissional. Esse projeto foi disponibilizado para evitar situações conflituosas de preconceito¹⁴¹.

Nesse tópico, os livros de ata da diretoria e de reuniões dos associados foram importantes para compreender um pouco da práxis na instituição, bem como levantar várias questões para refletir sobre a luta das pessoas com deficiência física pelo acesso à cidade de Uberlândia. No segundo livro de ata que começa em 1999 e relata as reuniões de diretoria, a diretora executiva apresenta um projeto para análise institucional encaminhado por um psicólogo voluntário que foi aprovado pela diretoria recém-eleita. É também colocado à disposição dos novos membros para informar como a instituição funciona e discorre sobre os projetos “Disque Mel”, fábrica de cadeiras de roda, trabalhos manuais, comemorações festivas etc., e informa que ocorrem cerca de oitenta a cem horas de reuniões com os sócios por mês, sendo que os novatos se reúnem primeiro de forma separada para se conhecer entre si, bem como a instituição, e o trabalho que esta desenvolve e presta aos associados, a fim de posteriormente serem incluídos nos outros grupos de discussão nos quais a associação trabalhava com seus associados. Por sugestão dos associados, foram criados os grupos por tipo de deficiência e posteriormente poder-se-ia estabelecer intercâmbio entre eles¹⁴².

Na segunda reunião ordinária é apresentado o projeto de análise da instituição por um psicólogo voluntário que participaria de reuniões de associados e da diretoria. O presidente da instituição afirma que há várias pessoas querendo ajudar a associação, mas não sabem como, por isto seria necessário que conhecessem o trabalho feito pela APARU para que pudessem

¹⁴¹ RESENDE, Ana Paula Crosara de. **Todos na cidade**: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2004. p. 99.

¹⁴² ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Ata da primeira reunião ordinária da diretoria** de 20/08/1999. 1999.

descobrir onde poderiam ajudar em seu desenvolvimento. Também afirma que seria necessário que se buscasse ajuda das empresas, mas para tal era necessário que a associação ficasse mais conhecida e lembra que a busca da colaboração das empresas somente teria resultados se já houvessem projetos prontos.

A presença de psicólogo nas reuniões da diretoria deve-se à aprovação de um projeto que surgiu da disposição voluntária de um profissional que se comprometeu a participar das reuniões e fazer avaliações da atuação da diretoria, tanto na parte administrativa quanto na relação com os associados a fim de sugerir caminhos para a realização das atividades institucionais e promoção do diálogo entre representados e representantes. A dependência dos aparelhos representativos de voluntariado é uma constante problemática, pois não há continuidade de trabalho e nem sempre as pessoas que prestam esse tipo de serviço possuem os mesmos objetivos da instituição

Sobre a estrutura burocrática das associações, Idari relata em sua dissertação:

O trabalho voluntário, se utilizado dentro dos objetivos da promoção humana, pode trazer grandes resultados porque as pessoas que procuram a entidade para fazer esse tipo de atividade têm experiências, saberes, muita vontade de ajudar e podem ser liberadas para os ensinamentos de vida diária, profissionalização, reforço escolar, visitas e apoio em atividades de lazer. Mas, na maioria das vezes os voluntários terminam fazendo trabalhos burocráticos dentro das associações, atividades rotineiras que não chegam ao associado diretamente, e absorvem grande parte das pessoas, ao passo que elas poderiam estar junto ao associado desenvolvendo atividades orientadas por profissionais, que poderiam vir a modificar a condição de vida da “pessoa deficiente”¹⁴³.

Levantou-se a possibilidade de transformar a APARU em fundação e é sugerida a criação de uma comissão para levantar os prós e contras da mudança. Um dos membros da assessoria de comunicação se propõe a buscar patrocínio e anúncio nas empresas a fim de cobrir custos do próprio jornal e se possível ajudar em outras despesas, e, em contrapartida, os anunciantes deverão receber gratuitamente os exemplares. A diretora executiva diz que irá fazer um estudo do quadro de funcionários e do funcionamento da APARU e, conforme solicitação dos associados, contratará uma fisioterapeuta¹⁴⁴.

Janilda, uma das entrevistadas e membro do conselho fiscal, levanta a questão dos associados portadores de Lesão por Esforço Repetitivo - LER que, em lugar de comparecer às reuniões, mandavam substitutos e por isto deveriam ser estimulados a participar ativamente das atividades e esclarecidos quanto à importância das reuniões. É sugerido que os associados

¹⁴³ SILVA, Idari Alves da. **Construindo a cidadania**: uma análise introdutória sobre o direito à diferença. 2002. 218 f. Dissertação (Mestrado em História social e Movimentos Sociais). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. p. 88.

¹⁴⁴ ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Ata da primeira reunião ordinária da diretoria** de 20/08/1999.

sejam aproveitados para trabalhos nas reuniões realizadas de forma voluntária e, ao mesmo tempo, esclarecidos do que é um trabalho voluntário e quem seriam as pessoas voluntárias na instituição e os seus funcionários.

Nesse caso, surgem pessoas que não possuem identificação econômico corporativa com as pessoas com deficiência física o que leva os representantes das mesmas a terem que buscar um consenso entre os vários conflitos oriundos desta diversidade de visões de mundo.

Também é levantada a questão de que entre os funcionários ocorre uma inversão de papéis porque eles confundem o que é ser associado e o que é ser funcionário, necessitando do estabelecimento de limites, e que ao mesmo tempo eles estão desestimulados, mal informados e reivindicando melhoria salarial, sendo que tais questões deverão ser discutidas em reunião com a diretoria. O psicólogo voluntário coloca a necessidade de os funcionários se organizarem e trazerem propostas claras à diretoria. A diretora executiva informa que os funcionários reivindicam melhorias de salário e diminuição na jornada de trabalho, o que, segundo ela, não é possível e explica que mesmo os motoristas têm compensações com relação a alguma carga horária excedida e diz que são flexibilizados os horários para quem pratica esportes ou realiza alguma atividade na instituição.

Desta forma, pode-se perceber que esse trânsito entre aparelho representativo e prestação de serviços conferiu à associação a aglutinação de diferentes níveis de consciência. Enquanto alguns associados simplesmente não compareciam nem as reuniões, os funcionários reivindicavam melhores condições de trabalho.

Além do emprego dentro da associação na fábrica de cadeira de roda, nos correios, no disque mel que vendia produtos derivados do mel de abelha, dentre outros, havia também um banco de empregos sobre o qual a assistente social descreve a Resende:

O projeto “Banco de Empregos”, em que parcerias são firmadas com empresas para que os associados da APARU sejam (re)colocados no mercado de trabalho, após a sua (re)qualificação profissional. Esse projeto foi disponibilizado para evitar situações conflituosas de preconceito. A psicóloga ou a assistente social responsáveis apresentam, segundo a Diretora Executiva da APARU, a proposta do projeto, inclusive as adaptações necessárias e assessoria sobre aspectos físicos de acessibilidade e psicossociais para que os profissionais possam aprender e compreender as reais limitações das pessoas com deficiência. Seu principal papel, após o contato com a empresa parceira, é selecionar pessoas com deficiência, previamente cadastradas, que tenham o perfil solicitado e cuja deficiência não impeça o exercício da função proposta. Aqui, ressalte-se que, pelo princípio da inclusão, são selecionados três candidatos para que o empregador decida e responsabilize-se pela contratação, após o conhecimento da realidade¹⁴⁵.

Só que a associação, dentro de seus limites, não conseguiu fazer sozinha isto aí

¹⁴⁵ RESENDE, Ana Paula Crosara de. **Todos na cidade**: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2004. p.100.

porque dependia de muitas coisas. Houveram algumas ações que a gente fez, até mesmo antes da Uberlândia Sem Barreiras que foi um programa elaborado pelo Idari, Ana Paula, Beto. Antes desse programa a gente teve várias atuações na cidade de ir para a rua mesmo, colocar o cadeirante, o muletante para parar o trânsito, a gente ia para os semáforos entregar panfleto, explicar o que era a deficiência, quais seus direitos e que eles não estavam sendo cumpridos nem respeitados, que eles estavam muitas vezes em condições de indignidade e de subvida. (Gilmar)

O psicólogo voluntário coloca que há várias coisas em jogo na relação associado e associação, pois eles tem dificuldades para obedecer ordens, compreender e cooperar, e que a dificuldade que apresentam dentro da instituição é a mesma que eles têm no mundo lá fora, como, por exemplo, enfrentar a burocracia. Ele diz que é preciso tomar cuidado com o reflexo que as atitudes dentro da associação têm na sociedade, avaliando como a associação se projeta e que a forma que a diretoria se comporta reflete nas atitudes dos associados, necessitando de mais rigidez. Outro membro levanta a questão de que os associados não são bem informados sobre as disposições que regem a associação, principalmente as reuniões, e são sugeridas formas de fazer chegar aos mesmos informações por meio de informativos escritos e cartazes afixados na instituição. A diretora executiva afirma que não há pessoal suficiente para visitar os associados faltosos e que isto é feito em casos extremos. Também afirma que os associados não se conhecem entre si, nem a diretoria que conduz a instituição, e, tampouco o funcionamento da entidade. Isto faz com que a presença deles nas reuniões se relacione mais a interesses particulares do que com a realização dos objetivos institucionais. Ela segue propondo que, para sanar a distância entre diretoria e associados, é preciso fazer um cronograma de participação dos membros da diretoria nas reuniões. O presidente diz que isto permitirá a eles entender quais as dificuldades enfrentadas por quem trabalha diretamente com os associados, bem como os papéis de quem trabalha na instituição ou possui algum cargo na diretoria que, em muitas vezes é confundido pelo fato de desconhecerem o papel de cada pessoa na instituição, sendo comum confundir presidente com diretor executivo, tesoureiro com funcionário e que isto deve ser esclarecido nas reuniões. Surge uma observação interessante, pois um dos membros coloca que não somente os associados devem conhecer a instituição, mas a diretoria, igualmente, para que todos falem a mesma língua. É informado que a APARU foi homenageada na câmara municipal de Uberlândia e foi a única entidade a receber honra ao mérito, sendo que os demais foram pessoas físicas. Após resolver a situação de um funcionário do serviço “disque mel” a reunião foi encerrada.¹⁴⁶

¹⁴⁶ ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. *Ata da segunda reunião ordinária da diretoria* de 04/08/1999. 1999.

O presidente da divisão de esportes, logo após assumir esta diretoria por muito pouco tempo, pede demissão por não haver, segundo ele, tempo nem apoio da APARU na realização de suas atividades. Em seguida, a diretoria discute como seriam feitas as festas de fim de ano e as parcerias para que pudessem usar as estruturas do décimo sexto batalhão de infantaria motorizada, da FUTEL e também o apoio da empresa de ônibus Nacional Expresso. Ocorrem vários relatos da situação financeira da instituição para a manutenção de suas atividades. A tesoureira afirma que há cinco mil associados, mas somente dois mil participam das atividades e apenas mil e duzentas contribuem mensalmente, chegando a vários que estariam acertando mensalidades atrasadas. O psicólogo coloca que a diretoria deveria participar e planejar mais a captação de recursos e não ficar omissa aos problemas financeiros da instituição. Ele sugere que fossem montadas comissões para tal e disponibilizado um funcionário para cuidar destas questões. A diretora executiva diz que sem pagamento assalariado é impossível a disponibilidade de um funcionário e que as empresas demoravam muito a analisar os projetos da entidade e que não entendiam as necessidades de seus associados, além de fazerem o transporte deles de forma inadequada, pois os transportavam em vãs para a atividade esportiva, escola e outras atividades praticando uma ação excludente. Em seguida, é informado aos membros da diretoria, que os associados cobram a presença da mesma nas reuniões do departamento de psicologia, pois muitos afirmavam que o presidente só aparecia em época de eleições e não tinham a clareza que este tinha várias outras atividades para fazer e que os sócios não visualizavam nem sabiam que era sua competência. Também é sugerido que nas reuniões sejam resolvidos problemas de cada departamento em específico.¹⁴⁷

Em dezembro de 1999 a diretoria se reúne para fazer um balanço do ano e surgem as seguintes questões: começam as reclamações dentro da própria diretoria, pois o diretor de patrimônio afirma que a cada reunião o número de membros presentes é menor e sugere uma avaliação deste fato. A vice-presidente informa que a avaliação do departamento de psicologia não tinha ficado pronta, pois faltava a realização de reunião com o esporte, e, além disto, não havia gostado do método utilizado que consistia no apontamento pelos associados de prós e contras da associação e a sugestão de como resolver a situação. O diretor de patrimônio afirma que a avaliação do ano de 1999 foi diferente da dos anos anteriores porque para ele os associados estão mal informados, seja por dados que não são passados ou que chegam ao conhecimento deles, mas não são assimilados. Um dos membros diz que um associado perguntou o porquê de não proibir a entrada de políticos na associação. Logo após, a

¹⁴⁷ ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. *Ata da quarta reunião ordinária da diretoria* de 06/11/1999. 1999.

tesoureira coloca que foi válida a avaliação e o método de aplicação da mesma, já que a diretoria pode ter uma imagem do que os associados pensam sobre a APARU, e que, quanto às sugestões, umas são válidas e outras não.

A vice-presidente informa que haveria uma reunião técnica posteriormente com funcionários, estagiários e voluntários com a diretoria. A tesoureira diz que na última reunião com funcionários foram apresentadas as sugestões dos diversos setores para a elaboração do regimento interno. Afirmo também que se constatou um problema em relação à fábrica de cadeiras de rodas, pois o horário não estava sendo respeitado pelos funcionários que saíam uma hora mais cedo e que a repetição deste fato provocou o estabelecimento de medidas mais rigorosas com a assinatura de advertências e após três delas seria demitido. É observado que a lei não permite a carga horária de sete horas seguidas sem intervalo e a tesoureira diz que vai verificar se a fábrica está dentro da lei. O diretor de patrimônio diz que o regimento interno deveria ser feito pela diretoria, o psicólogo concorda, mas observa que é importante a participação dos funcionários no processo de elaboração do documento, garantindo o exercício de autonomia com responsabilidade. Ele continua dizendo que apesar da maioria dos funcionários serem pessoas com deficiência a diretoria deve tratá-los como pessoas sem fazer diferença e que eles devem ter direitos e deveres com qualquer funcionário, evitando os tratamentos diferenciados e se não estão obedecendo devem ser mandados embora e não mantidos na instituição por pena, além disto, afirma que a diretoria deve se sentir cabeça da associação e seleiro de novas ideias garantindo a integração da pessoa portadora de deficiência na sociedade e não agir com pena. Para finalizar a vice presidente informa o convênio com uma farmácia para que os associados tenham direito a descontos nos medicamentos e que parte da renda paga por eles à associação para a manutenção deste convênio seria revertido para a instituição.¹⁴⁸

3.8 A Campanha Uberlândia sem Barreiras e a criação da secretaria de planejamento Urbano

A comissão de acessibilidade atuou de forma mais expressiva em Uberlândia nos anos de 1998 e 2000. Segundo Resende, como o foco da representatividade desta associação não estava na defesa da caridade e sim na luta por direitos, nem todas as leis municipais eram encaminhadas para esta coalizão de pessoas com deficiência representativa das pessoas com deficiência física avaliar e oferecer um parecer.

Dentre as ações realizadas destacam-se: o ingresso de ações civis públicas para obrigar o poder público a respeitar a lei e garantir a acessibilidade; prestação de assistência jurídica aos associados para garantir a dignidade humana; e implementação de campanhas na cidade como “Uberlândia sem Barreiras e Eleições sem Barreiras”, com a finalidade de retirar as leis do papel.

¹⁴⁸ ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. *Ata da quinta reunião ordinária da diretoria* de 05/12/1999. 1999.

Gilmar discorre abaixo que a associação atuou na sociedade uberlandense ao longos dos anos 90 com a finalidade de conscientizar a população sobre as características e as necessidades das pessoas com deficiência física.

Só que a associação, dentro de seus limites, não conseguiu fazer sozinha isto aí porque dependia de muitas coisas. Houveram algumas ações que a gente fez, até mesmo antes da Uberlândia Sem Barreiras que foi um programa elaborado pelo Idari, Ana Paula, Beto. Antes desse programa a gente teve várias atuações na cidade de ir para a rua mesmo, colocar o cadeirante, o muletante para parar o trânsito, a gente ia para os semáforos entregar panfleto, explicar o que era a deficiência, quais seus direitos e que eles não estavam sendo cumpridos nem respeitados, que eles estavam muitas vezes em condições de indignidade e de subvida. (Gilmar)

Em 1995, ocorreu uma gincana entre cidades na qual a equipe da APARU se denominava “Sem Rampas”. Nela os associados se dirigiram a um shopping da cidade e quebraram a escada. Neste episódio a polícia foi chamada, bem como algumas autoridades, porém não puderam prender as pessoas, pois as viaturas não comportavam as cadeiras de roda.

Em 1998, pessoas que representavam as pessoas com deficiência física em conjunto com a APARU lançaram uma campanha denominada “Uberlândia sem barreiras”, que tinha por finalidade fazer um levantamento dos estabelecimentos que possuíam acessibilidade para as pessoas com deficiência física e estavam inseridos na lista telefônica com um selo de acessibilidade para que as pessoas pudessem frequentá-los.

Janilda descreve os impactos que a campanha possui até hoje na cidade de Uberlândia e que fez com que a APARU se tornasse referência na orientação da sociedade civil e da sociedade política sobre a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência física.

A campanha mais importante que a APARU já fez foi em 1997 que foi a Uberlândia sem barreiras organizada pelo Idari Alves e pela Ana Paula Crosara. Nós trabalhamos na divulgação e na conscientização de que o comércio de Uberlândia precisaria se adaptar e criar condições para que as pessoas com deficiência pudessem entrar, gastar e consumir como qualquer cidadão. Foi uma campanha muito vitoriosa, até hoje a gente trabalha em cima dela porque toda vez que alguém precisa de informação e de dados a gente está aqui para passar para as pessoas. É uma campanha que se estendeu e saiu de Uberlândia para o Brasil inteiro, hoje as vivências que o grupo daqui faz são comuns no país inteiro e começou em Uberlândia. (Janilda)

Nesta fala, o entrevistado nos leva a pensar a respeito dos diferentes níveis de consciência manifestos pelos agentes de tal campanha, enquanto alguns representantes pensaram e elaboraram a campanha, vários associados apenas executaram ou participaram das ações promovidas.

Sobre o Uberlândia sem Barreiras eu participei indiretamente porque na época tinha um grupo que trabalhava com esse movimento, a Ana Paula, a Denise e outros... olha, a gente tinha duas pessoas: a Ana Paula e o Idari que eram pessoas que tinham

bastante assim, tinham mais contato com as pessoas para conversar estas coisas. A gente participava porque era bom, eu gostava de participar, eu estava aprendendo com aquilo lá, e, é importante estar participando dessa questão também. Mas é muito debate, muita conversa, muitas trocas de idéia, apresentação de projeto, essas coisas. Fez com que conquistasse muita coisa nesses encontros, conseguimos convênios através disso (principalmente ele fala da área para desportiva), credibilidade e várias coisas que engrandeceram a entidade nos encontros juntamente com o municipal, estadual e até federal. (Clayton)

No trecho abaixo, Ana Paula C. Resende descreve o objetivo central dessa campanha que era mostrar que a pessoa com deficiência era consumidora como qualquer outra e estimular a concorrência entre os estabelecimentos com e sem acessibilidade, a fim de levar esses últimos a adaptarem seus comércios.

Naquele momento, a estratégia era utilizar a racionalidade do lucro para obter-se uma possibilidade de serem efetivadas as conquistas legais, na cidade real e capitalista, para que as pessoas com deficiência física pudessem ter uma melhor qualidade de vida.

Na APARU, as pessoas já estavam cansadas de “pedir favor” para que a acessibilidade fosse construída. Naquela oportunidade histórica, foi preciso uma campanha de marketing para mostrar que não se queria mais caridade ou piedade e, sim, respeito e tecnologia à disposição do povo para a qualidade de vida de toda a população.

É óbvio que nenhuma ação isolada é capaz de mudar uma mentalidade ou as estruturas sociais sólidas e que o contexto brasileiro, também, estava e está sendo alterado para permitir que a pessoa com deficiência pudesse ser, efetivamente, reconhecida como cidadã.

A peculiaridade mais significativa desse projeto, para Uberlândia, foi o início da mudança da mentalidade do empresariado, que começou a perceber a acessibilidade, não só como obrigação legal, mas como oportunidade para a conquista de novos mercados consumidores e como opção “politicamente correta”, para serem destacados, por marketing, de seus concorrentes.¹⁴⁹

Em seguida, a autora continua a explicar que tal campanha não era a exclusão das pessoas mais pobres e que os direitos dessas pessoas estavam garantidos. Entretanto, uma campanha nos moldes da sociedade capitalista vigente, ainda que não se queira se diferenciar as pessoas por suas desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais tal diferenciação ocorre naturalmente, pois gera nas diferentes classes sociais os conflitos necessários para que um grupo representativo de pessoas com deficiência alcance a hegemonia da sociedade civil e o domínio do aparato do Estado restrito.

A proposta não era ignorar as pessoas com deficiência física economicamente excluídas, apenas abrir mais uma possibilidade política para que a cidade capitalista permitisse que elas circulassem, vivessem e usufríssem de serviços, inclusive gratuitos de reabilitação física e transporte, com a maior independência possível. Não houve a substituição de direitos, apenas utilizou-se uma estratégia de mercado e de marketing para evidenciar o segmento da população com deficiência física.¹⁵⁰

¹⁴⁹ RESENDE, Ana Paula Crosara de. **Todos na cidade**: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2004. p. 103.

¹⁵⁰ RESENDE, Ana Paula Crosara de. **Todos na cidade**: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2004. p. 104.

Já em 1997, alguns representantes das pessoas com deficiência levaram à Câmara Municipal o projeto “Adaptando” para tornar a cidade de Uberlândia acessível. A proposta de tal projeto era a de estabelecer parcerias entre sociedade civil e política a fim de efetivar o direito das pessoas com deficiência de ir e vir. Além desse projeto, foi oferecido o seminário para que políticos e profissionais ligados à construção civil pudessem vivenciar as dificuldades pelas quais as pessoas com deficiência passam no seu dia a dia.

Nesse sentido, pode-se notar que a associação age ao mesmo tempo por meio de políticas de sensibilização emocional das pessoas bem como por meio de reivindicações que buscavam um consenso entre o aparato do Estado restrito, essa associação e a sociedade civil em geral.

Aparu quer facilitar circulação

Entidade apresentou programa que procura adaptar cidade

A Associação dos Paraplégicos de Uberlândia (Aparu) apresentou, ontem, na Câmara Municipal de Uberlândia, o programa “Adaptando”, que visa adaptar a cidade para facilitar o acesso e circulação das pessoas portadoras de deficiência física temporária ou permanente. O programa foi idealizado por um dos membros da Aparu, Idari Alves da Silva o “Chico Serra”, e levado ao plenário através da vereadora Ilizamar Prado (PCdoB).

O conteúdo do programa aborda três pontos principais: adequação dos espaços, prédios e logradouros públicos existentes e os que vierem a ser construídos de forma a permitir o livre acesso, e circulação dos deficientes; desenvolvimento de tecnologias que facilitem a vida dos portadores de deficiência; e adoção de normas e a implementação de ações para tornar a cidade totalmente acessível. Membros da Comissão de Acessibilidade da associação e diversos portadores de deficiência estiveram presentes durante a apresentação.

A adaptação da cidade ao exercício do direito de ir e vir é uma obrigação da Prefeitura e uma antiga reivindicação daqueles que ainda não podem usufruir de todo o potencial que Uberlândia oferece. A lei orgânica do Município exige que os locais públicos disponham de meios como rampas, elevadores, entre outros, que facilitem o acesso e circulação dos deficientes físicos. Mas na maioria dos estabelecimentos e logradouros públicos este direito não é respeitado. Através do programa, a Aparu pretende mudar esse quadro.

O Adaptando é uma iniciativa pioneira pelo seu aspecto abrangente, pois irá promover uma ação concentrada de vários setores da sociedade, como uma espécie de parceria. Entre as ações e atividades previstas no programa estão as ações dos três poderes, de segmentos da iniciativa privada, entidades de classe, entidade dos portadores de deficiência e outros segmentos. Dentro do programa estão inseridas sugestões de como cada um dos colaboradores pode atuar. “O programa é bastante viável e dependerá apenas da boa vontade das partes envolvidas para promoverem as mudanças, o quanto antes possível”, destacou a vereadora Ilizamar Prado.

A Câmara é uma das citadas no programa e será a primeira a promover as adaptações para o acesso dos deficientes físicos. O presidente da Câmara, vereador Geraldo Jabur, estipulou um prazo de 60 dias para a implementação das reformas. Para Ana Paula Crosara, membro da Comissão de Acessibilidade, que leu o programa em plenário, é muito importante a participação comunitária. “O programa só vai ter valor a partir do momento que toda a comunidade aderir. Se cada um fizer a sua parte, o problema poderá ser solucionado rapidamente”, disse.¹⁵¹

¹⁵¹ Aparu quer facilitar circulação. In: **Jornal O Correio de Uberlândia**. 12 de agosto de 1997.

Além desse, outro jornal informou que associados e representantes da APARU foram recebidos na Câmara Municipal. Porém, os vereadores passaram por um constrangimento em virtude do fato de a tribuna não se encontrar acessível a pessoas com deficiência física e pela recusa da militante Ana Paula C. Resende de ser carregada, até a mesma, para expor o projeto supracitado.

Nesta outra reportagem há um misto de caridade e promessas políticas no que se refere ao cumprimento na lei orgânica municipal.

Quem se sensibilizou com os problemas enfrentados pelos portadores de deficiência no dia-a-dia, foi o petebista André Goulart. Ele vai pedir aos representantes da CDL que convençam os comerciantes de Uberlândia a readaptar os acessos às suas lojas para atender aos deficientes físicos. Goulart quer que os lojistas coloquem rampas nas portas dos estabelecimentos comerciais. Além disso, os portadores de deficiência ainda tiveram a promessa do presidente da Casa, Geraldo Jabbur, que se comprometeu a readaptar parte da estrutura do Palácio Centenário para recebê-los, em 90 dias.¹⁵²

Em encontro posterior¹⁵³, a Comissão de Direitos Humanos reuniu-se com representantes da APARU com o intuito de definir a melhor forma para a adaptação do prédio da Câmara às pessoas com deficiência física. Também definiram o planejamento para a adequação dos prédios públicos já existentes e daqueles que viessem a ser construídos. Esse projeto contemplava adaptação e sinalização do estacionamento interno e externo, com reserva de vagas; adaptação do plenário com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Também em outra sessão, um dos vereadores atendeu reivindicação de famílias de pessoas com deficiência física, a fim de promover o rebaixamento de calçadas em vários lugares da cidade, principalmente na área central e nas escolas municipais.

Com base no que foi escrito, é preciso entender que a luta das pessoas com deficiência por autonomia passou por mudanças desde o início dos anos 80 até meados dos anos 90. Enquanto as associações de pessoas com deficiência visual tiveram pouca ou nenhuma representatividade, a APARU conseguiu, até meados dos anos 90, manter uma regularidade em suas ações, bem como formar militantes que pudessem continuar as reivindicações de acessibilidade em Uberlândia.

Entretanto, a obrigatoriedade estatutária da diretoria ser composta por 2/3 de pessoas com deficiência, sendo que os cargos de presidente, vice-presidente e tesoureiro deveriam ser necessariamente ocupados por pessoas com deficiência física, fez com que os grupos americanistas e fordistas (Rotary Club, Lions Club e Maçonaria) se afastassem do comando

¹⁵² Fim das barreiras. In: **Jornal Do Triângulo**. 14 de agosto de 1997.

¹⁵³ Prédio da Câmara recebe adaptação para deficientes. In: **Jornal da Câmara**. 20 de agosto de 1997.

desse aparelho representativo. Contudo, as ideias de caridade e filantropia continuaram presentes, disputando poder hegemônico com a ideia de cidadania e luta por direitos, defendida pelas classes hegemônicas.

4 A LUTA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL PELA AUTONOMIA E SUA COEXISTÊNCIA COM VISÕES DE MUNDO FILANTRÓPICAS

Para entender a questão da diversidade representativa que compõe as coalizões das pessoas com deficiência em Uberlândia, é preciso compreender as origens das instituições de pessoas com deficiência, ou seja, as associações. Com relação às instituições de pessoas com deficiência visual, tive acesso a pouca documentação, pelo fato de que estas, ao longo dos anos, não terem mantido um arquivo organizado e atualizado, sendo que a documentação da ADEVITRIM é quase inexistente e na ADEVIUDI, antiga Associação dos Cegos de Uberlândia (ASSOCEGO), não me foi permitido acessar o arquivo morto.

Ao discorrer sobre o seu contato com a ASSOCEGO, Jaime descreveu a sua percepção com relação à forma filantrópica que esta associação era conduzida. Ao mesmo tempo em que ele demonstra admiração pelas confraternizações promovidas nesse aparelho privado de hegemonia, ele faz uma reflexão sobre a falta de autonomia dos cegos devido às ações de caridade.

Na ASSOCEGO eu fui bem recebido porque o Milton Leite sempre nos acolheu muito bem, tinha festas e todo final de ano nós fazíamos festas com entrega de presentes antes do natal, ele dava presente e ia às lojas buscar, só que a gente viu que aquilo não era importante para nós. Ele tinha que dar a vara para a gente e não trazer as coisas para nós, tinha que ensinar a gente a pescar. (Jaime)

A filosofia ou bom senso é uma ordem intelectual enquanto que o senso comum é um

produto e devir histórico múltiplo que não pode se reduzir à unidade e à coerência, tanto individual quanto coletiva. A escolha e a crítica de uma concepção de mundo são fatos políticos e ao mesmo tempo filosóficos. Quando um grupo possui uma visão de mundo, que na prática é descontínua e ocasional, ao pensar de forma crítica sua realidade, ele se comporta como um conjunto orgânico e pega emprestado a visão de mundo de um grupo social do qual se torna subordinado intelectualmente e a difunde, pois vive tal realidade, e sua prática se iguala à daqueles conjuntos orgânicos dominantes, pois como nos pensamentos críticos, tais grupos se subordinam e o mesmo ocorre em suas práticas que são igualmente submissas.¹⁵⁴

O senso comum não é um ponto de vista único e assume como tal inúmeras formas, pois é a concepção das mentes individuais desagregadas e incoerentes, variando conforme a posição sociocultural dos grupos que adotam seu princípio filosófico. O fato de o processo histórico criar grupos hegemônicos faz com que estes ultrapassem as ideias consolidadas pelo senso comum e criem uma filosofia coercitiva que exerce força nas massas, pois as levam a criticar os elementos realistas e materialistas.¹⁵⁵

Isto lança luz sobre a análise da convivência entre as ideias de inclusão, cujo objetivo é garantir direitos fundamentais e, a integração, que promove ações caritativas, como antagônicas e, portanto, impossíveis de conviver entre si ou como se fossem forças que pairam sobre as pessoas com deficiência de forma implacável e estrutural, ao entender que a consciência teórica destas pessoas pertencentes a uma determinada época não anda historicamente articulada com suas ações. Isto porque, a teoria é herdada e os indivíduos a acolhem sem crítica enquanto sua ação os une a um determinado grupo social. Por isto não é raro encontrar pessoas que lutam por direitos e possuem uma visão caritativa e vice e versa. Porém a incongruência da consciência pode levar o indivíduo à passividade, na medida em que influencia na moral e vontade dos militantes, produzindo a estagnação ética e política, pois dificulta fazer escolhas.

4.1 A Filosofia da Práxis e as associações de pessoas com deficiência visual de Uberlândia

¹⁵⁴ GRAMSCI, A. Caderno 11 (1932-1933). Apontamentos para uma introdução ao estudo da filosofia e da história da cultura. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.1. p. 100-101.

¹⁵⁵ GRAMSCI, A. Caderno 11 (1932-1933). Apontamentos para uma introdução ao estudo da filosofia e da história da cultura. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.1. p. 115.

As associações de pessoas com deficiência visual e física de Uberlândia foram criadas em um momento político de correlação, pois reunia visões de mundo filantrópicas ligadas a grupos hegemônicos e, ao mesmo tempo, ideias de autonomia social e política, ainda que misturado com ações caritativas.

A criação da Associação dos Cegos de Uberlândia em 1972 se deu por meio de grandes comerciantes da cidade e de médicos com finalidade filantrópica. Na ata de fundação da instituição, cujo trecho foi reproduzido abaixo, fica evidente que a pessoa com deficiência visual não estava à frente na direção institucional. Dessa forma, pode-se entender que as pessoas cegas assimilaram intelectuais sem deficiência e próximos da sociedade política, que reproduziram os ideais de progresso misturado com filantropia. Assim, ao mesmo tempo em que se institucionalizou a organização das pessoas com deficiência visual em Uberlândia, ocorre a subalternidade desse grupo ao modelo médico segregacionista presente na sociedade civil e no âmbito estatal.

Após várias semanas de divulgação e esclarecimento ao povo de Uberlândia, sobre a intenção de se fundar uma associação com a finalidade de se promover assistência aos deficitários visuais... A seguir, vários oradores se fizeram ouvir, todos eles ventilando detalhadamente o tema em pauta, visando o estabelecimento de medidas objetivas que realmente, venham a oferecer possibilidades para a concretização de tão nobre iniciativa, ficando, finalmente, aprovado o seguinte: 1º A constituição de uma “Comissão Organizadora”... 2º que essa comissão organizadora se reunisse aos sábados, às 20 horas, na residência do Sr. Adelvío Peixoto gentilmente cedida pelo seu proprietário, onde ficaria instalada, provisoriamente, a sede da Associação; 3º que o nome da entidade seria “Associação dos Cegos de Uberlândia”; 4º que, a essa comissão organizadora, caberia a tarefa de promover difusão e propaganda sobre os acontecimentos relativos à Associação e aos trabalhos em andamento, redigir um anteprojeto de ESTATUTOS da associação; promover uma Assembleia Geral dentro de 30 (trinta) dias em reunião seria, dentro do possível, aprovados os estatutos, eleita e imposta a primeira diretoria; 5º que a assembleia geral, mencionada no item anterior seria realizada na sede do clube português, segundo sugestão a aquiescência do Sr. Adelvío Peixoto, que fica encarregado de promover os indispensáveis contatos com a Direção daquela entidade para o fim determinado; 6º que os atuais “procuradores” da sociedade anterior extinta, fiquem autorizados a prosseguirem em seu trabalho de aliciamiento de sócios e recebimento de necessidades, porém é Cairo, em nome da nova entidade, que os credenciaria para o desiderato; 7º que as atividades da “Comissão Organizadora” cessariam, logo após a eleição e posse da primeira diretoria da associação “... Nada mais havendo, são os trabalhos encerrados pelo presidente, que agradece a presença de todos, convidando-nos a nos unirmos no esforço comum a que nos propusemos, visando o progresso, sempre crescente, da móvel associação.”¹⁵⁶

Uma nova cultura não surge de ideias individuais ou de ações heroicas de pessoas lutando por sua autonomia e independência, mas sim quando verdades já descobertas são socializadas e difundidas em ações vitais organizadas de forma intelectual e moral que leva à

¹⁵⁶ ASSOCIAÇÃO DE CEGOS DE UBERLÂNDIA. *Ata de reunião para a fundação da Associação dos Cegos de Uberlândia (ASSOCEGO)*, realizada no dia dez de junho de 1972.

constituição de uma atividade prática com uma premissa teórica, configurando-se em uma organização política de classe.¹⁵⁷

No momento em que a Filosofia produz uma atividade prática cuja premissa teórica se manifesta na vontade e nas ações dos indivíduos, origina-se a Ideologia que significa uma visão de mundo manifestada de forma implícita nas atividades humanas individuais e coletivas e tem como função, no processo hegemônico, unificar um bloco fundamentado em uma mesma filosofia. O grande problema de uma visão de mundo dominante é manter unido o grupo que possui uma mesma ideologia, ou seja, não permitir que os estratos intelectualmente superiores não se destaquem muito dos inferiores ao ponto de criar uma tensão forte o bastante para permitir aos grupos inferiores exercer uma contra-hegemonia.

Durante o processo hegemônico, os grupos dominantes satisfazem os campos da Ciência e da Filosofia, porém, em um ritmo lento e metódico de forma que as mudanças não são percebidas pelas massas e são incorporadas de modo sutil. Isto não quer dizer que dos grupos homogêneos não emergirão coalizões que procurem estabelecer a contra-hegemonia, porém como eles não possuem organicidade de pensamento filosófico, centralização cultural e solidez organizativa, não conseguirão êxito em impor sua visão de mundo aos grupos dominantes.¹⁵⁸

O modelo médico de pensar e tratar as pessoas com deficiência é um tipo de ideologia, ou seja, uma visão de mundo que norteou as políticas públicas voltadas a esses indivíduos desde o século XIX até os anos 80 quando elas começaram a lutar por sua autonomia de ação. Ele surge com os tratamentos desenvolvidos por hospitais e instituições de caridade, muitas vezes ligadas aos próprios Hospitais e Faculdades de Medicina, que se intensificou no fim do século XIX e no início do século XX.

Esse método deixou profundas raízes que, até hoje, resultam em políticas de inserção social destas pessoas. Em busca de respostas que propiciassem alternativas que fossem além do tratamento terapêutico e que oferecessem soluções alternativas de tratamento das pessoas com deficiência, as pesquisas médicas, bem como trabalhos acadêmicos voltados para essa temática, expandiram seus estudos ao campo educacional, e influenciaram as formas pedagógicas de educação de alunos com deficiência, além de terem sido pioneiros nas

¹⁵⁷ GRAMSCI, A. Caderno 11 (1932-1933). Apontamentos para uma introdução ao estudo da filosofia e da história da cultura. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.1. p. 95.

¹⁵⁸ GRAMSCI, A. Caderno 11 (1932-1933). Apontamentos para uma introdução ao estudo da filosofia e da história da cultura. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.1. p. 97.

pesquisas científicas.

As faculdades de medicina foram as primeiras a serem implantadas no Brasil, o que fez com que médicos atuassem como professores e diretores de várias escolas especiais criadas na época, muitas delas fundadas junto a hospitais psiquiátricos.

Desse modelo médico surgiram várias concepções com relação às pessoas com deficiência que nortearam as práticas de inserção social destas. Destas concepções destaco algumas características, que mesmo até hoje, são dominantes em algumas políticas e que até o fim da primeira metade do século XX era predominante no mundo, e por consequência, no Brasil. A ideia de Normalidade, segundo a qual a pessoa com deficiência tem que se adequar aos padrões da sociedade, ou pelo menos se aproximar dos mesmos. Daí, os programas de Reabilitação que não levavam em conta as verdadeiras capacidades das pessoas com deficiência, nem suas necessidades e características particulares. Essas pessoas teriam de se “ajustar” a um padrão social de indivíduo. Por exemplo, um aluno só poderia estudar em uma sala e escola regular de ensino se fosse capaz de acompanhar a turma, ou seja, de se ajustar ao padrão de aluno, razão pela qual na maioria dos cursos de formação profissional se voltar e, ainda hoje, se focar nos trabalhos manuais, mecânicos, na área artística, principalmente musical. Nesse sentido, o indivíduo com deficiência deveria se adequar aos parâmetros sociais de trabalho, estudo, comunicação, locomoção etc.

A Habilitação e Reabilitação é o tratamento das pessoas com deficiência por meio de tratamentos terapêuticos de origem médica e psicológica e de caráter sociabilizador, que visava possibilitar melhoria no desempenho do indivíduo nos campos físico, psicológico e social por meio de serviços especializados e multidisciplinares (assistência fisioterápica, médica, psicológica, treinamento profissional, trabalhos pedagógicos, psicomotricidade etc.). Porém, apesar da interdisciplinaridade, o fim era o mesmo, qual seja, treinar os indivíduos para que pudessem exercer funções sociais, psicológicas, pedagógicas que se aproximassem das pessoas sem deficiência. Esse modelo de inserção confirma ideias hegemônicas ligadas a grupos dominantes que visavam adaptar a pessoa com deficiência à forma de organização social vigente.

Nas considerações sobre a participação política das pessoas com deficiência na ASSOCEGO, o entrevistado fala sobre o modo com o qual as pessoas ligadas aos Lions Club, ao Rotary Club e a Maçonaria organizavam as decisões institucionais. Cabe aqui ressaltar que o Lions Club, o Rotary Club e a Maçonaria são aparelhos privados de hegemonia ligados a classes dominantes.

Na instituição ASSOCEGO antigamente o cego não podia votar nem ser votado porque lá existia o pessoal maçônico junto com o Lions. Nós fizemos o prédio lá através de bingos, passaram muitos presidentes videntes que não deixaram o cego realizar o sonho de votar e ser votado. (Jaime)

Esta fala mostra a transversalidade das forças hegemônicas nos campos econômico, político, social e cultural, pois no relato sobre a condução da ASSOCEGO, o entrevistado expõe que a condição financeira dos presidentes da associação os levava ao exercício político como representantes das pessoas com deficiência visual, o que contribuiu para a manutenção das ideias filantrópicas difundidas pelos aparelhos privados de hegemonia supracitados, exercendo, desde então, um papel hegemônico sobre a luta das pessoas com deficiência visual por autonomia política.

O estatuto era bem claro, as pessoas que poderiam assumir a associação eram pessoas que enxergavam e que colaborassem com recursos financeiros. Pelo que eu tenho conhecimento do estatuto antigo quem era o presidente seria aquele que contribuísse mais, se você contribuísse com três salários mínimos que era o teto estabelecido então você era o presidente. (Ivando)

A entrevistada menciona que na diretoria da ASSOCEGO, havia apenas uma pessoa cega que segundo ela, não possuía força política para contestar as ideias vigentes. De acordo com ela, Lázaro, dentro de suas possibilidades, conseguiu promover na associação tanto a manutenção dos recursos financeiros quanto a implantação de serviços para a melhoria da vida das pessoas cegas, bem como a contratação de professores de Braille.

O Lázaro era o único deficiente que fazia parte da diretoria, o Lions participava e tinha parceria com a associação, e o Rotary que corriam atrás de subvenções para a manutenção da instituição, então ele corria atrás destas coisas aí para manter a ASSOCEGO. (Maria José)

Por meio das falas de alguns militantes com deficiência visual, fica claro que ocorreu, desde 1972, até o início dos anos 80, a coexistência consensual entre filantropia e luta por direitos. Por causa desta tensão gerada pela insatisfação das pessoas cegas com a forma de condução da ASSOCEGO, já que sua função representativa não ocorria (uma vez que a pessoa com deficiência visual não podia estar à frente dos trabalhos e nem falar por si), em 1985 aconteceu a divisão das instituições representativas das pessoas com deficiência visual, sendo então criada a Associação dos Deficientes Visuais do Triângulo Mineiro (ADEVITRIM) por parte de pessoas cegas e insatisfeitas com a ASSOCEGO.

Ao ser questionada sobre a sua trajetória de militância, a entrevistada, por meio de seu contato com a ASSOCEGO e ADEVITRIM, coloca o seu nível de consciência política. Isto

porque, por um lado ela discordava do fato de que a ASSOCEGO lidava com a questão da deficiência não como uma característica das pessoas mas, sim, como algo que deveria ser recuperado, e, por outro lado, com relação às atividades da ADEVITRIM, que não ofereceram a ela a segurança que necessitava na sua luta por autonomia. Independentemente do grau de consciência que um aparelho privado de hegemonia difunde, os conflitos hegemônicos e contra hegemônicos ocorrem pelas diferenças de consciência política dos vários indivíduos agentes, as quais integram a correlação de forças na qual prevalecem e perduram as ideologias dominantes.

Quando eu voltei de São Paulo para Uberlândia foi que eu fiquei conhecendo a ADEVITRIM e a ASSOCEGO. Quando eu perdi a visão e estava fazendo tratamento o meu pai me levou ao doutor Henso que foi o fundador do banco de olhos, então a ASSOCEGO existia para recuperar a visão das pessoas que perdiam e precisavam de uma córnea ela era divulgada nesse sentido. Depois que eu vim para Uberlândia foi que ela começou a trabalhar o esporte e coisas assim... Eu me integrei no esporte e cheguei a competir pela ADEVITRIM, mas meu intuito não era só o esporte, eu queria avançar e estudar e fazer uma faculdade. (Maria José)

A organicidade de pensamento e a solidez cultural só ocorrem quando há unidade entre teoria e prática. Se os intelectuais forem orgânicos formados a partir das massas e capazes de trazer para o campo intelectual os problemas e os princípios que esse grupo coloca como sua atividade prática, a coerência da práxis torna-se uma visão de mundo, proporcionando, dessa forma, a liga sociocultural desta massa. Assim, o que ocorreu com a ASSOCEGO foi o distanciamento desta instituição com a realidade das pessoas cegas e com baixa visão e, por isto, não alcançou a homogeneidade necessária para que o grupo alcançasse coesão devido à tutela que seus dirigentes estabeleceram.

As falas trazem algumas pistas de como a ASSOCEGO e a ADEVITRIM difundiram suas visões de mundo como aparelhos privados de hegemonia em meados dos anos 80. Por várias vezes, os entrevistados levantam uma questão importante: para ser um intelectual, é preciso necessariamente estudar? De acordo com os relatos abaixo a analogia entre o intelectual e o nível de instrução é recorrente. Entretanto, é preciso entender que para Gramsci o intelectual orgânico é responsável por manter a coesão da massa através da difusão e consolidação da visão de mundo das classes com as quais vincula ou se identifica, e não precisa, necessariamente, possuir um nível escolar elevado.

A entrevistada, ao ser questionada sobre o motivo pelo qual ela se afastou da ASSOCEGO e da ADEVITRIM, refere-se a esses aparelhos privados de hegemonia como espaços apenas de discussões teóricas que não possuíam aplicação prática na vida das

peessoas cegas e com baixa visão, o que impediu a coesão da coalizão para expressar a consciência política necessária e lutar coletivamente pela autonomia. O distanciamento teórico dos intelectuais orgânicos da prática da classe social a qual representam retarda a luta das pessoas com deficiência por uma vida autônoma ao mesmo tempo em que contribui para a manutenção das visões de mundo caritativa e assistencialista difundidas pelas classes dominantes à frente das associações de pessoas com deficiência visual.

Eu deixei a associação porque eu ia às reuniões e não sentia que estava crescendo e eu me sentia mal porque eu queria tentar ajudar e fazer alguma coisa e contribuir e eu sentia que ficava muito na teoria. E aí eu não consegui ficar e comecei a desenvolver meu trabalho na rede, ou seja, pensei que o meu lugar era ali e tentar conscientizar estas crianças da necessidade de estudar, de buscar autonomia e crescer, mas eu não descarto a possibilidade de poder ajudar, foi uma fase na minha vida que eu senti meio frustrada porque agente quer ver a instituição crescer e as pessoas não tem esclarecimento, as ideias parece que não fluem. (Maria José)

Em sua resposta ao questionamento a respeito da renovação das coalizões das pessoas com deficiência, o entrevistado demonstra um nível de consciência que o permite pensar na luta das pessoas com deficiência de forma mais abrangente, de forma que a convivência entre os tipos de deficiência levaria esse grupo à participação no estabelecimento e na modificação das leis estatais. Porém, a luta das pessoas com deficiência por autonomia depende não somente do suprimento das necessidades básicas de tais pessoas, mas da direção dessas pelos intelectuais orgânicos, a fim de renovar a formação de novos dirigentes para os aparelhos privados de hegemonia que possuam consciência política para além da simples implantação de ações que visem apenas à reforma estatal nos moldes do sistema capitalista vigente.

“Na questão da deficiência visual eu percebo que isto está crescendo, deu um atrasozinho grande nesta questão de uma base de luta bem focada, mesmo porque os administradores anteriores da ADEVIUDI tinham o enfoque no benefício e não na promoção da pessoa com deficiência. Trabalhavam muito com cesta básica, assistencialismo, aquela coisa toda. Hoje eu tenho parabenizado o Ivando na sua administração por essa mudança de mentalidade dos diretores que pode, que pode não, que vai refletir na instituição como todo, ele está desenvolvendo um trabalho realmente focado nas necessidades das pessoas com deficiência. O mesmo está acontecendo no seguimento da deficiência auditiva, eles estão com um trabalho bom lá também. A deficiência auditiva tem um problema que é o isolamento e uma crítica minha é que pela deficiência auditiva e dificuldade maior de comunicação fez com que a deficiência auditiva se isolasse. Nós estamos tentando resgatar isto aí e fazer com que esse isolamento se quebre. Mas hoje a base está bem formada porque tem pessoas bem compromissadas dentro das instituições e estão vindo para o conselho de forma bem coerente, agente percebe um fortalecimento, não só dos seguimentos separadamente mas no conjunto.” (Gilmar)

Nessa narrativa, a entrevistada ao falar sobre a representatividade das pessoas com

deficiência visual no conselho municipal associa a luta por autonomia ao nível de instrução e qualificação das pessoas à frente das associações para pessoas cegas e com baixa visão. Entretanto, se um aparelho privado de hegemonia pratica a coerção e o consenso, as outras coalizões não se subordinam necessariamente pelos níveis de instrução de seus intelectuais orgânicos, mas sim pela consciência política que esses possuem no exercício de sua função ao manter e difundir as visões de mundo dominantes. No caso da Pró-Luz, pode-se notar que essa está ligada a um grupo de médicos oriundos das classes dominantes, cujo objetivo é reabilitar a visão de seus pacientes, a fim de normalizar seu convívio social. Com isto, a representatividade das pessoas com deficiência será dirigida conforme a ideologia dominante, apesar de o fato de os intelectuais orgânicos, originados das coalizões das pessoas com deficiência visual adquirirem mais ou menos conhecimento acadêmico ser um fator que contribui tanto na conquista de autonomia, quanto para a manutenção da visão de mundo hegemônica.

Com relação à inércia e o despreparo dos dirigentes das nossas instituições de buscar e olhar lá fora o que está se fazendo e investir mais nas instituições. Eles desconhecem todo trabalho que deveria ser feito com as pessoas com deficiência. Eles precisam se qualificar mais, se não tiveram essa oportunidade quando estiveram na frente da instituição, procurarem outras instituições, ver os trabalhos que são oferecidos lá e tentar de alguma forma implantar nas instituições daqui. Esta falta de compromisso dos dirigentes acaba se refletindo no todo. A partir do momento em que eu me comprometo a administrar algo eu tenho que conhecer o que eu estou administrando e como proceder nos diversos aspectos... Eu acho alguns de nossos líderes muito inteligentes, mas falta para eles estudo e uma formação para ele falar com mais facilidade. A Pró-Luz tem essa força porque aqueles que entraram lá representando as outras instituições para pessoas com deficiência visual não souberam pegar para si. Uma coisa que eu percebo muito no deficiente visual ao longo desta minha convivência, é que a gente tem medo do colega com deficiência ir e falar e se posicionar, e aí a gente prefere entregar para os videntes coisas que pertencem a nós, a gente que deveria está dizendo, não precisamos de porta voz para falar por nós.” (Heloísa).

A respeito da renovação das lideranças do movimento, o entrevistado trata do assunto não somente trazendo as reflexões supracitadas, mas apresenta novas possibilidades de análise para a formação de intelectuais orgânicos. Até quando os intelectuais orgânicos podem barrar ou promover a capacitação de novos intelectuais a fim de difundir e manter as visões de mundo dominantes? Por que ocorre o conflito e a cobrança das pessoas com deficiência que estudam sobre os aparelhos privados de hegemonia? E será que, realmente, tal prática significa necessariamente a mudança da estrutura social que possibilite o exercício da democracia, visando o exercício da contra-hegemonia em relação às visões de mundo dominantes?

“As pessoas com deficiência visual que se formaram ou estão se formando cobram muito da associação, agora eu penso que estas pessoas são as mais capacitadas para assumir um trabalho deste. São vocês que vão nos ajudar a preparar estas pessoas para assumir esses cargos. A volta dos militantes para o combate é graças ao egoísmo desses militantes de pensar em si, faltou uma preparação de capacitação para novas lideranças, mais isto tem que acontecer naturalmente, não adianta agente querer forçar liderança porque ela agente não conquista, é um dom, ser líder não é aquele que faz tudo sozinho, mas para mim o maior líder é aquele que delega funções. Agora se o líder quando deixa a liderança afasta da associação também é egoísmo.” (Ivando).

A ASSOCEGO restringiu-se a ações políticas filantrópicas ligadas a um grupo de médicos que faziam parte dos grupos financeiros mais abastados da cidade e, ao criá-la, tinham como finalidade divulgar o Banco de Olhos, comandado por eles. Para aqueles que não pudessem ser transplantados, restava a participação em ações caritativas, que uniam ao mesmo tempo, o desejo das pessoas cegas ou com baixa visão de fazerem parte da sociedade e um pensamento beneficente, que unia desconhecimento sobre as pessoas com deficiência visual e a dominação político-cultural sobre estas, levando-as ao conformismo sobre sua situação social.

Com respeito à criação de um novo aparelho privado de hegemonia por causa do descontentamento das pessoas cegas e com baixa visão com a atuação da ASSOCEGO, o entrevistado relata:

Esta divisão, eu estava chegando aqui na ASSOCEGO em 1985 quando foi procurada a diretoria para criar um departamento de esporte e isso foi negado. Então o Vital que era quem estava à frente desse trabalho que era novo aqui em Uberlândia o esporte para a pessoa cega e com baixa visão. Então ele procurou outra pessoa, o doutor Érico, que até já faleceu, para criar outra entidade do mesmo seguimento com o propósito de desenvolver o esporte aqui em nossa cidade. Foi feita esta entidade, mas não teve abertura para criar lá o esporte, então o Vital procurou o pessoal de Uberaba e criou-se a ADEVITRIM para especificamente trabalhar com o esporte. A ADEVITRIM foi criada não só por pessoas com deficiência visual, mas por pessoas que enxergavam e eram da comunidade, principalmente estagiários do curso de Educação Física. (Ivando)

Ainda sobre a criação da ADEVITRIM, outro entrevistado, Jaime, coloca a tentativa das pessoas com deficiência visual de exercer uma contra-hegemonia em relação às ideias caritativa difundidas pelo Lions, “em 1985 nós criamos a ADEVITRIM com esportes onde eu participei de atletismo, natação e Goball. Nós fundamos para quebrar aquele patamar do Lions de que eram eles que comandavam.”

A questão sobre a criação da ADEVITRIM leva a entrevistada a retomar a forma de administração da ASSOCEGO, em que as pessoas com deficiência não possuíam voz. A

relação do paradigma caritativo parte da premissa de que um grupo hegemônico exerce sobre as pessoas de classes subalternas a coerção e o consenso necessários para oferecerem algo em troca da subordinação de tais pessoas, a fim de manter a sociedade sem modificações que possam levar a uma contra-hegemonia.

Aí eu entrei em contato com esse grupo e com seu representante que era o Vital que foi uma pessoa que contribuiu muito porque era idealizador e dinâmico, funcionário da Universidade Federal com formação em Direito e tinha a intenção de criar uma nova instituição de cegos. Então eu questioneei a respeito da ASSOCEGO e o porquê de não fazer um trabalho lá, e ele me disse que na ocasião o trabalho não era muito simples, que a primeira coisa que ele queria fazer era rever esse nome de ASSOCEGO porque era um nome que discriminava bastante e ele não gostava. Ele se juntou a um grupinho e começaram a fazer esporte lá na UFU no campus da Educação Física. E esse movimento começou a crescer e o Vital conseguiu parceria com os estudantes, e formou um grupo bom que fazia visitas. (Heloísa)

No processo de criação da ADEVITRIM, a importância dos intelectuais orgânicos foi importante para a formação de novas alianças para que várias ações a favor das pessoas com deficiência visual fossem implementadas. As práticas esportivas ligadas principalmente à faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia tiveram papel importante tanto na habilitação e na reabilitação das pessoas com deficiência, quanto no incentivo à convivência delas com seus pares. É na difusão de uma nova visão de mundo em que setores da sociedade civil começam a legitimar sua luta contra a filantropia e por autonomia de ação.

Além de questões internas institucionais, a criação das entidades voltadas às pessoas com deficiência visual foi permeada por rixas médicas relatadas de forma recorrente pelos entrevistados. Segundo os depoimentos, o pensamento de como deveriam ser tratadas tais pessoas levou-os a apoiar as insatisfações delas.

Com relação à criação da Pró-Luz, a entrevistada conta que esta originou-se de uma rixa entre os administradores da ASSOCEGO quanto à forma de dirigir as ações voltadas às pessoas com deficiência visual, e no caso específico da Pró-Luz, aquelas com baixa visão. Portanto pode-se perceber que a disputa pela hegemonia e o exercício da contra-hegemonia nas coalizões representativas ocorreram tanto entre classe dominada e dominante, quanto dentro da própria classe hegemônica.

Quando teve a fundação da ADEVITRIM nós estivemos lá na chácara da Niza Luz, lá que foi fundada, feito o primeiro estatuto e o doutor Érico Brandão foi convidado e falou de um projeto que ele tinha que seria o Pró-Luz que era de levantar dados de quantos deficientes visuais teriam em Uberlândia na época e que ele já tinha meios para fazer esse censo e colocou a ideia que a partir desses dados ele criaria a Pró-

Luz. Mas quando ele começou esse trabalho eu já me distanciei e nunca participei de nada lá, eu era funcionária da ASSOCEGO e entre aspas, a Pró-Luz nasceu de uma rixa médica com os médicos do banco de olhos da ASSOCEGO. O doutor Érico estava junto com o Vital lá no esporte e como a ASSOCEGO já existia ele falou desse projeto. Quando ele fundou a Pró-Luz o Vital achou que iria trabalhar com ele e depois não teve acordo. (Heloísa)

Em 1989, foi criada uma instituição filantrópica para pessoas com deficiência chamada Pró-Luz, e apoiada por um grupo de médicos, liderado pelo oftalmologista Érico Brandão. A fundação dessa terceira instituição, que possui trabalhos apenas com crianças, consolidou os desdobramentos da divisão da representatividade das pessoas com deficiência visual presentes desde a criação da ASSOCEGO junto ao Banco de Olhos, em 1972. Esta divisão foi crucial na fragmentação da luta dessas pessoas pela autonomia de ação, pois ao mesmo tempo em que as instituições perderam força de luta, também passaram a disputar entre si o poder hegemônico de representar as pessoas com deficiência visual em suas lutas por direitos, criando assim tensões dentro desse segmento.

Um dos reflexos da perda de força desse segmento na luta por direitos foi a atuação institucional representativa no processo de discussão nas coalizões pré-institucionais responsáveis pelas discussões das reivindicações que seriam inseridas no texto das constituições federal e estadual e na lei orgânica municipal. Em todas as documentações obtidas com propostas de artigos a serem inseridos na lei orgânica municipal e na constituição estadual, bem como nos depoimentos, a ADEVITRIM foi a representante oficial das pessoas com deficiência visual e não há relatos de participação da ASSOCEGO.

As coalizões, nacionais e regionais, de pessoas com deficiência a partir do documento publicado pela ONU que instituiu o ano de 1981 como o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência (AIPD) tinham como finalidade traduzir documentos para o Português, estudá-los, pensar em estratégias para aplicar suas recomendações em nível nacional e local, e, principalmente, contribuir com a redação das constituições nacional, estadual e das leis orgânicas municipais.

Quando questionada sobre a sua participação na elaboração da lei orgânica municipal, a entrevistada revela que não possuía a consciência política necessária para discutir a fundo as questões relativas às pessoas com deficiência visual, revelando uma fase econômico-corporativa voltada à identidade com seus pares, mas sem a pretensão de reivindicar a participação na elaboração e mudanças das leis vigentes, pois a sua noção de luta pela autonomia diferia da apregoada pelas associações.

A lei orgânica era muito pouco discutida, aliás, muito pouco posto em prática, as diretorias das associações tinham isto em mente, tanto é que eu fui a algumas reuniões na ADEVITRIM e percebia que iam pessoas esclarecidas lá para discutir estas leis, mas ficava só na teoria porque se a pessoa não tem argumentos em cima das necessidades ela perde direitos. (Maria José)

Uma das questões levantadas pelos relatos foi a distância entre as abordagens teóricas e as reais necessidades das pessoas com deficiência visual nos debates das coalizões. Quando aqueles que se colocam como intelectuais do grupo se afastam das vivências daqueles aos quais eles se propõem representar, a luta pela efetivação de direitos é pouco eficaz, pois não há identificação necessária capaz de unir a técnica à práxis dos indivíduos.

Ainda sobre a questão da lei orgânica, Ivando coloca que a sua consciência política na época da lei orgânica buscava apenas o suprimento de suas necessidades básicas e não básicas, pois apenas em 2009, pelo fato de iniciar sua gestão como presidente da ADEVIUDI, entrou em contato com a lei orgânica e compreendeu a necessidade de participar de sua execução.

Eu não participei, naquela época eu não tinha a mente voltada para as políticas públicas, até porque na época da ASSOCEGO nós também não tínhamos direito de estar participando, era restrito isso. Mais eu vim conhecer sobre a lei orgânica do município em 2009. (Ivando)

Com frequência, pode-se encontrar relatos que tentem homogeneizar as práticas dos segmentos das pessoas com deficiência e suas lutas por direitos como se todos os militantes tivessem o mesmo pensamento. Entretanto, os grupos sociais são homogeneizados por meio dos seus intelectuais orgânicos e da união desses com outros grupos, mas em suas atuações em defesa dos interesses do segmento passam a impressão de que todos militam em um mesmo compasso.

No caso das discussões com relação à lei orgânica municipal, vários militantes que hoje estão à frente das coalizões, estavam iniciando sua trajetória de participação e vieram tomar conhecimento de seus direitos vários anos depois da lei orgânica ter sido promulgada.

A fala de Jaime, acerca de sua percepção de como as discussões sobre a lei orgânica não chegaram à maioria das pessoas com deficiência visual participantes das associações oferece uma possibilidade de análise da relação entre o acesso à escolarização, a atuação dos intelectuais orgânicos e a ligação desses com a classe social dominante, pois até mesmo o acesso à educação depende da forma como a hegemonia é exercida na sociedade.

A lei orgânica eles fizeram um comunicado, mas não foram todas as pessoas porque tinham exclusão e iam as pessoas que sabiam mais das leis e das condições, eu mesmo não participei, fui excluído nesse sentido e puseram aquelas pessoas que

tinham mais um pouco de estudo, eu não posso te falar abertamente se isso foi levado ao conhecimento de todos. (Jaime)

A questão do nível de instrução é uma tensão constante nas falas dos indivíduos, pois a tendência das pessoas com deficiência, quando adquirem a técnica, é desconsiderar a prática dos militantes com pouco grau de escolaridade cujo papel também é importante na defesa de direitos. Porém, o grau de instrução é importante na construção argumentativa dos debates sobre as necessidades do segmento, principalmente quando eles transcendem o campo da sociedade civil e chegam à sociedade política.

As conjecturas mecanicistas que tornaram a teoria subordinada e acessória à prática não possuem sustentação, pois esta e aquela estão no mesmo nível de importância na constituição da consciência e na formação dos intelectuais orgânicos e dos homens coletivos. Esta impressão de acessório e subordinado ocorre pelo fato de após o processo de uma determinada parte da massa assumir um discurso ideológico e passar para o estrato dos grupos dominantes, consequentemente ela se afasta da maioria daqueles que vivenciam a prática. Porém a formação de um intelectual é composta de tensões, reagrupamentos e depende da adesão daqueles militantes mais simples à sua visão de mundo, pois não existe autonomia sem organização. Ocorre que, em vários casos, os intelectuais se distanciam das massas. Seja qual for o grau desse distanciamento, dá-se a impressão de que a teoria é subordinada à prática e vice versa, gerando análises históricas mecânicas em fase primitiva e econômico-corporativa em que a qualidade da infraestrutura gera a formação e a existência da superestrutura. O mecanicismo, o fatalismo e o determinismo são parte de uma ideologia imediata da filosofia da práxis necessária e justificada pelo caráter subalterno de vários grupos sociais que não possuem iniciativa ou, quando a luta termina, o mecanicismo transforma-se em força de resistência moral, perseverando como senso comum.

Era muito fechado, não tinha muito a discussão de luta por direitos não. Quando eu tive a oportunidade de trabalhar como professora na ASSOCEGO, que inclusive o Lázaro que era deficiente visual era diretor administrativo e veio trazendo a educação para a associação e tinha algumas salas que trabalhavam o ensino do Braille e a alfabetização e as pessoas tentavam prejudicá-lo, como eu disse era uma coisa muito estranha, ele tentava fazer algo, mas uma pessoa sozinho não dá conta, você tem que ter um sindicato ou um grupo que responda por você, ele lutou pela causa sozinho e quando ele não conseguiu mais ele saiu e deixou por conta de outras pessoas. (Maria José)

Antes de eu entrar lá como professora aquelas que trabalhavam lá nem eram registradas. A partir do Lázaro é que começou a correr atrás para registrar estas professoras porque era um direito, você vê, ele tentou fazer alguma coisa. A associação começou a passar por umas crises financeiras, a subvenção não estava resolvendo o problema nem as necessidades da ASSOCEGO. Então ela acabou sendo extinta e nós professoras fomos demitidas por justa causa. Nesses seis anos

que eu trabalhei lá foi muito bom e eu aprendi bastante, o Lázaro foi um exemplo de luta que eu considero parcialmente vã porque ele não pôde fazer muita coisa. Ele me contratou em 1988 e a associação foi extinta em 1994. (Maria José)

Como a discussão sobre os direitos das pessoas com deficiência visual era bem limitada no interior da ASSOCEGO, em 1988 alguns membros da ADEVITRIM participaram das discussões da lei orgânica, evidenciando a pouca força institucional que as pessoas com deficiência visual adquiriu no fim dos anos 80 e no decorrer dos anos 90. Um relato interessante é a atuação de apenas um cego que fazia parte da diretoria da ASSOCEGO, mas que, porém, não representava a filosofia benemérita desta instituição. No começo dos anos 90, a instituição começa a sofrer crises financeiras importantes que levariam à interrupção das poucas atividades de alfabetização que eram mantidas pela instituição por meio de donativos.

O único lugar que a gente sabia era o Instituto Brasil Central de Uberaba que era um espelho para nós aqui em Uberlândia. Os dirigentes queriam que a associação chegasse a ser como no instituto, mas infelizmente as pessoas derrubaram muito nesse sentido e achavam que não poderiam melhorar aquilo ali dia a dia. Hoje nós temos o presidente ali que é deficiente visual e muitas pessoas que entraram e saíram e já fizeram muita coisa pela associação porque só de ter aquele prédio hoje nós temos sempre que agradecer ao Milton Leite que foi um fundador mesmo da associação... Além disso, tinha o ensino do Braille e só, não era apoio às escolas, só o ensino dele mesmo. (Jaime)

No fim de 1980, a ASSOCEGO promoveu salas de alfabetização em Braille para pessoas cegas e com baixa visão. A referência de pessoas com deficiência mais próxima de Uberlândia era o Instituto Brasil Central de Uberaba que funcionava com internato e possuía uma escola especializada em seu interior com o objetivo de habilitar e reabilitar as pessoas com deficiência visual ao mundo externo à instituição. Havia, também, a preocupação com a inserção de cegos no mundo do trabalho,

A fábrica de vassouras foi criada através do programa Pequenas Empresas Grandes Negócios, nós começamos com três pessoas e fomos aumentando. Um senhor que havia implantado essa fábrica em Goiás falou que nós éramos capazes e deu a primeira aula de como fabricar uma vassoura e como aproveitar o material para não desperdiçar, então ele nos ensinou tudo. Hoje não existe mais, mas foi uma condição muito boa que ele nos deu e hoje eu sei fabricar uma vassoura através dele. (Jaime)

Fora isso nunca teve nada para empregar a pessoa com deficiência, nunca teve. Inclusive nós temos que dar os parabéns para muitas pessoas que estão buscando e sempre procurou defender a causa da empregabilidade para a pessoa portadora de deficiência visual e agora que está sendo mais aceito na sociedade porque antes nós não éramos considerados e não tinha condições para ter indo até o local desenvolver seu trabalho. (Jaime)

Na fábrica nós tínhamos a comissão do que fizesse e do que vendesse, então não tinha aquele salário, você ganhava aquilo que produzisse e vendesse. Foi a má administração do presidente da associação que deixou nas mãos de uma pessoa incompetente que dizia ser mais que meu cunhado. Eu e ele éramos sócios contribuintes e batíamos de porta em porta para arrecadar nem que seja dois reais, um real, aquela quantidade que a pessoa pudesse arrecadar mensal para a entidade. Então até isto foi cortado e aquela pessoas que doavam foram cancelando sua ajuda.

Nós tínhamos três secretárias e duas pessoas para receber as doações das pessoas e a associação tinha uma renda que ela nunca dependeu de subvenção da prefeitura, então era a fábrica de vassouras chamada Tatolux e as doações. (Jaime)

Para manter as suas atividades institucionais, a ASSOCEGO criou uma fábrica de vassouras para empregar seus associados, bem como buscar um sustento alternativo. Isso ocorreu por meio do contato de um dos membros da diretoria com outros lugares em que esta atividade era aplicada e, em seguida, buscou-se o financiamento desse empreendimento junto ao programa do SENAI, Pequenas empresas e Grandes negócios.

Entretanto, a manutenção dessa fábrica combinou o trabalho manual com a má remuneração, condições de trabalho precárias e a submissão dos cegos a essa atividade. Esses fatores foram decisivos para instauração de uma crise econômica que culminaria na suspensão de todas as atividades da associação.

O CEMEPE começou porque a associação havia quebrado e eles fecharam as portas. Então a Heloísa que já trabalhava no CEMEPE e outras professoras pediram para a presidente da associação para usar o espaço do prédio já que a associação iria fechar. (Jaime)

Aí eu e minhas colegas de trabalho com deficiência juntamos os alunos e começou a correr atrás de políticos na cidade para dar apoio à instituição e a gente conseguiu salvar a lavoura. Mas foi um paliativo para aquele momento e ela não conseguiu oferecer mais apoio para o deficiente. Conclusão: eu já estava na rede municipal e conversando com minha coordenadora eu achei que como todos os diretores recentes da instituição falavam tanto de um contrato de comodato com o município, que se o município encampasse a associação ele cuidaria desta parte pedagógica, ofereceria outros trabalhos e daria um tempo para a associação se recompor. Então eu em conversa com eles consegui convencer porque eu achava que o contrato de comodato seria uma boa porque a gente iria entrar com a estrutura e emprestar a sede para o município e agente iria oferecer um trabalho bom para o cego. Só que o negocio lá ficou centrado mais em estudos, pesquisas, e acabou que não se oferecia quase nada para o cego. (Heloísa)

A partir de 1994, a associação fecha suas portas e o espaço é cedido ao CEMEPE (Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz), permanecendo apenas o apoio educacional aos alunos com deficiência que estudavam nas escolas municipais. Desta forma, as pessoas com deficiência visual em Uberlândia perdem a pouca representatividade que tinham por meio da ASSOCEGO e a ADEVITRIM restringiu-se à promoção de práticas esportivas em conjunto com a faculdade de Educação Física da UFU, deixando de lado a luta por direitos.

Isso mostra que os caminhos trilhados pelas instituições do segmento das pessoas com deficiência se diferenciam tanto pelos tipos de deficiência (física, visual, intelectual e auditiva), quanto dentro das categorias pois, ainda que as pessoas com deficiência física tenham sofrido divisões ao longo dos anos 90, houve a continuidade do papel representativo

da APARU, bem como o amadurecimento de militantes formados entre o começo dos anos 80 até meados dos anos 90, conforme relata Idari em sua fala abaixo:

Voltando a questão da divisão o movimento da deficiência física foi o único que não dividiu até a década de 1990 e isto favoreceu muito, enquanto os outros movimentos dividiram rapidamente. A conquista se dá por dois motivos: pelo benefício e pela luta. Nesse campo a pessoa com deficiência física lutou mais tempo unificado que os outros, as conquistas para a deficiência física vieram porque elas foram à luta primeiro, isso é necessário para que as pessoas com outras deficiências entendam e passem a ir atrás, porque o poder público que é o responsável por oferecer os serviços que são oferecidos hoje, e que estão faltando, só funciona por demanda, então se não tem demanda de um seguimento e tem de outro então está faltando demanda porque tem reivindicação. Não tem colo ter cinco falas sobre o mesmo objeto, é preciso ter um pensamento único, fazer uma reivindicação consciente ao poder público e cobrar resultados. (Idari)

Este relato ratifica a distinção entre as conquistas das pessoas com deficiência e evidencia como a luta destas por direitos transita entre a legalização de benefícios e a luta pela autonomia. Ainda que a APARU, ao longo dos anos 90 e início da década de 2000, tenha passado por várias crises financeiras, escassez de mão de obra especializada para trabalhar na instituição e se estagnado na formação de intelectuais orgânicos, ela conseguiu, por meio dos representantes do segmento, formados nos anos 80 e início dos anos 90, promover mobilizações na cidade de Uberlândia e tornar-se referência em relação à habilitação, reabilitação e lutas por direitos.

Em todos os sentidos, pessoas que tenham capacidade e qualificação para participar dos cargos maiores para a defesa do deficiente visual como a superintendência, mesmo dentro lá da prefeitura, eu acho que agente só vai melhorar quando tiver um deficiente visual no poder público como vereador, até mesmo como assessor mais direto ou em uma secretaria, porque tivemos o Edson que foi secretário e diretor de superintendência, temos lá o Gilmar, tivemos o Idari, todos são deficientes, mas tem sempre aquele ditado que alguém sempre puxa mais sardinha para o seu lado. Então eu acho que as pessoas com deficiência, principalmente os mais novos, com ideias e energia novas tem que confrontar e se posicionar para que seja mais valorizado e que haja mais inclusão do deficiente visual. (Neusa)

Edson, Idari e Gilmar começaram sua militância como intelectuais orgânicos dentre as pessoas com deficiência física e foram sucessivamente os presidentes do Conselho Municipal, desde 2002, quando foi criado, até data atual. Edson ocupou o cargo de superintendente, entre os anos de 2010 a 2012, Gilmar e Idari são funcionários da Secretaria de Planejamento Urbano, tendo iniciado sua carreira em 1998. Atualmente, Gilmar está cedido para a superintendência como apoio administrativo e não como superintendente, cargo que é atualmente exercido por uma pessoa sem deficiência.

Em Uberlândia nunca teve acessibilidade para o portador de deficiência visual porque inclusive é taxado todo portador de deficiência física, eles não incluem o deficiente visual. (Jaime)

A estabilidade adquirida pela instituição de pessoas com deficiência física fez com que uma hierarquia se estabelecesse dentro das coalizões de pessoas com deficiência e no campo da sociedade política na luta por direitos. Isso criou uma rivalidade entre os intelectuais ligados à deficiência física e os militantes com outros tipos de deficiência, evidenciando um cenário diferente daquele estabelecido nos anos 80 com a luta conjunta pela autonomia. As tensões geradas dentro do grupo das pessoas com deficiência se intensificaram na medida em que as pessoas com deficiência física ocuparam espaços na sociedade política, inclusive cargos e cumprimento de decisões de políticas públicas. Devido a esta hierarquização dentro do grupo das pessoas com deficiência, a discussão e a promoção da acessibilidade se direcionaram mais para o campo da deficiência física, fazendo com que as necessidades destas fossem generalizadas para todos os tipos de pessoas com deficiência e, por consequência, fez com que pessoas com um tipo de deficiência falassem em nome do todo.

Olha, elas discutiam muito, a ADEVITRIM discutia muito sobre a ASSOCEGO porque esta fazia as coisas e aquela achava que não dava conta e vice e versa, ah, o fulano faz, eu não dou conta então jogo pedra e era aquela rixa que eu não entendia. Eram duas entidades que tinham a mesma finalidade, mas uma não conseguia fazer muito porque a outra ficava tentando derrubar, uma coisa muito estranha... A Pró-Luz a gente sabe que é uma instituição filantrópica que atende as crianças com baixa visão até os dezesseis anos com estimulação precoce educando o jeito de enxergar com equipamentos oftalmológicos e dão apoio à sala comum e se a perda visual é progressiva enviam para a rede municipal para que a criança aprenda o Braile, então é um trabalho de parceria mesmo. (Maria José)

A Pró-Luz, a ADEVITRIM e a ASSOCEGO não tinha ligação entre uma e outra, sempre aquela rivalidade, cada uma queria ser mais que a outra. A associação não conseguiu mais coisas devido a esta rivalidade e individualidade entre os próprios administradores juntamente com a sociedade. Acho que a unificação é importante nesse sentido, estar trabalhando em conjunto. (Jaime)

A rixa entre as associações de pessoas cegas e com baixa visão deixou uma lacuna de poder institucional representativo prejudicando, assim, a conquista de alguns direitos específicos na lei orgânica municipal, como a instalação de semáforos adaptados (relatado por Idari em sua dissertação). Com a finalização das atividades da ASSOCEGO, em 1994, as pessoas cegas perderam a pouca referência e a prestação de serviços que encontravam na associação. Assim, a Pró-Luz ganha destaque como prestadora de serviços em seu papel de entidade para pessoa com deficiência, e que, desde essa época, assume a tarefa de educar a funcionalidade visual de crianças e adolescentes com baixa visão, e mais tarde viria a ser a representante mais consistente das pessoas com deficiência visual nos órgãos representativos

ligados à sociedade civil e política que defendem a acessibilidade em geral.

Eu vim a ter conhecimento da sala Braile quando eu comecei a fazer faculdade e descobri que lá teria pessoas para me ajudar porque eles faziam trabalho com voluntários que faziam as leituras e auxiliar os deficientes visuais que estavam estudando. Agora eu sinto que eles têm buscado parcerias com o MEC e com outros para adquirir recursos, mas eles não sabem como utilizar e não fornecem um profissional que atenda as necessidades das pessoas com deficiência quando elas precisam. Não basta ter o recurso, é preciso saber como utilizar e tirar o máximo dele. (Maria José)

Com a ADEVITRIM dedicada apenas ao apoio às práticas esportivas, a ASSOCEGO inativa e a Pró-Luz restrita a oferecer serviços às crianças e adolescentes com baixa visão, as crianças cegas e os adultos cegos e com baixa visão que precisavam de algum auxílio, seja para habilitação e reabilitação ou para a escolarização se deparavam com a ausência de um ponto de referência, tal qual o Instituto Brasil Central localizado na cidade de Uberaba/MG, ainda que este fosse um internato.

Em 1995, um servidor cego ingressa por concurso como funcionário na prefeitura municipal de Uberlândia e por não existir um espaço apropriado para ele exercer sua função administrativa, foi criado um setor na Biblioteca Municipal chamado sala Braile. Esta seção passou a receber livros, materiais adaptados e revistas em Braile, em áudio e em tipos ampliados que vinham de instituições prestadoras de serviços a pessoas com deficiência visual como o Instituto Benjamin Constant e a Fundação para o Livro do Cego, atual Fundação Dorina Nowill para Cegos. Além disso, a sala Braile passou a oferecer o serviço de leitores voluntários, a fim de ajudar pessoas cegas ou com baixa visão a concluir seus estudos. Também passaram a ser ministrados cursos para ensinar o sistema de leitura e escrita Braile, de sorobã – que auxilia no aprendizado da Matemática –, orientação e mobilidade, pintura e outros.

Em 1993 a gente estava com muita dificuldade, eu acabava de entrar na universidade e eu estava com muita dificuldade, veio outro concurso e eu fui aprovada. A médica não queria deixar uma colega minha com cegueira tomar posse, então eu fui com ela até a secretaria de educação e a secretária deixou ela ir para a instituição e eu fiquei um cargo na prefeitura e outro na instituição. Já se discutia sobre deficiência porque a prefeitura estava implantando um projeto chamado Ensino Alternativo. A meu ver há uma brecha na educação em Uberlândia o que causa uma fragmentação de recursos, a gente tem que ficar correndo atrás da biblioteca e com toda nossa dificuldade de locomover há uma perda grande e significativa de tempo, aí a gente vai à biblioteca e busca um pouco de recurso que tem lá, tinha a ASSOCEGO buscava outro pouco lá, vai à ADEVITRIM e busca o que lá oferecia, eu sempre achei isso uma falha em Uberlândia que tem uma estrutura boa, eu não sei o que acontece, existe questões políticas que permeiam toda esta situação que acaba desnortando agente que não sabe onde lutar e o que fazer para melhorar nossa condição de vida e dar mais recursos aos outros que virão. Eu observo em Uberaba a

concentração de recurso, que dizer, você vai a um lugar e tem basicamente quase todas as assistências necessárias para sua formação em apenas dois lugares lá, e aqui agente tem tanto lugar! Será que se juntasse um pouco daqui e dali não conseguiria formar algo que conseguisse abarcar melhor a situação? (Heloísa)

Em 1991, foi criado um sistema na Prefeitura Municipal de Uberlândia, ligado ao CEMEPE, de apoio a alunos com deficiência da rede municipal, chamado Ensino Alternativo, no qual alguns dos entrevistados atuaram. Em 1994, o Ensino Alternativo passou a funcionar no prédio da ASSOCEGO, mas se destinando mais a resolver questões administrativas do que a oferecer apoio aos discentes com deficiência, bem como aos seus docentes.

Nesse sentido, os serviços de habilitação, reabilitação e apoio educacional a pessoa com deficiência visual em Uberlândia ficaram sucateados, a mercê de voluntários, da escassez de profissionais, do pouco diálogo entre as instituições e da falta de referência na luta de tais pessoas pelo direito ao exercício da autonomia, cujos efeitos são sentidos até os dias atuais.

A gente ficou sabendo um dia antes que iria ter eleições, na época a gente estava na ADEVITRIM que também não tinha condições, a ideia era acabar com a ADEVITRIM e trazer ela para cá e ficar somente com a ASSOCEGO e criar um departamento de esporte aqui. Então montamos uma chapa só com pessoas com deficiência visual e chegamos aqui para registrar a chapa e não pudemos. Naquele dia os horários para registrar a chapa eram dez horas da manhã e sete horas da noite, e, como fomos impedidos de registrar as dez, a gente se reuniu no pátio e entrou em acordo para apoiar a outra chapa montada, só que aí nós fomos trabalhar, fomos à luta e começamos a estudar o estatuto e vimos que podia entrar como vice-presidente mas se caso o presidente sáísse o cego não poderia assumir, e assim montamos uma chapa. Quando chegou as sete eles acharam que iriam proclamar a chapa deles vencedora, mas nós apresentamos nossa chapa e foi aceita. O processo de eleição começou pelo lado deles, mas chegou ao nosso lado conseguimos ganhar a eleição por vinte e quatro a vinte e dois votos. Foi um dos momentos mais gostosos da minha vida ter participado desta votação e ganhado a eleição porque aquilo foi uma conquista muito grande e a liberdade de expressão das pessoas com deficiência visual. (Ivando)

O caso do CEMEPE foi uma rixa entre os deficientes visuais, eu lembro que a gente fez uma assembleia muito pesada, a gente ficou muito desarmado, nós quanto profissionais. (Maria José)

Antes do término do contrato que cedeu o prédio da ASSOCEGO à prefeitura municipal de Uberlândia, ocorreu a mudança na liderança da secretária de educação municipal e levantou-se a possibilidade de utilizar-se o espaço para o funcionamento de uma escola infantil, pois as atividades do CEMEPE e do Ensino Alternativo foram transferidas para um prédio da prefeitura. Os antigos diretores da associação convocaram uma reunião com a finalidade de retomar as atividades e escolher uma diretoria, devido à recusa de ceder o prédio à prefeitura para ações que não envolvessem a educação especial.

No dia anterior à eleição, um grupo de deficientes visuais filiados a ADEVITRIM

ficou sabendo dos fatos e no outro dia foram registrar uma chapa composta por pessoas cegas e com baixa visão. Como tal registro não foi aceito, eles estudaram o estatuto e, às 19 horas do mesmo dia, conseguiram registrar a chapa porque nele constava que isto poderia ser feito no mesmo dia da eleição. Além de retomar o prédio, o objetivo desse grupo era modificar o estatuto para que fosse obrigatória a eleição de pessoas com deficiência visual para os cargos de presidência, vice-presidência e tesouraria.

Quando fez quatro anos que estava de contrato legalizado pela prefeitura, os deficientes resolveram fazer uma revolução porque achava que a prefeitura iria tomar o prédio dos deficientes, na cabeça deles era isto que iria acontecer e não era a prefeitura fez um contrato por dez anos que podia renovar ou não renovar. Só que quando fez quatro anos os deficientes se revoltaram contra isto, não queria estudar, trabalhar, fazer nada e foram lá para brigar para reconquistar o prédio. (Maria José)

Esse grupo de deficientes junto com o Adelino Peixoto, filho de um dos fundadores da ASSOCEGO, digo um dos primeiros diretores, porque até então a ASSOCEGO só poderia ser administrada pelo Lions, só por pessoas videntes e indicadas pelo Lions, tomou o prédio de volta e falaram que para a escola normal eles não cederiam, somente se continuasse o trabalho voltado à educação especial. Aí a ASSOCEGO retomou as atividades só assim no papel, e quando o município entregou o prédio à ASSOCEGO um grupo de deficientes começou a se organizar para elaborar um novo estatuto, mudar esse nome da associação de ASSOCEGO para ADEVIUDI e começou o trabalho, era bem precário, aliás, não tinha nada lá, eles se reuniam lá, tinha o horário de abrir e fechar, eles não tinham nenhuma proposta de trabalho. (Heloisa)

Além de demonstrar a insatisfação por parte das pessoas com deficiência visual com a administração institucional que os proibia de conduzir os trabalhos, esse acontecimento mostrou uma tensão dentro desse segmento, pois as profissionais cegas que atuaram no Ensino Alternativo, junto ao CEMEPE, não concordaram com a forma de rompimento do contrato com a prefeitura e julgaram de forma negativa a tomada do prédio. Na concepção das entrevistadas, esse grupo de cegos teria se unido aos membros do Lions a fim de retomar atividades, o que prejudicou o trabalho desenvolvido por elas na escolarização dos alunos com deficiência. Em contrapartida, aqueles que queriam retomar o prédio estavam convictos de que a prefeitura e os antigos administradores dos grupos de caridade disputavam com os associados a posse da sede.

Esse sistema de administração do estatuto impediu que o deficiente pudesse chegar mais cedo junto a esta luta do seguimento da pessoa com deficiência, e, na luta por seus direitos, hoje é um prejuízo grande que tivemos por causa disso, acaba que o pessoal que estava administrando pensava que nós deficientes não éramos capazes de administrar nosso próprio seguimento. Você vê nestas reuniões que a luta das pessoas com deficiência física APARU e dos surdos ASUL começaram em tal ano sendo que a ASSOCEGO é a entidade mais antiga de 1972, então eu acredito que quando foi mudado a razão da ASSOCEGO na época e passou a chamar ADEVIUDI em 1999, foi um avanço muito grande que o seguimento teve, mesmo com tantas dificuldades que encontramos. (Ivando)

Enquanto em 1999 houve a mobilização dos associados para administrar a ASSOCEGO, em 1994 a APARU já havia modificado seu estatuto para que fosse obrigatória a eleição de pessoas com deficiência física para os cargos de presidente, vice-presidente e tesoureiro da instituição. Com isto, percebe-se a disparidade de atuação na luta por direitos e pela participação nas decisões políticas referentes a esse grupo.

Criou-se com esta administração antes de 1999 uma cultura das pessoas fazerem por nós, responder por nós, então eu penso que agora a gente está acreditando que somos capazes de estar nos representando e falando por nós mesmos. (Ivando)

Você percebe que várias instituições do segmento da pessoa com deficiência visual eram administradas por pessoa que enxerga, você vê na época da ASSOCEGO, a Pró-Luz hoje, o Instituto dos Cegos de Uberaba, o Instituto dos Cegos de São José do Rio Preto que quando teve essa mudança em que o deficiente passou a assumir a responsabilidade se criou um medo muito grande na diretoria daqui de perder novamente esse espaço que foi conquistado pelo fato de falta de conhecimento da lei maior que é o estatuto quando foi mudado. Isso reprimiu muito o segmento fechou a ADEVIUDI para a sociedade. Então o processo ficou parado porque os diretores anteriores tinham medo, não tinham a visão de que nós poderíamos administrar nosso segmento, mas para isso a gente também precisava das pessoas que enxergam e não poderíamos descartar estas pessoas. Eu acredito que nós só vamos conseguir algo com parceria, não precisa que a pessoa que enxerga administre para nós, mas que eles nos auxiliem e nos ajudem, arrastar nós não. (Ivando)

De certa forma, a divisão das associações, a inatividade da ASSOCEGO e o investimento da ADEVITRIM no esporte fez com que algumas pessoas com deficiência entrassem em contato com outras realidades por meio de viagens paradesportivas, e consequentemente trocassem experiências com outras pessoas cegas e com baixa visão de vários lugares do Brasil. Esse contato com os pares foi importante para a formação da identidade desses militantes e deu-lhes a consistência necessária para demonstrar sua capacidade de direção política com relação ao segmento de pessoas com deficiência visual.

Esta diretoria foi eleita especificamente para realizar a mudança do estatuto e o nome de ASSOCEGO para ADEVIUDI. Nós trabalhamos quatro meses fazendo as mudanças do estatuto e nos reunindo de casa em casa. Quando nós apresentamos o estatuto e colocamos que só poderia ser presidente pessoas com deficiência visual criou uma diferença muito grande com as pessoas que enxergavam porque eles achavam que nós estávamos discriminando eles, e eu tentei mostrar para eles que da forma que estava era que existia discriminação e que da forma que iria ficar não tinha discriminação porque o seguimento é nosso da pessoa com deficiência então nada mais justo que o deficiente administrar, um exemplo era a APARU que poderia ser presidente vice e tesoureiro somente pessoas com deficiência física. Não foi fácil, mas conseguimos reverter isto graças a nossa luta. (Ivando)

Após a eleição da chapa composta pelos associados da ASSOCEGO, começaram os procedimentos para a reformulação do estatuto de acordo com os ideais de seus integrantes e

espelhados na organização de outras instituições de pessoas com deficiência, incluindo a APARU.

A partir desse momento, as pessoas sem deficiência visual passaram a ser tratadas como coadjuvantes nas ações institucionais e não mais protagonistas nas lutas das pessoas com deficiência visual.

Passou os outros diretores a que a gente vai crucificar eles? Não, a gente tem que agradecer estas pessoas que pegaram a associação na era 1999 são todos deficientes visuais sem uma preparação, sem capacitação... Quando nós pegamos a associação a gente não tinha onde sentar porque não tinha móveis, a gente usava caixote de verduras da CEASA. Quando a gente fez essa mudança o presidente na época falou porque que a gente não dava a associação para a secretaria de saúde e perguntou com o que a gente iria administrar ela, então eu falei que nós iríamos administrar a associação que esse era nosso sonho e não iríamos abrir mão disto, que seja com galinhada ou eventos pequenos. (Ivando)

Primeiro eu fui para a ADEVITRIM, fiquei lá durante dois anos, só que o Charles formou uma chapa e veio para a ADEVIUDI, era maio de 1999, dia 22 de maio foi quando foi reinaugurada a antiga ASSOCEGO com o nome de ADEVIUDI. No ano seguinte fui convidada a participar na diretoria com tesoureira. Aí quando terminou a administração o Ivando candidatou e venceu, aí eu era diretora social. Daí ele teve um problema de saúde, adoeceu e eu fiquei presidente no lugar dele. Depois em 2003 foi feita a eleição e eu fiquei por mais três anos. Em 2005 eu fiquei como vice e um outro assumiu até 2010 quando eu renunciei e saí daqui. Há três anos estou na ADEVITRIM na diretoria como diretora social. (Neusa)

Após a formalização da ADEVIUDI como instituição representativa, a militância de seus associados começou do zero, desde a busca pela doação de móveis, equipamentos de trabalho, até ajuda financeira por meio da realização de eventos que pudessem colaborar na manutenção da estrutura institucional. Além disso, por várias vezes, a instituição enfrentou o despreparo administrativo de seus dirigentes no processo de reconstrução institucional, frente à luta desse segmento por direitos e a fim de nortear e fortalecer o aprendizado político, visando à condução das necessidades dos associados.

Aí quando foi em 2001 o Miron (presidente da ADEVIUDI) começou a articular através da secretaria de educação que a gente fosse para lá fazer um trabalho de alfabetização Braille, um professor que trabalhasse com a baixa visão e aí o município cedeu a Rosângela e a mim para que a gente desse início a um trabalho lá. Só que eu fiquei na instituição e a Rosângela foi para a ADEVITRIM, eu fiquei em uma instituição e ela em outra e as duas não tinham nada para oferecer porque estavam retomando suas atividades. Em 2004 eu entrei com um projeto na prefeitura através dos representantes da instituição para que a associação recebesse aquela verba municipal para começar algum trabalho porque estava impossível! Não tinha como! A gente reivindicava uma subvenção municipal para oferecer um trabalho melhor, porque a minha proposta era que Uberlândia tivesse um semi-internato em que a criança tivesse o apoio pedagógico na escola e fosse para a instituição participar de oficinas de música, artes, informática, e então a ADEVIUDI passou a receber a subvenção do município. Anteriormente não se tinha nada porque não se tinha recurso para oferecer. É muito difícil conseguir um trabalho com voluntariado com muita sequencia, então tem que ser feito por profissionais que tem vínculo empregatício com as instituições, só assim o trabalho pode satisfazer os anseios da

classe. (Heloísa)

Ao longo dos anos 2000, tanto a ADEVIUDI quanto a ADEVITRIM sofrem com a escassez de profissionais que realizassem trabalho contínuo na instituição, pois a maioria das ações desenvolvidas era proveniente de trabalhos voluntários e doações de associados, pessoas da comunidade e pessoas jurídicas. Alguns associados das duas instituições pediram auxílio a algumas secretarias municipais, como a Secretaria de Educação, com o propósito de conseguir profissionais pagos pelo poder público que conseguissem desenvolver, com consistência, um trabalho nas associações com consistência. Nesse quesito, a Pró-Luz continuou consistente, pois contava com profissionais, ainda que poucos, com salário fixo, e uma continuidade de trabalho estável. Nesse período, as associações de pessoas com deficiência visual também procuraram a prefeitura a fim de conseguir uma subvenção, para que elas pudessem contar com uma verba fixa.

Elas sempre foram individualistas, tanto que quando fundaram a ADEVIUDI, ela e a ADEVITRIM nunca procuraram unificar porque sempre teve um grupo de deficientes visuais que queriam a unificação, mas é sempre um querendo puxar o tapete do outro sendo que nenhum dos lados é remunerado, não é rentável e nem ganham nada com isto, não é um lugar que a gente ganha cinco ou dez mil reais para estar à frente dos trabalhos. Ali tem que ter muita garra e gostar muito para fazer melhor para nós, tem que ter união entre os deficientes de ambos os lados pela melhoria, a deficiência é de todos, todos tem a mesma deficiência. (Jaime)

Antigamente a ADEVIUDI e a ADEVITRIM eram duas rivais, não as entidades, eu vou explicar, mas os diretores Charles e Miron, como se diz, não se davam, tinham lá suas ideias, por motivos profissionais e pessoais não lutavam juntos pelo bem das duas entidades e não procuravam seguir a mesma trilha para conseguir coisas melhores para as duas entidades. No meu tempo foi melhorando o relacionamento entre elas. Só que com toda essa evolução a gente ainda sente que tem uma certa indiferença não entre as entidades, mas entre seus dirigentes, enquanto deveria ser banido de vez porque juntos eles conseguiriam coisas muito melhores. Houve uma época que até se falou em uma unificação das duas entidades, até eu participei essa época de uma reunião lá na prefeitura, só que na época o Clayton e o Miron se desentenderam lá dentro porque para elas se unificarem teria que ser na ADEVIUDI a sede principal e a ADEVIUDI queria que a ADEVITRIM viesse para sua sede e que a diretoria da ADEVITRIM fosse extinta e se formasse uma só diretoria. Depois não se falou mais em unificação, até onde eu sei não. (Neusa)

Assim como a ADEVIUDI, a ADEVITRIM tentou redirecionar suas práticas para além do esporte, porém sem muito sucesso. A inatividade das duas associações afastou antigos e possíveis militantes, e isso fez com que o apoio educacional, de habilitação e reabilitação, a prática de esportes e o acesso à cultura, dentre outros serviços possíveis, continuassem sucateados, enquanto a ADEVIUDI e a ADEVITRIM se encontravam em um embate na luta pela representatividade das pessoas cegas e com baixa visão. A rivalidade dentro desse segmento denota ineficácia da produção de novos intelectuais orgânicos para as

coalizões, causando uma inércia na atuação institucional, ora junto aos associados, ora junto ao poder público.

No processo de institucionalização da luta por direitos e da prestação de serviços, principalmente educacionais, às pessoas com deficiência, fez-se necessária a distinção entre as instituições de pessoas com deficiência formadas pela iniciativa destas pessoas e as instituições para pessoas com deficiência, cuja função é prestar serviços à esse segmento da sociedade. Nesse trabalho optei por examinar a trajetória das instituições de pessoas com deficiência física e visual de Uberlândia, que são as associações ligadas a esse segmento. São elas: APARU- Associação dos Paraplégicos de Uberlândia, ADEVIUDI- associação dos Deficientes Visuais do Triângulo Mineiro, e a ADEVIUDI- Associação dos Deficientes visuais de Uberlândia.

Ao longo de minhas pesquisas descobri algo que me fez rever a ideia de que as associações de pessoas com deficiência foram formadas por elas já com o objetivo político de lutar por direitos, pois as mesmas são de diferentes naturezas, como no caso da ASSOCEGO, que foi formada por pessoas ligadas aos clubes tradicionais de caridade (Rotary Clube e Lions Clube, ambos ligados a maçonaria), enquanto a ADEVITRIM foi uma divisão do seguimento das pessoas com deficiência visual para tentar se desvencilhar da tutela de pessoas sem deficiência.

As divergências internas e externas provocaram diferentes trajetórias no processo de luta por direitos das pessoas com deficiência física e visual, a começar pelo número de instituições formadas por tais pessoas. Enquanto no ano de 1999 chegavam pessoas com deficiência física aos órgãos governamentais, as pessoas com deficiência visual ainda lutavam para sair da tutela dos clubes de caridade.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi propor uma possibilidade de análise da luta das pessoas com deficiência por autonomia, voltada para o pensamento gramsciano de Estado. Como esse objeto é recém-estudado sobre esta perspectiva de pensamento, precisei trilhar meu próprio caminho e tentei, na medida de minhas possibilidades, olhar esses agentes sobre a perspectiva da hegemonia e da contra-hegemonia.

No capítulo I tratei do desenvolvimento das coalizões das pessoas com deficiência e sua atuação nas constituintes nacionais e estaduais, bem como sua participação nas discussões da redação da lei orgânica municipal. Para isto, fiz algumas considerações sobre o Estado, sua constituição e seu papel como produtor de hegemonias e contra-hegemonias.

Ao optar por refletir acerca das lutas das pessoas com deficiência por autonomia pelo viés da Hegemonia, busquei mostrar como as ideias de filantropia são, gradualmente, substituídas pelos princípios inclusivistas, os quais, apesar de se contraporem em vários momentos, são visões de mundo oriundas das classes hegemônicas. A partir dos anos 80, essas culturas entraram em guerra de posições com a finalidade de dominar o aparato do Estado Restrito. Isso não quer dizer que não houve avanços, porém o objetivo central é a manutenção do *status quo*.

No segundo capítulo, discorri sobre como a filosofia da práxis é um importante instrumento para pensar os aparelhos privados de hegemonia das pessoas com deficiência e, em seguida, mostro como as associações de pessoas com deficiência visual trilharam

caminhos separados e se originaram de anseios diferentes uma da outra. Procuro também entender a divisão desse segmento, o seu desenvolvimento e porque seus aparelhos privados de hegemonia, por meio de seus intelectuais orgânicos, ainda se encontram em uma consciência político-corporativa, na qual predominam ações filantrópicas entremeadas à ideia de luta pela cidadania, cujo objetivo é desfrutar dos espaços sociais dentro da sociedade capitalista vigente.

A busca pelo domínio e a direção do aparato da sociedade política fez com que as associações de pessoas com deficiência tivessem um papel importante ao longo dos anos 80. Entretanto, no caso de Uberlândia as associações nasceram apoiadas por grupos que difundem a visão de mundo americanista e fordista combinada com os anseios das pessoas com deficiência de exercerem sua autonomia. Enquanto no clientelismo as pessoas tem acesso apenas aos serviços que estas entidades podem oferecer, nos espaços de exercício da cidadania o importante é a reforma do modelo político vigente e não a modificação da estrutura social e material do Estado ampliado.

Contudo, apesar das reformas que ocorreram após o regime civil militar e a consequente promulgação das constituições federal e estadual e da Lei Orgânica Municipal, as pessoas com deficiência dentro dos aparelhos privados de hegemonia, tiveram que homogeneizar, por meio de seus intelectuais orgânicos, a visão de mundo defendida pelas instituições representativas, através do consenso. Porém, não houve continuidade de formação de intelectuais orgânicos, pois o contexto histórico nos anos 90 se modificou, culminando em uma política internacionalista, regida por documentos produzidos pela ONU e ratificadas no Brasil.

Busca-se apoio na ideia de sociedade civil separada da sociedade política, tanto para projetar um Estado efetivamente democrático quanto para se atacar todo e qualquer Estado. É em nome da sociedade civil que muitas pessoas questionam o excessivo poder governamental ou as interferências e regulamentações feitas pelo aparelho do Estado. É em seu nome que se combate a globalização neoliberal e se busca delinear uma estratégia em favor de outra globalização, mas é também com base nela que se faz o elogio da atual fase histórica e se minimizam os efeitos das políticas neoliberais. Muitos governos falam de sociedade civil para legitimar propostas de reforma e ajuste tanto quanto para praticar as mesmas políticas de sempre com uma retórica levemente modernizada, do mesmo modo que outros tantos governos progressistas buscam sintonizar suas decisões com as expectativas da sociedade civil. Em suma, o apelo a esta figura conceitual serve tanto para imaginar a autonomia dos cidadãos quanto para viabilizar programas de ajuste fiscal e desestatização, nos quais se

convoca a sociedade civil para compartilhar encargos até então essencialmente estatais.

Tanto as associações quanto as instituições prestadoras de serviço passam a oferecer à pessoa com deficiência habilitação, reabilitação e outros benefícios. Contudo, a formação de intelectuais orgânicos fica em segundo plano, pois formar intelectuais implica em modificação da consciência política, a fim de promover na sociedade ações contra-hegemônicas que possam contestar o Estado existente.

A variedade de características, em alguns pontos, converge e em outros diverge quanto à forma de execução e de produção de políticas públicas, pois cada tipo de deficiência faz com que as pessoas se relacionem de formas diferentes com o mundo e sigam caminhos com ritmos e particularidades diversas. As pessoas com deficiência ocupam espaços transversais quanto à faixa etária, como também quanto às situações socioeconômica, política, cultural e institucional. Isso faz com que os processos hegemônicos e contra-hegemônicos internos e externos a essa classe sejam intrincados e complexos.

Nesse sentido, não é a participação pura e simples em uma instituição que provoca no indivíduo a consciência de classe, apesar dos mesmos vivenciarem em seu dia a dia as experiências de valores instituídos por um grupo social dominante que norteia de forma hegemônica, e, algumas vezes consensual, as políticas públicas voltadas à estas pessoas.

Outro aspecto importante é que, dependendo de onde atuam os intelectuais e militantes de uma determinada classe, Aparelhos Privados de Hegemonia, sociedade civil ou sociedade política, sua concepção de luta e do movimento desse seguimento muda radicalmente, principalmente quando os militantes passaram por todas as esferas do Estado, conhecendo-o de forma mais ampla.

No capítulo III fiz uma explanação sobre o papel que o indivíduo exerce no grupo social a que pertence, de acordo com as reflexões gramscianas. Depois, ponderei sobre como a APARU se desenvolveu ao longo dos anos 90, principalmente, a fim de avaliar como essa instituição conduziu a formação de seus intelectuais orgânicos e como eles desenvolveram sua militância para além do âmbito institucional e conseguiram destaque na luta pela acessibilidade. Para isto, discorro sobre o programa “Uberlândia sem barreiras” e sua repercussão na cidade de Uberlândia, inclusive na mídia impressa.

Apesar de hoje existirem discursos que defendem a inclusão ampla e irrestrita, é fato que cada tipo de deficiência possui seus próprios aparelhos representativos, os quais, de acordo com o nível de consciência política de seus associados, adquirem a capacidade de exercer contra-hegemonia em relação as ideologias dominantes, bem como de proporem novos caminhos de participação na criação, implementação, modificação e monitoramento

das leis. Entretanto não há ruptura com o sistema capitalista existente nem com a divisão classista, característica desse sistema econômico, social e político. O grande objetivo dos movimentos de pessoas com deficiência é a participação ativa nas decisões governamentais, porém esta participação certamente terá limites, pois a adoção de uma visão de mundo dominante se faz necessária.

Entre as ideologias liberais adotadas encontra-se a “cidadania”, cujo objetivo é falso, pois na democracia burguesa a participação da sociedade civil nas decisões e ações da sociedade política é restrita a poucos. Além de manter os benefícios da troca de uma visão de mundo pela participação na direção política e cultural, a população não desfruta igualitariamente dos tais benefícios de ser “cidadão”.

Nesse sentido, o papel dos indivíduos não é deter o poder de sua transformação e das mudanças sociais, mas o de ser agente e ao relacionar-se com seus pares e fazer parte da guerra de posições que combate ou ratifica hegemonias. A filantropia não é mantida propriamente apenas por imposição, mas pelo consenso nos aparelhos privados de hegemonia, somada a coerção do estado restrito caso tal visão de mundo seja aquela que se encontra na direção do Estado.

Com relação à subordinação, as pessoas com deficiência passaram a depender de outros grupos sociais, porém, ao contrário do que se pensa, de forma legal e não de forma arbitrária e sem respaldo da sociedade política. Isto mostra porque se torna tão difícil criar uma contra-hegemonia por parte desse grupo capaz de modificar a aplicação das leis pelas instituições representantes da sociedade política.

Por submissão, entende-se a disposição das pessoas com deficiência em aceitar a condição de dependência dos grupos dominantes devido a fragilidade de suas ações desagregadas. Assim, por mais que uma instituição se pretenda defensora de direitos e que o grupo afirme e acredite estar vivenciando tal visão de mundo, a sua atitude será o fomento de ações caritativas e beneméritas.

O problema não é sermos um grupo subalterno, e sim nos pensar como tal. O processo de construção política que reflita a frase “nada sobre nós sem nós” é árdua e conflituosa, porém dar voz às pessoas com deficiência não significa apenas entrevistá-las para formular um conceito novo de inclusão, mas levá-las à consciência de seu papel político e de seu potencial para a construção de contra-hegemonias.

REFERÊNCIAS

Aparu quer facilitar circulação. In: **Jornal O Correio de Uberlândia**. 12 de agosto de 1997.

Afif não votou a favor de deficiente. In: **Jornal O Globo**. 21 de setembro de 1989.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Ata da décima sétima assembleia ordinária de 11/12/1994**. Uberlândia, 1994.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Ata da décima oitava assembleia ordinária de 05/02/1995**.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Ata da vigésima oitava assembleia ordinária de 15/08/1997**. Uberlândia, 1997.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Ata da vigésima nona assembleia geral ordinária de 06/03/1999**. Uberlândia, 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Ata da trigésima assembleia geral ordinária de 01/08/1999**. Uberlândia, 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Ata da primeira reunião ordinária da diretoria de 20/08/1999**. Uberlândia, 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Ata da segunda reunião ordinária da diretoria de 04/08/1999**. Uberlândia, 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da terceira reunião ordinária da diretoria de 20/10/1999. Uberlândia, 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da quarta reunião ordinária da diretoria de 06/11/1999. Uberlândia, 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da quinta reunião ordinária da diretoria de 05/12/1999. Uberlândia, 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da segunda reunião extraordinária da diretoria de 08/01/2000. Uberlândia, 2000.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da sexta reunião ordinária da diretoria de 15/01/2000. Uberlândia, 2000.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da sétima reunião ordinária de 05/02/2000. Uberlândia, 2000.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da trigésima segunda assembleia ordinária de 14/06/2001. Uberlândia, 2001.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da trigésima terceira assembleia ordinária de 11/08/2001. Uberlândia, 2001.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da terceira reunião extraordinária da diretoria de 10/07/2001. Uberlândia, 2001.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da quinta reunião extraordinária da diretoria de 13/12/2001. Uberlândia, 2001.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da vigésima sétima reunião ordinária da diretoria de 11/01/2002. Uberlândia, 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da primeira reunião ordinária da diretoria de 07/02/2002. Uberlândia, 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da primeira extraordinária da diretoria da APARU de 17/02/2002. Uberlândia, 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da trigésima quinta assembleia geral ordinária de 02/02/2004. Uberlândia, 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da trigésima sexta assembleia geral ordinária de 09/05/2004. Uberlândia, 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da trigésima sétima assembleia geral ordinária de 01/08/2004. Uberlândia, 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. Ata da primeira assembleia

geral extraordinária de 12/01/2005. Uberlândia, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Ata da segunda assembleia geral extraordinária de 14/02/2005**. Uberlândia, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Ata da assembleia geral ordinária de 01/04/2007**. Uberlândia, 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. **Ata da assembleia geral ordinária de 30/03/2008**. Uberlândia, 2008.

ASSOCIAÇÃO DE CEGOS DE UBERLÂNDIA. **Ata de reunião para a fundação da Associação dos Cegos de Uberlândia (ASSOCEGO)**, realizada no dia dez de junho de 1972.

Ata da reunião das Entidades de Deficientes do Estado de Minas Gerais, realizada no dia 19 de agosto de 1989, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

BRASIL. LEI nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm

BRASIL. PORTARIA Nº 310, DE 27 DE JUNHO DE 2006. BRASIL. SDH. Secretaria de Direitos Humanos. **“História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”**. 1 ed.. Brasília, 2010.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

Carta Aberta das Pessoas Portadoras de Deficiência sobre as eleições de 15 de novembro. Minas Gerais, agosto de 1989. Comissão Pró-Federação Mineira de Entidades de Pessoas Portadoras de Deficiência. Movimento em Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Carta ao Secretário Estadual do Trabalho e Ação Social Deputado Samir Tannus, elaborada pelas entidades: 26ª DRE, ADEVITRIM, APAE, APARU, ASSOCEGO, Associação dos Surdos de Uberlândia, Centro Estadual de Educação Especial, Departamento de Educação Física da UFU, GRAFUR, MORHAN, MURHAN. Uberlândia, 29 de maio de 1989.

CORDEIRO, Mariana P. **Nada sobre nós sem nós**: os sentidos de vida independente para os militantes de um movimento de pessoas com deficiência. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRESPO, Ana Maria Morales. **Da invisibilidade à construção da própria cidadania**: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vida de seus líderes. 2009. 189 f. Tese (Doutorado em História Social). - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São

Paulo, 2009.

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com Deficiência na História do Brasil. São Paulo: Giz, 2008.

Fim das barreiras. In: **Jornal Do Triângulo**. 14 de agosto de 1997

GRAMSCI, Antônio. Caderno 11 (1932-1933): introdução ao estudo da filosofia. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.1. p.93-114.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.2. p.13-53.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 13. v.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.3.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 22. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.4.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 25 (1934). Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos). In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; Coedição, Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. v.5. p.129-147.

LIMA, Marco Antonio Grangeiro. **A inclusão sócio-educacional de crianças e jovens com deficiência visual e a participação da ONG – Instituto dos Cegos da Paraíba**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **História: pensar & fazer**. Niterói-RJ: LDH/UFF, 1998, p.13-32.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 94-125.

MENDONÇA, Sonia Regina de. (Org.). **Estado brasileiro**: agências e agentes. Niterói. Ed. UFF/ Vício de Leitura, 2005.

MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES; Virginia Maria. **História do Brasil Recente-1964-1992**. 4. ed. Ver. atual. São Paulo: Ática, 1996.

MINAS GERAIS. **Constituição Estadual**.

<http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf> Acesso 09 set. 2013.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração dos direitos das pessoas deficientes. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 09/12/75.

PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). **Sociedade civil**: ensaios históricos. Jundiaí: Paco, 2013.

Prédio da Câmara recebe adaptação para deficientes. In: **Jornal da Câmara**. 20 de agosto de 1997.

Relatório do Encontro de Entidades de Eficientes do estado de Minas Gerais, realizado no dia 03 de dezembro de 1988, na sala de multimeios da Biblioteca Pública Estadual, localizada na Praça da Liberdade, nº 21, Belo Horizonte - MG, redigido por Idari Alves da Silva.

RESENDE, Ana Paula de. **Todos na cidade**: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia. Uberlândia: Edufu, 2004.

SAID, Ana Maria. **Uma estratégia para o ocidente**: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB. Uberlândia: EDUFU, 2009.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Idari Alves da. **Construindo a cidadania**: uma análise introdutória sobre o direito à diferença. 2002. 218 f. Dissertação (Mestrado em História social e Movimentos Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

UBERLÂNDIA. Decreto nº 8106 de 14 de fevereiro de 2000.

UBERLÂNDIA. Decreto nº 5118 de julho de 1991.

UBERLÂNDIA. Lei nº 7032, de 10 de dezembro de 1997.

UBERLÂNDIA. Lei nº 7035, de 19 de dezembro de 1997.

UBERLÂNDIA. Lei nº 7170/1998.

UBERLÂNDIA. Lei nº 7843 de 15 de outubro de 2001.

UBERLÂNDIA. Lei nº 7849 de 19 de outubro de 2001.

UBERLÂNDIA. Lei nº 7918 de 03 de janeiro de 2002.

UBERLÂNDIA. Lei nº 7948 de 04 de março de 2002.

UBERLÂNDIA. Lei nº 7980 de 20 de março de 2002.

UBERLÂNDIA. Lei nº 7990 de 10 de abril de 2002.

UBERLÂNDIA. Lei nº 8241 de 20 de fevereiro de 2003.

UBERLÂNDIA. Lei nº 8376 de 23 de julho de 2003.

UBERLÂNDIA. Lei nº 4744, de 05 de julho de 1988.

UBERLÂNDIA. Lei nº 5286 de 16 de julho de 1991.

UBERLÂNDIA. Lei nº 5589, de 07 de julho de 1992.

UBERLÂNDIA. Lei complementar nº 175, de 05 de dezembro de 1997.

UBERLÂNDIA. Lei 7818 de 23 de julho de 2001.

UBERLÂNDIA. Lei nº 4097/1984.

UBERLÂNDIA. Lei Orgânica 1/1991.

http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/4256.pdf Acesso 05 set. 2013.

Anexo A: Leis nacionais sobre os direitos das pessoas com deficiência

Normas Constitucionais

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - promulgada em 05 de outubro de 1988.
2. DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, DE 9 DE JULHO DE 2008 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEU PROTOCOLO FACULTATIVO.

Leis Federais

1. LEI Nº 4.169, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1962 - Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.
2. LEI Nº 7.070, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982 - Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica e dá outras providencias.
3. LEI Nº 7.405, DE 12 NOVEMBRO DE 1985 - Torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiências e da outras providencias.
4. LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
5. LEI Nº 8.160, DE 8 DE JANEIRO DE 1991 - Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.
6. LEI Nº 8.899, DE 29 DE JUNHO DE 1994 - Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
7. LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995 - Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte

autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências. (Redação dada pela Lei Nº 10.754, de 31.10.2003).

8. LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 - Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

9. LEI Nº 9.777, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1998 - Altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

10. LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

11. LEI Nº 10.050, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2000 - Altera o Art. 1.611 da Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil, estendendo o benefício do §2º ao filho necessitado portador de deficiência.

12. LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

13. LEI Nº 10.226, DE 15 DE MAIO DE 2001 - Acrescente parágrafos ao Art. 135 da Lei Nº 4737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico.

14. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

15. LEI Nº 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

16. LEI Nº 10.753, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003 - Institui a Política Nacional do Livro.

17. LEI Nº 10.754, DE 31 DE OUTUBRO DE 2003 - Altera a Lei Nº 8.989, de 24 de

fevereiro de 1995 que “dispõe sobre a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências” e dá outras providências.

18. LEI Nº 10.845, DE 5 DE MARÇO DE 2004 - Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.

19. LEI Nº 11.126 - DE 27 DE JUNHO DE 2005 - Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

20. LEI Nº 11.133, DE 14 DE JULHO DE 2005 - Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.

21. LEI Nº 11.180, DE 23 DE SETEMBRO DE 2005 - Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial - PET, altera a Lei Nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

22. LEI Nº 11.307, DE 19 DE MAIO DE 2006 - Conversão da MPv Nº 275, de 2005 Altera as Leis Nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, em função da alteração promovida pelo Art. 33 da Lei Nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, dispondo que o prazo a que se refere o seu Art. 2º para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e revoga dispositivo da Medida Provisória Nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

23. LEI Nº 11.692, DE 10 DE JUNHO DE 2008 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, instituído pela Lei Nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis Nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências.

24. LEI Nº 12.190, DE 13 DE JANEIRO DE 2010 - Concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida, altera a Lei Nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, e dá outras providências.

25. LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

26. LEI Nº 12.470, DE 31 DE AGOSTO DE 2011 - Altera os arts. 21 e 24 da Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera os arts. 16, 72 e 77 da Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou o irmão que tenha deficiência intelectual ou mental como dependente e determinar o pagamento do salário-maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social; altera os arts. 20 e 21 e acrescenta o Art. 21-A à Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os §§ 4º e 5º ao Art. 986 da Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual.

27. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

28. LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012 - Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis Nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis Nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências

29. LEI Nº 12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis Nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

30. LEI Nº 12.613, DE 18 DE ABRIL DE 2012 - Altera a Lei Nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.

31. LEI Nº 12.622, DE 8 DE MAIO DE 2012 - Institui o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico e dá outras providências.

32. LEI Nº 12.649, DE 17 DE MAIO DE 2012 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona; altera as Leis Nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 10.451, de 10 de maio de 2002, e 11.051, de 29 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis Nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

33. LEI Nº 12.663, DE 5 DE JUNHO DE 2012 - Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis Nºs 6.815, de 19 de agosto de

1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

34. LEI Nº 12.715, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis Nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis Nºs 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Decretos

1. DECRETO Nº 914, DE 6 DE SETEMBRO DE 1993 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

2. DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999 - Regulamenta a Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

3. DECRETO Nº 3.691, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 - Regulamenta a Lei Nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

4. DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001 - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
5. DECRETO Nº 5.296, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004 - Regulamenta as Leis Nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
6. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005 - Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o Art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
7. DECRETO Nº 5.904, DE 21 DE SETEMBRO DE 2006 - Regulamenta a Lei Nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.
8. DECRETO Nº 6.039, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007 - Aprova o Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva.
9. DECRETO Nº 6.214, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007 - Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência.
10. DECRETO Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009 - Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.
11. DECRETO Nº 7.235, DE 19 DE JULHO DE 2010 - Regulamenta a Lei Nº 12.190, de 13 de janeiro de 2010, que concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.
12. DECRETO Nº 7.256, DE 4 DE AGOSTO DE 2010 - Aprova a Estrutura Regimental e o

Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Gratificações de Representação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, e dá outras providências.

13. DECRETO Nº 7.512, DE 30 DE JUNHO DE 2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências.

14. DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

15. DECRETO Nº 7.612, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011 - Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

16. DECRETO Nº 7.613, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011 - Altera o Decreto Nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional.

17. DECRETO Nº 7.617, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011 - Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto Nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

18. DECRETO Nº 7.660, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 - Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

19. DECRETO Nº 7.705, DE 25 DE MARÇO DE 2012 - Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

20. DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012 - Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

21. DECRETO Nº 7.750, DE 8 DE JUNHO DE 2012 - Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional – REICOMP.

22. DECRETO Nº 7.783, DE 7 DE AGOSTO DE 2012 - Regulamenta a Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013.

23. DECRETO Nº 7.802, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012 - Altera o Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta.

24. DECRETO Nº 7.823, DE 9 DE OUTUBRO DE 2012 - Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, quanto às instalações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Anexo B: Leis municipais sobre os direitos das pessoas com deficiência

1. LEI Nº 5.286 DE 16 DE JULHO DE 1991. Dispõe sobre os cargos e empregos públicos reservados às pessoas portadoras de deficiência, define critérios para sua admissão e dá outras providências. Reserva de 10% dos cargos em emprego público de cada carreira existente nos QUADROS da administração direta, indireta e fundacional do Município às pessoas com deficiência.
2. LEI Nº 5.589 DE 07 DE JULHO DE 1992. Cria o programa municipal de atendimento, apoio e assistência à pessoa portadora de deficiência e dá outras providências.
3. LEI Nº 5.619 DE 28 DE JULHO DE 1992. Cria atendimento especial aos portadores de deficiência auditiva e dá outras providências.
4. LEI Nº 6.058 DE 13 DE JULHO DE 1994. Cria atendimento especial nos órgãos públicos municipais. As gestantes; as mães com crianças de colo; aos idosos, com mais de 65 anos; portadores de deficiência, impossibilitados de permanecerem em filas.

5. LEI Nº 7.142 DE 23 DE JUNHO DE 1998. Altera a lei nº 5.286, de 16 de junho de 1991, que dispõe sobre cargos e empregos públicos reservados às pessoas portadoras de deficiência. O percentual previsto também garantido nos processos seletivos em contratos.
6. LEI Nº 7.170 DE 25 DE SETEMBRO DE 1998. Estabelece obrigatoriedade do cardápio em Braille e dá outras providências. Restaurantes, churrascarias e similares.
7. LEI Nº 7.892 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2001. Dispõe sobre a instalação de sinal sonoro nos semáforos para atender aos portadores de deficiência visual.
8. LEI Nº 7.918 DE 03 DE JANEIRO DE 2002. Dispõe sobre reserva e demarcação de espaços para estacionamento de veículo dirigido ou que transporte pessoas portadoras de necessidades especiais, nos casos que especifica.
9. LEI 7.934 DE 17 DE JANEIRO DE 2002. Cria o conselho municipal da pessoa portadora de deficiência e dá outras providências.
10. DECRETO Nº 8.701 DE 30 DE JANEIRO DE 2002. Institui o serviço de transporte acessível “porta a porta” destinado a atender pessoas portadoras de deficiência, e dá outras providências.
11. LEI Nº 7.948 DE 04 DE MARÇO DE 2002. Dispõe sobre o uso e permanência de cães-guia para pessoas portadoras de deficiência visual nos locais públicos e privados e dá outras providências.
12. LEI Nº 7.980 DE 20 DE MARÇO DE 2002. Assegura o direito à prioridade de atendimento em hospitais e postos de saúde (exceto emergências) sediados no município de Uberlândia, às pessoas idosas e aos portadores de deficiência física, sensorial e mental.
13. LEI Nº 7.990 DE 10 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a obrigatoriedade de Shoppings Centers, Supermercados, Empreendimentos de diversões públicas e Cemitérios oferecerem, gratuitamente, cadeiras de rodas às pessoas com deficiência de locomoção e dá outras providências.

14. DECRETO Nº 8.937 DE 02 DE OUTUBRO DE 2002. Aprova o regimento interno do conselho municipal da pessoa portadora de deficiência.
15. LEI Nº 8.372 DE 23 DE JULHO DE 2003. Altera o art. 3º da lei nº 5.286 de 16 de julho de 1991 que dispõe sobre os cargos e empregos públicos reservados às pessoas portadoras de deficiência, define critérios para sua admissão e dá outras providências. Quando a aplicação do percentual de reserva resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.
16. LEI Nº 8.671 DE 13 DE MAIO DE 2004. Assegura garantia de vagas em creches e escolas públicas da rede municipal para filhos de pessoas portadoras de deficiência, próximas de sua residência.
17. DECRETO Nº 9753 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2004. Aprova a carta de princípios políticos-pedagógicos das escolas da rede pública municipal de ensino de Uberlândia prevê que os currículos devem estar em conformidade com a Lei Federal Nº 9.394/1996 e com o Decreto Nº 3.298/1999 e devem garantir a inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais em todas as unidades escolares públicas municipais, a partir de ações que visem a proporcionar condições estruturais e pedagógicas, e, formação específica e continuada, para alcançar tal propósito.
18. DECRETO Nº 9.888 DE 17 DE MAIO DE 2005 regulamenta o procedimento para concessão do passe livre às pessoas portadoras de deficiência no Sistema Integrado de Transportes – SIT no município de Uberlândia, revoga o decreto nº 9.493, de 14 de maio de 2004 e dá outras providências.
19. LEI Nº 9.258, DE 05 DE JULHO DE 2006. Altera o parágrafo único do Art. 1º da Lei Nº 4271/85 que "disciplina o transporte de paraplégicos e deficientes físicos nas empresas concessionárias de transporte coletivo urbano". Prevê nos transportes coletivos urbanos, a reserva de uma cadeira para pessoas com deficiência física, ou paraplégicos, em todos os trajetos, ou em todas as linhas e a colocação de placa para indicar os assentos reservados.
20. LEI COMPLEMENTAR Nº 455, DE 27 de setembro de 2007. Dispõe sobre o zoneamento

ambiental e o código de uso dos reservatórios na bacia de contribuição direta aos empreendimentos das UHEs Amador Aguiar I e II e propõe diretrizes de ordenamento de uso e ocupação do solo e dá outras providências prevê a gestão das ações públicas visando o desenvolvimento do esporte e lazer como instrumento de participação e integração comunitária e social, com a criação de projetos especiais para crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência;

21. LEI Nº 9.689, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007. Dispõe sobre os benefícios emergenciais de assistência social oferecidos pela secretaria municipal de desenvolvimento social, habitação e trabalho e dá outras providências para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social: auxílio leite - doação de leite em pó e auxílio fraldas geriátricas descartáveis.
 22. LEI Nº 9856, DE 10 DE JUNHO DE 2008. Institui a "semana de homenagem as pessoas com deficiência" e dá outras providências.
 23. LEI Nº 9865, DE 18 DE JUNHO DE 2008. Institui o certificado de acessibilidade e dá outras providências, concedido pela câmara municipal de Uberlândia às pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam ações diferenciadas e de destaque para assegurar o Direito à acessibilidade de pessoas com deficiência.
 24. LEI Nº 9901, DE 02 DE JULHO DE 2008. Dispõe sobre a adaptação de caixas eletrônicos para o uso por pessoas com deficiência nas agências bancárias do Município.
 25. DECRETO Nº 11.453, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2008. Regulamenta a Seção III, do Capítulo II, do Título I, da lei complementar Nº 040, de 05 de outubro de 1992, revoga os decretos Nºs 6.618, de 08 de março de 1995, 7.547, de 04 de maio de 1998, e 8.951, de 11 de outubro de 2002 e dá outras providências. Prevê regras para a inscrição e participação das pessoas com deficiência nos concursos públicos municipais.
 26. LEI COMPLEMENTAR Nº 508, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009. Dispõe sobre o processo administrativo tributário municipal, revoga os dispositivos que menciona e dá outras providências. Prevê prioridade no julgamento para pessoa com deficiência, física ou mental
- 88 nº e data ementa observações.

27. LEI Nº 10.153, DE 21 DE MAIO DE 2009. Disciplina o serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel, na modalidade táxi, no município de Uberlândia, revoga a lei nº 6454, de 14 de dezembro de 1995 e suas alterações posteriores e dá outras providências. Proíbe a cobrança do transporte de equipamento de uso próprio de deficiente físico e prevê a possibilidade de veículos adaptados, desde que aprovados pelo DETRAN-MG no caso de condutores portadores de deficiência física, serão aceitos.
28. LEI Nº 10.335, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009. Dispõe sobre o plano municipal "bem social" e dá outras providências. Prevê os seguintes serviços de atendimento à pessoa com deficiência: BPC; atendimento não governamental realizado por instituições parceiras, subvencionadas pelo município; apoio ao COMPOD e parcerias diversas para a cooperação com entes públicos e privados para o desenvolvimento de ações de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência.
29. DECRETO Nº 11.980, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009. Regulamenta o serviço de táxi acessível no município de Uberlândia, conforme Art. 48, Parágrafo único, da Lei 10.153, de 21 de maio de 2009. Serviço prestado por veículos dotados de equipamento próprio para transporte de usuários com necessidades excepcionais, cuja locomoção através de veículos comuns lhes cause sofrimento.
30. LEI Nº 10.549, DE 17 DE AGOSTO DE 2010. Dispõe sobre o campus municipal de atendimento à pessoa com deficiência e revoga a lei Nº 8376, de 23 de julho de 2003. Vinculado à secretaria municipal de educação, tem como objetivos o atendimento à pessoa portadora de grave deficiência intelectual, deficiência múltipla, transtorno global do desenvolvimento e a formação continuada dos profissionais da área.
31. LEI Nº 10.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2010. Dispõe sobre a Biblioteca Pública Municipal de Uberlândia "Juscelino Kubitschek de Oliveira" e dá outras providências. Prevê o atendimento especializado à pessoa com deficiência visual através da sala Braille.
32. LEI Nº 10.686, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010. Estabelece as diretrizes do sistema viário do município de Uberlândia, revoga os dispositivos legais que menciona e dá outras providências regulamenta a construção de calçadas, prevendo a colocação de pisos táteis cromodiferenciados com indicação de piso alerta e piso guia para deficientes visuais.

33. DECRETO Nº 12.456, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010. Dispõe acerca dos critérios, prioridades e procedimentos para a seleção de beneficiários para os projetos habitacionais de interesse social implementados no âmbito do programa federal minha casa minha vida no município de Uberlândia, e dá outras providências estabelece prioridade para a pessoa que mantiver a guarda de filho ou tutela comprovada de menores, ou responsável pela subsistência de idosos ou responsável por pessoa com deficiência.
34. LEI Nº 10.715, DE 21 DE MARÇO DE 2011. Institui o código municipal de saúde. Dispõe sobre a atenção à saúde das pessoas com deficiência
35. LEI Nº 10.741, DE 6 DE ABRIL DE 2011. Institui o código municipal de posturas de Uberlândia e revoga a lei nº 4744, de 05 de julho de 1988 e suas alterações. Prevê que o mobiliário urbano não poderá obstruir a faixa de circulação de pedestres ou configurar perigo ou impedimento à locomoção de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida ou o acesso a faixas de travessias de pedestres, escadas rolantes ou entradas e saídas de público, sobretudo as de emergência ou para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
36. LEI Nº 10.935, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011. Institui o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência - FMPD e dá outras providências. Objetivo de captar e aplicar os recursos públicos e privados nas ações de apoio à inclusão e promoção da cidadania da pessoa com deficiência.
37. LEI DELEGADA Nº 28, DE 03 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre a estrutura orgânica básica da secretaria municipal de governo e dá outras providências. Lei de criação e que define atribuições da superintendência da pessoa com deficiência e mobilidade urbana.

